



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43

**1º CT Gestão Territorial, Unidades de
Conservação e Demais Áreas
Protegidas,**

Brasília/DF.
1º de Fevereiro de 2012.

(Transcrição ipso verbo)
Empresa ProixL Estenotipia

44A **SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
45**DConama)** – Bom dia a todos. Meu nome é Adriana Mandarino, eu sou diretora
46do Conama. Só para explicar para os novatos, nós costumamos usar a
47gravação no microfone, mesmo sendo uma reunião com não tantas pessoas
48porque é feita toda uma digitação e a estenotipia é feita com toda a transcrição
49das falas da reunião. É importante sempre que as pessoas se identifiquem ao
50microfone. Como nós estamos começando uma Câmara nova, representantes
51novos o Regimento Interno mudou, foi aprovado em novembro. Houve a fusão
52e a extinção de algumas Câmaras Técnicas e, com isso, essa, Gestão
53Territorial acoplou também a outra Câmara, que era de Unidades de
54Conservação e áreas protegidas. Então, os mandatos todos se renovaram, as
55entidades com cinco segmentos no Conama definiram a sua participação nas
56Câmaras, de forma que nós mantivéssemos a representação de 2
57representantes por segmento. Neste novo Regimento tem algumas inovações,
58como titular e suplente. Agora nós temos uma entidade com uma pessoa como
59titular e pode haver outra entidade como suplente. Então, não tem mais a figura
60do representante, que nós estávamos tão acostumados, que era uma pessoa
61que representava o membro da Câmara em uma reunião específica, mediante
62uma delegação de competência de quem era membro. Isso não existe mais e
63eu chamo a atenção dos senhores para a necessidade de nós articularmos
64muito bem quem vem à reunião e quem não vem. Nós mandamos a
65convocação para os 30 membros, os 10 titulares e seus 20 suplentes. Só que
66nós começamos a confirmar o quorum a partir do titular, se o titular diz que não
67vem, nós vamos para o primeiro suplente e segundo suplente. Agora se houver
68a desistência de um desses, é preciso que haja uma articulação entre os
69titulares e seus suplentes, de forma que a reunião dê quorum. Nós temos um
70desgaste muito grande de chamar uma reunião, atrapalhar a pauta de muitos
71dos senhores, trazer as pessoas aqui, alguns das ONGs nós pagamos a
72passagem e a estada em Brasília para vir para cá e não ter quorum. Como é
73uma coisa que não dá para acertar em cima da hora, manda alguém, como às
74vezes era o procedimento fazer, é preciso que haja uma comunicação muito
75grande entre quem vem e quem não vem. Eu gostaria de iniciar a Câmara
76pedindo uma apresentação de todos, tantos o que estão aqui como os que
77estão sentados convidados para que nós possamos nos conhecer um pouco
78melhor. O seu nome, a sua instituição e alguma outra coisa.

79

80

81**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO LIMA (DConama)** - Bom dia a todos. Meu
82nome é Robson José Calixto, sou gerente do DConama.

83

84

85**O SR. LUIZ ANTÔNIO GONÇALVES RODRIGUES DE SOUZA (MAPA)** - Bom
86dia a todos. Meu nome é Luís Rodrigues, sou do Ministério da Agricultura.

87

88

89**O SR. ROGÉRIO RODRIGUES (ANAMMA)** - Bom dia a todos, meu nome é
90Rogério Rodrigues, represento aqui ANAMMA Centro-Oeste e somos da
91cidade de Sinop, norte do Estado de Mato Grosso.

92

93

3

2

4

94 **O SR. ALEX NAZÁRIO SILVA OLIVEIRA (IMA/AL)** - Bom dia, meu nome é
95 Alex Nazário, representando o Estado de Alagoas, diretor de Unidade de
96 Conservação do Instituto do Meio Ambiente.

97

98

99 **O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** - Rômulo
100 Mello, presidente do Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

101

102

103 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Bom dia a todos, João Carlos da
104 Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA.

105

106

107 **O SR. ELIEZER OLIVEIRA (Kanindé/RO)** - Bom dia a todos e todas, meu
108 nome é Eliezer, sou da Associação de Defesa Etnoambiental, Kanindé/RO, sou
109 gerente de programas.

110

111

112 **O SR. PAULO NOGUEIRA NETO (DEMASP/SP)** - Paulo Nogueira Neto,
113 presidente da DEMASP/SP.

114

115

116 **A SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DConAMA)** – Renata Vignoli,
117 assessora técnica do DConama.

118

119

120 **O SR. JOÃO BATISTA MONSANTO (DEMA/SP)** - Bom dia a todos, meu
121 nome é João Batista Monsanto, sou suplente do Dr. Paulo Nogueira, da
122 DEMASP.

123

124

125 **A SR^a. JEANNE SOFIA TAVARES FLORENCE (Governo Estadual da**
126 **Bahia)** - Bom dia a todos. Meu nome é Jeanne Sofia Tavares, sou suplente do
127 Estado de Alagoas, sou da Bahia, do Instituto Estadual de Meio Ambiente e
128 Recursos Hídricos.

129

130

131 **O SR. LEONARDO EULER SANTOS (IEMA/BA)** - Bom dia a todos, Leonardo
132 Euler Santos, IEMA/BA, coordenador de Unidades de Conservação.

133

134

135 **O SR. ROBERTO FRANÇA SILVA (IMAC/AC)** - Bom dia a todos. Meu nome é
136 Roberto França, eu sou assessor da presidência do Instituto de Meio Ambiente
137 do Acre.

138

139

140 **A SR^a. ROSÂNGELA DE ASSIS NICOLAU (SRHU/MMA)** Rosângela Nicolau,
141 analista ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

142

143

144**A SR^a. JOISA BARROSO LOUREIRO (SRHU/MMA)** - Bom dia, Joisa Barroso,
145eu sou técnica especializada na Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente
146Urbano.

147

148

149**A SR^a. DENISE ALHO (PETROBRAS)** - Bom dia, Denise Alho, Petrobras.

150

151

152**O SR. PEDRO EYMARD CAMILO MELO (ICMBio)** - Bom dia, Pedro Eymard,
153Instituto Chico Mendes.

154

155

156**O SR. TAIGURA ALENCAR (GIZ)** - Bom dia, sou Taiguara Alencar, da GIZ,
157Ordenamento Territorial.

158

159

160**O SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** - Bom dia, meu
161nome é Bruno Aber Saber, eu sou do Ministério do Meio Ambiente, ocupo uma
162das suplências do presidente Rômulo, do Instituto Chico Mendes e sou gerente
163do ZEE do Ministério.

164

165

166**O SR. BRUNO ALVES (PATRI)** - Bom dia, Bruno Alves, analista político da
167Patri.

168

169

170**O SR. ANDRÉ FREITAS (PATRI)** - Bom dia, André Freitas, assessor da Patri.

171

172

173**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
174**DConama)** – Feita essa apresentação inicial, primeiro ponto de pauta nós já
175começamos exatamente definindo quem irá conduzir os rumos da Câmara
176daqui em diante, que é eleição de presidente e vice-presidente. O presidente,
177às vezes é uma dúvida que ficava no Regimento anterior e imagino que esteja
178esclarecida, essa eleição é feita nominal, não é a entidade, porque a
179substituição do presidente na Câmara é feita pelo vice-presidente. Se houver
180uma troca e a pessoa sair como membro da Câmara, é feita nova eleição para
181presidência, enquanto isso os trabalhos vão sendo conduzidos pelo vice.
182Então, não é pela entidade e sim pela pessoa. O Regimento, a única pré-
183condição que existe para se candidatar ao cargo é o fato de ser Conselheiro do
184Conama, e não apenas membro da Câmara. E aqui nós temos uma satisfação
185muito grande porque nós temos vários Conselheiros, Dr. Paulo Nogueira, João
186Carlos, Rômulo, alguém mais que eu esteja esquecendo? Então, seriam os
187três. ANAMMA também. Então, nós temos, de antemão, quatro possíveis
188candidatos e aí eu gostaria de abrir a palavra para colocação e oferecimento de
189alguns dos nomes.

190

191

192**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Primeiro,
193nós estamos numa Câmara nova, mas eu gostaria de fazer referência ao

194trabalho que nós tivemos na última Câmara, sob coordenação do Dr. Paulo
195Nogueira Neto, onde nós tivemos um resultado que eu reputo que foi dos mais
196importantes para o processo de gestão das áreas protegidas no Brasil, que foi
197a 428, que permitiu que efetivamente nós, gestores de Unidades de
198Conservação, tenhamos uma atenção maior efetivamente com as unidades, no
199que diz respeito a sua proteção. Eu gostaria de colocar o nome do Instituto
200Chico Mendes, colocar meu nome como candidato, mas eu gostaria de ouvir o
201Dr. Paulo, porque em qualquer mesa que eu esteja na presença dele, se ele
202colocar o nome dele, o meu será retirado automaticamente. Acho que todo o
203trabalho, não só na Câmara Técnica que nós tivemos, mas todo o histórico que
204nós temos processo de construção que o Dr. Paulo Nogueira Neto, com seus
205não sei quantos anos, quase 80 e poucos, mas com a mesma dinâmica de
206qualquer um de nós com 30 e poucos.

207

208

209**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
210**DConama)** – É sempre um exemplo, Dr. Paulo aqui com essa disposição,
211sempre um exemplo tão grande e tão bom para nós.

212

213

214**O SR. PAULO NOGUEIRA NETO (DEMASP/SP)** - Eu agradeço muito se
215lembrarem do meu nome, mas eu acho que seria preferível que o nosso amigo
216Rômulo exercesse a presidência, porque ele conhece muito mais a
217problemática atual do que qualquer um de nós.

218

219

220**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Eu não gostaria de disputar a
221presidência com meu colega Rômulo, eu sei da experiência, da competência
222então, eu coloco o nome da CNA como indicação para vice-presidência, se os
223membros dessa Câmara assim concordarem. Só para informar que nos últimos
224três anos, a CNA foi presidente de uma Câmara Técnica, tivemos acho que
225umas quatro ou cinco resoluções em cima dessa minha presidência e uma
226coisa que eu sempre primava muito e peço que o presidente dessa Câmara
227também coloque é o respeito em relação aos Conselheiros. Uma coisa que eu
228coloco aqui nós trabalhamos junto com o Conama e não para o Conama. Eu
229sempre brigava muito por conta disso. Por exemplo, eu já observei um erro na
230nossa convocação em cima do Regimento porque o Regimento coloca que são
23115 dias para fazer a convocação e cinco dias se for de acordo com a
232presidência e devidamente justificado. A justificação tem que ser dada aos
233Conselheiros, por que dessa pressa em apresentar um documento? Porque
234nós não ficamos somente em cima de documentos do Conama, nós temos
235outras atribuições nas instituições que nós aqui representamos. E cinco dias
236para você estudar uma pauta dessa magnitude aqui é muito, não nesse caso
237porque já tem mais de cinco dias que nós já recebemos essa pauta aqui, mas
238eu pediria que nós tivéssemos o tempo hábil para estudar a documentação que
239foi aqui apresentada. Obrigado.

240

241

242**O SR. ROGÉRIO RODRIGUES (ANAMMA)** - Eu só gostaria de me manifestar
243porque estamos iniciando aqui, somos novatos com relação à participação,

244tanto no Conama quanto numa Câmara Técnica e evidentemente que nós
245acompanhamos todo o trabalho que vocês vêm fazendo ao longo do tempo,
246tanto Dr. Rômulo, Dr. Paulo e nós, como representante da ANAMMA,
247estaríamos apoiando quem fosse indicado como presidente e vice.

248

249

250A **SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
251**DConama)** – Agradeço então a essas colocações iniciais. João Carlos,
252realmente, você conduziu muito bem, nós, como Conama, podemos colocar
253isso, a presidência da Câmara de Gestão Territorial, assim como o Rômulo
254conduziu a Câmara de Unidades de Conservação. Dr. Paulo Nogueira, com o
255apoio do Rômulo, conduziram na gestão passada a Câmara de Unidades de
256Conservação. Foram duas Câmaras que andaram muito bem, que tiveram um
257trabalho muito eficaz na produção de normas efetivas. João Carlos, realmente
258a questão do Regimento tem que ser observada, você sempre nos alerta
259quanto a essa questão da antecedência dos documentos. No novo Regimento
260ficaram os 15 dias como regra, realmente isso tem que ser observado,
261excepcionalmente os cinco dias. Nesse primeiro momento, nós votamos uma
262proposta de pauta e ainda tínhamos uma pequena margem porque não tinha a
263eleição para presidente, mas nós estamos trabalhando assim rigorosamente
264com o intuito de mantermos todos os documentos com 15 dias, porque nos
265parece muito razoável isso. Os membros da Câmara têm que ler isso, têm que
266estudar, têm discutir nas suas instituições, porque aqui as pessoas não vêm
267defender posições pessoais, elas tem que vir com uma bagagem e falar em
268nome de alguma entidade, de algum órgão ou de alguma instituição. Então,
269isso demanda um trabalho prévio. Nós estamos realmente atentos a utilizar os
270cinco dias apenas excepcionalmente, justificadamente. Então, eu gostaria de
271ouvir os outros membros, feitas as colocações, o Rômulo oferecendo o nome
272para presidência e o João Carlos oferecendo o nome seu, como CNA, para
273vice-presidência. Eu gostaria de ouvir os outros membros da Câmara.

274

275

276O **SR. ELIEZER OLIVEIRA (Kanindé/RO)** - Só falando, fazendo um resgate do
277CNA, para nós que é suplente, no meu caso, fica até um pouco mais difícil
278porque essa comunicação chega para o titular, e de repente nós não temos o
279tempo hábil para poder fazer essa comunicação titular e suplente e esse prazo
280é bem interessante. Nós apoiamos a candidatura do Dr. Rômulo e nosso amigo
281aqui.

282

283

284O **SR. ALEX NAZÁRIO SILVA OLIVEIRA (IMA/AL)** - O Estado de Alagoas
285também apóia a indicação dos nomes do Dr. Rômulo e João Carlos.

286

287

288Ministério da Agricultura: O Ministério da Agricultura também apóia o colega do
289Instituto Chico Mendes e o colega da Confederação Nacional de Agricultura.

290

291

292A **SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
293**DConama)** – Então, por aclamação, fizemos uma eleição, fizemos uma

294 indicação e uma formalização, uma dupla que eu espero que trabalhe muito
295 bem juntos com o nosso apoio, vamos conduzir esses próximos dois anos, que
296 é o mandato de 2 anos. Muito obrigada, Dr. Paulo pela presença, sua presença
297 aqui e o seu acúmulo no debate nos deixa muito felizes. Então, vou passar a
298 palavra ao Rômulo. (*Palmas!*). Eu vou está ali na sala, resolvendo outras
299 questões, qualquer coisa, a Renata me chama, bom trabalho para vocês.
300 Eliezer, uma última questão, nós estamos tendo como procedimento mandar
301 para os 30 tudo, os 10 titulares e os 20 suplentes, que é exatamente para que
302 todos tenham acesso à informação.

303

304

305 **O SR. JOÃO VIEIRA DE ALMEIDA NETO (CNC)** - João Vieira, da
306 Confederação do Comércio.

307

308

309 **O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** - Bom dia.
310 Agradeço o apoio de todos os membros. Acho que nós vamos ter uma
311 oportunidade de fazer uma composição interessante entre a presidência do
312 Instituto Chico Mendes e a presidência da CNA. Talvez nós representemos o
313 conjunto das instituições que mais ocupam o território brasileiro, com certeza
314 nós queremos, ambos com sua imperialista de crescer a agricultura, na
315 perspectiva de ampliar suas áreas agrícolas e nós de ampliar as áreas de
316 conservação. É um espaço interessante até na condução da Câmara nós
317 buscamos um processo de conciliação de interesses. Mas já dando início à
318 Ordem do Dia, nós temos o processo 992010 que trata do Zoneamento
319 Ecológico Econômico da Zona Leste da Calha Norte do Estado do Pará. Eu
320 chamaria o nosso secretário da SEDR, Dr. Vicentim para fazer um relato, fazer
321 uma apresentação do problema para que nós possamos discuti-lo. Camarada
322 João, eu sei que você, na condição de vice-presidente com conhecimento
323 regimental que você tem, cada vez que eu escorregar no Regimento, você, por
324 favor, fique à vontade para me lembrar e nós retomaremos o rumo correto do
325 Regimento. Dr. Vizentim

326

327

328 **O SR. ROBERTO VIZENTIN (SEDR/MMA)** - Bom dia. Teve eleição aqui, não
329 é? E o Rômulo foi eleito o presidente, assim entendi, como o nosso colega da
330 CNA, professor Paulo, tudo sobre os auspícios aqui e a orientação do professor
331 Paulo. Está aqui também o Bruno, que é o nosso gerente do Zoneamento
332 Ecológico Econômico e a Priscila também está ali, também do Departamento
333 de Zoneamento e o Tiguara, que também está na nossa equipe lá. Assim que
334 não faltará esclarecimento para matéria, se for necessário. Bem, imagino que o
335 Rogério, nosso colega, Secretário de Meio Ambiente lá de Sinop, minha
336 cidade, lá cresce muito a primeira vertente que você expressou, que é a
337 agricultura, Unidade de Conservação não criou nenhuma não. Professor Paulo
338 conhece lá Sinop, tem ido?

339

340

341 **O SR. PAULO NOGUEIRA NETO (ICMBio)** - Faz alguns anos.

342

343

344 **SR. ROBERTO VIZENTIN (SEDR/MMA)** - Vai estranhar muito, porque eu
345 estranho, cada vez que eu vou lá, porque ali se tem uma região na Amazônia,
346 e particularmente no Mato Grosso, que a dinâmica territorial é intensa, é
347 naquela nossa região ali. Muito bem, nós temos lá o “telespise”, que
348 praticamente banha a cidade. A maioria aqui, imagino, tem conhecimento do
349 procedimento que rege a execução do Zoneamento Ecológico Econômico no
350 território nacional. De qualquer forma, apenas para que tenham um contexto,
351 existe o Programa Nacional de Zoneamento Ecológico Econômico, o
352 zoneamento é um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente e a
353 sua execução é uma competência compartilhada entre União, Estados e
354 Municípios. Então, nós temos, cada vez mais no País, municípios fazendo
355 Zoneamento Ecológico Econômico, no âmbito da sua competência, Estados e
356 Governo Federal também faz de áreas prioritárias. Ano passado, nós
357 fizemos, o presidente Lula instituiu, por decreto, o macro Zoneamento
358 Ecológico Econômico da Amazônia Legal. E temos feito de bacias
359 hidrográficas, São Francisco, Parnaíba, sempre em função de alguns critérios
360 que priorizam aquela determinada área, do ponto de vista do ordenamento, da
361 ocupação e uso do espaço. E agora estamos trabalhando também num projeto
362 semelhante que foi feito para Amazônia para o bioma cerrado, porque como
363 sabe, nosso grande desafio no cerrado é exatamente induzir um processo de
364 desenvolvimento, de ocupação de forma mais ordenada. O companheiro da
365 CNA seguramente tem conhecimento, sabe de que na Amazônia, onde que
366 nós combatemos o desmatamento ilegal no bioma cerrado, via de regra, o
367 desmatamento está dentro da legislação, fora da Amazônia, os 80% de uso
368 alternativo do solo e dentro da Amazônia, 35% e a taxa de desmatamento do
369 bioma já é duas vezes maior do que o desmatamento da Amazônia.

370

371

372 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Só uma colocação, ontem mesmo,
373 estava até conversando com a Adriana aqui, nós tivemos um seminário na
374 CNA para tratar da agricultura a baixo carbono, onde a CNA está caindo de
375 cabeça em cima desse programa para incentivar todo produtor rural que tenha
376 área legal para fazer sua abertura e a sua produção para que utilize as
377 melhores técnicas agronômicas e sustentáveis no uso da sua terra, que é em
378 cima muito do programa agricultura baixo carbono.

379

380

381 **SR. ROBERTO VIZENTIN (SEDR/MMA)** - Eu sei que aqui é para falar
382 concretamente do ponto, e não para fazer discurso, mas eu estou dando um
383 contexto para nós chegarmos na matéria e mostrar a importância dela. Então,
384 nós fizemos esse zoneamento da Amazônia, estamos fazendo do bioma
385 cerrado, nessa perspectiva, ainda também um bioma que precisa, do ponto de
386 vista das metas da conservação, criar novas unidades e ordenar a expansão
387 da agricultura. Eu estive no Fórum Social lá em Porto Alegre agora e o diretor
388 geral da FAO, Brasileiro José Graziano enfatizou muito essa projeção que a
389 OCDE e a FAO fazem de que o planeta vai exigir um momento de produção na
390 ordem de 70% de alimentos daqui para 2050. E que boa parte da oferta dessa
391 alimentação virá da África, sobretudo a África Subsaariana, onde tem território
392 para ser ocupado e da América Latina, especialmente do Brasil. Então,
393 independente do ganho de produtividade que a agricultura possa ter e a nossa

394já chegou quase no teto, temos a pecuária ainda, com seus 200 milhões de
395hectares que pode liberar área para expansão da agricultura, mas o fato é que
396vai ter incorporação de novas áreas. E nós precisamos fazer isso e é muito
397bom que a CNA tenha essa decisão política, fazer isso de forma ordenada,
398transformar essa equação que hoje faz da agricultura uma atividade econômica
399importante, estratégica para o País, mas que faz da agricultura muitas vezes a
400vilã do meio ambiente e era para ser o contrário. Bom, também fizemos ano
401passado, já dentro de uma competência do Ministério da Agricultura, do MAPA,
402o zoneamento agroecológico da expansão da cana-de-açúcar. E esse
403zoneamento então indicou as áreas aptas à cultura da cana de tal forma que os
404instrumentos econômicos, financiamento, licenciamento, está tudo orientado a
405partir desse zoneamento e uma decisão importante, nós excluimos, desse
406zoneamento da expansão da cana, algumas áreas importantes do ponto de
407vista ambiental, entre elas o bioma Amazônia. O bioma Amazônia não entrou
408no zoneamento, de tal maneira que hoje não é permitido, podemos assim dizer,
409o plantio da cana para produção de etanol no bioma Amazônia. Além disso, foi
410excluído também a Bacia do Alto Paraguai, a BAP. Então, não é só o Pantanal
411enquanto planície, é toda a bacia. Obviamente com muito conflito, porque isso
412contradiz interesses legítimos, muitas vezes, lá mesmo no Mato Grosso, nós
413temos problema, porque ali na região do médio norte, o próprio ex-prefeito de
414Sinop esteve esses dias aqui, o deputado federal Nilson Leitão, dizendo vocês
415estão congelando o desenvolvimento porque tem empreendimentos grandes
416para se instalar e não pode. Então, a Amazônia hoje está com essa restrição,
417do ponto de vista da expansão do cultivo da cana. Não vou me alongar sobre
418as razões que nos levaram a essa decisão, porque elas são bastante
419conhecidas e óbvias nesse contexto. Bem, mas o presidente Lula ainda falou
420assim, está bem, não vamos incentivar plantio de cana, mas nós temos que ter
421alternativa para Amazônia. E determinou que fosse feito o zoneamento
422agroecológico do plantio da palma de óleo, o dendê. E foi feito esse
423zoneamento do dendê, sob a coordenação do Ministério da Agricultura, mas
424uma participação ativa do meio ambiente também, tecnicamente conduzido
425pela Embrapa, de tal maneira que hoje nós temos instituído um zoneamento
426agroecológico, que não é um Zoneamento Ecológico Econômico, mas não é
427um zoneamento agrícola simplesmente. Ele incorpora todas essas dimensões
428da sustentabilidade, da matriz produtiva e então nós temos uma estratégia,
429uma política. O governo brasileiro tem um programa de incentivo ao plantio de
430dendê na Amazônia, ordenado, em bases sustentáveis para recuperar área
431degradada, criar renda para os agricultores, especialmente pequenos
432agricultores. E dentro dessa estratégia mais geral, os estados da Amazônia
433também foram fazendo seus respectivos zoneamentos. O Pará foi um dos
434primeiros a fazê-lo. Na verdade o primeiro foi o Acre, seguido de Rondônia,
435mas logo Pará. Em 2005, o Governo do Estado fez um Zoneamento Ecológico
436Econômico macro, foi muito importante porque o mosaico de Unidades de
437Conservação que o Pará tem. E o Pará tem muita área sob Unidade de
438Conservação. Quantos por cento do Estado, Bruno? 50% de áreas protegidas,
439mas o Estado do Pará tem mais de 70%, quase 80% de floresta nativa. Nós
440sempre falamos do Pará como um foco de problema, desmatamento, mas tem
441ainda muita área florestada e exatamente o Governo de Estado procura uma
442política de desenvolvimento com base nos recursos florestais. Nesse
443zoneamento de 2005, que foi do Estado todo, foi indicado áreas prioritárias

444para um detalhamento do zoneamento do Estado. Foi feito isso para BR 163,
445aprovado, convertido em lei e agora o Governo do Estado fez esse
446zoneamento, que é matéria aqui da Câmara Técnica hoje do Conama, que é
447um zoneamento da chamada Calha Norte e justamente por estar à margem
448esquerda do Amazonas e da parte leste, que é a parte amigos antropizada,
449mais ocupada historicamente, onde que se deu as frentes de ocupação e de
450expansão. E neste zoneamento, que corresponde a 30% do território, mais ou
451menos, 35% do território do Estado do Pará, repito, é onde que se concentram
452as atividades produtivas, a pecuária, a agricultura. Existe ali, em consonância
453com o macrozoneamento da Amazônia, aquele que eu falei no primeiro
454momento, instituído por decreto presidencial, em linha também com o
455zoneamento agroecológico da palma, este zoneamento do Estado do Pará
456identificou um extraordinário potencial para consolidação da agricultura, da
457pecuária, da expansão inclusive dessas áreas de forma a assegurar que a
458agropecuária possa ali também se ampliar e identificou um extraordinário
459potencial para o dendê. Ali, historicamente, quem conhece o Pará sabe. Ali é
460onde entrou a cultura do dendê, aquela região de Tomáçu, do Vale do Moju, e
461lá onde que estão instaladas as empresas que hoje trabalham com o dendê.
462Então, há uma expectativa da sociedade do Governo do Estado do Pará com
463esse zoneamento, porque é com base nele que a atividade, não só da palma,
464mas as outras também, vão poder se consolidar. E no caso especial do dendê,
465já terminando aqui, Rômulo, há uma integração do Governo do Estado com a
466Petrobrás para que a própria Petrobrás faça grandes investimentos naquela
467região, totalmente ou majoritariamente voltado para fixar os pequenos
468agricultores que estão em áreas antropizadas, desmatadas e que poderiam ter,
469na palma de óleo uma alternativa para recuperar essas áreas e gerar renda.
470Porque são módulos de 10 hectares, em média, de dendê que são instalados
471nessas áreas. Então, a situação é essa. As áreas estão desmatadas,
472antropizadas, mal usadas e nós temos uma alternativa que é compatível com
473os objetivos de recuperação ambiental, fixação de carbono e etc., gerar
474emprego, renda, dinamizar a economia dessa região. Por que o zoneamento
475está aqui, então? Porque, como sabem, estabelece o Código Florestal que
476onde que o Zoneamento Ecológico Econômico indicar para fins de
477recomposição da reserva legal, para 50%, como está estabelecido lá no
478Código, ele pode fazê-lo, mas com o aval do Conama. Então, é isso que está
479acontecendo nesse zoneamento. O zoneamento da Calha Norte da Zona
480Leste, nas áreas desmatadas, isso às vezes as pessoas confundem, onde já foi
481desmatado, tem que recuperar. Ao invés de recuperar 80%, está dizendo, aqui
482nessas áreas, concretamente definidas, a recuperação pode ser feita em 50%
483da propriedade, não 80%, por quê? Porque os outros 50% é para consolidar o
484que está lá, ou no caso especialmente, eu dei destaque, para implantar uma
485política de desenvolvimento baseado numa cultura na palma do dendê. Então,
486isso foi para Assembleia Legislativa, foi aprovado por unanimidade, diga-se de
487passagem, o Governo do Estado sancionou a lei, veio para o Governo Federal.
488Nós cumprimos o nosso papel. O Ministério do Meio Ambiente faz uma análise,
489um parecer, submete à Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico
490Econômico, composta por 14 Ministérios e depois encaminhamos para o
491Conama. O Ministério fez tecnicamente a avaliação, constatou que o
492zoneamento seguiu rigorosamente os procedimentos metodológicos,
493conceituais, foi feito de acordo com os preceitos formais, legais, os conteúdos

494estão adequados, os ajustes que nós identificamos no processo e que foram
495recomendados ao Estado, todos foram atendidos e tem algumas questões
496agora de implementação, que estão também no parecer do Ministério do Meio
497Ambiente que não afetam em nada o trabalho que foi realizado. Esse é o
498parecer que nós encaminhamos para o Conama e que está sendo avaliado
499agora aqui. É um parecer do Ministério do Meio Ambiente, aprovado pela
500Comissão Coordenadora, pelos 14 Ministérios e, no nosso parecer, nós
501fazemos a recomendação que o Conama acolha esse critério do zoneamento,
502isso que está em discussão, autorizar a redução da reserva legal para fins de
503recomposição, não vai ter novos desmatamentos, para 50%. Isso que está em
504questão. É essa que é a matéria que está em debate aqui no Conama
505essencialmente. Algum acréscimo? Eu deixei isso para o debate, mas já
506podemos fazê-lo. Duas observações. A lei que aprovou o zoneamento é uma
507lei mais ampla, não se deteve ao zoneamento. É uma lei que estabelece uma
508série de medidas ambientais e de ordenamento territorial e etc. e
509particularmente no que diz respeito ainda à questão florestal, ela tem duas
510inconstitucionalidades, não é em relação ao zoneamento, mas o zoneamento
511está dentro dessa lei e nós entendemos de que se a lei que aprova o
512zoneamento tem problema de natureza legal, nós deveríamos indicar isso ao
513Governador do Estado e foi o que nós fizemos, indicamos e sugerimos que o
514governador retifique, mediante uma lei complementar, esses dois pontos e em
515última instância, se isso não acontecesse, caberia ao Ministério do Meio
516Ambiente mover uma ação de inconstitucionalidade junto à Advocacia Geral da
517União. Não vai ser preciso fazer isso, não vai ser porque há um entendimento e
518uma concordância do governo do Estado do Estado Pará, da área jurídica, do
519Secretário do Meio Ambiente, do governador que os dois pontos são
520inconstitucionais e que não devem permanecer nessa lei. De tal forma que ele
521se comprometeu, politicamente, de encaminhar à Assembleia Legislativa uma
522lei complementar de tal forma que ao termos a matéria submetida ao pleno do
523Conama, isso já esteja resolvido. Esse é o compromisso do governador,
524expresso por ofício e compromisso político. Quais são os dois pontos? Um é
525que autoriza os proprietários, o Bruno vai explicar melhor, os proprietários,
526dentro dessa área do zoneamento, Calha Norte e Leste, que tenham mais de
52750% da sua propriedade com floresta, usar o excedente de floresta acima dos
52850% para compensação de quem não tem reserva legal. Não está previsto na
529legislação. Só pode usar para fins de compensação o que excede aos 80%.
530Então, esse dispositivo não está de acordo com a legislação. O outro é um que
531permite a compensação da reserva legal de privados dentro das Unidades de
532Conservação do Estado e, como sabem, é possível fazer a desoneração da
533reserva legal em Unidades de Conservação, mas compensação não. Ainda
534mais no caso do Pará, que as Unidades de Conservação são praticamente de
535terras públicas. Então, seque eu, Roberto Vicentin, que tenho uma propriedade
536sem reserva legal, posso adquirir uma propriedade dentro de uma Unidade de
537Conservação para me desonerar. É absolutamente inconstitucional. E sequer,
538diga-se de passagem, esses temas estão contemplados na proposta de revisão
539do Código Florestal, nem um nem outro estão previstos como possibilidade.
540Então, isso não há dúvida jurídica sobre isso, há clareza por parte do governo e
541eles vão tomar esse encaminhamento de uma lei complementar para retificar
542esses dois pontos.

543

544

545**O SR. PAULO NOGUEIRA NETO (ICMBio)** – Eu queria fazer uma pergunta
546como os demais presentes, eu também não conheço o novo Código Florestal,
547porque não foi amplamente divulgado, não conheço. E queria saber, em
548relação às florestas que estão na margem dos rios, se há alguma, digamos,
549menção no novo Código Florestal de proteção e como é que ficaria a proteção
550das áreas de beira de rio, essa questão?

551

552

553**O SR. ROBERTO VIZENTIN (SEDR/MMA)** - Dr. Nogueira, é o seguinte, o
554zoneamento não tem competência para legislar sobre esses aspectos, de tal
555maneira que prevalece realmente o que está na legislação federal. Salvo
556situações como aconteceu em Santa Catarina, de uma lei estadual não seguiu
557os preceitos da Legislação Federal, mas está aí a ação de
558inconstitucionalidade em curso. O zoneamento não incide sobre esse aspecto.
559No que diz respeito ao Código Florestal em debate no Congresso Nacional,
560não há, pela proposta aprovada no Senado, nenhuma mudança dos
561parâmetros atuais de APP. Então, continua os mesmos critérios, inclusive o
562mesmo tamanho das APP, tem muita confusão porque o que se aprovou na
563Câmara foi uma matéria e o Senado foi outra. Então, o Senado retificou uma
564série de aspectos que, no nosso ver, estavam equivocados no projeto da
565Câmara. Agora, teve mudanças no seguinte sentido, só para dar um exemplo
566concreto, a menor área de proteção de APP ripária, beira de rio, é de 30
567metros. Então, hoje, se o proprietário não tem 30 metros de APP, ele precisa
568reconstituir APP em 30 metros. A proposta que foi aprovada no Senado diz o
569seguinte, se ele não tem os 30 metros de APP, ele poderá recuperar só 15, não
57030, mas aquele que tem 30 de APP não pode derrubar 15 metros para ficar
571com 15. Então, assim tem uma série de mudanças, mas não mudou, são 30
572metros, 100 metros, 500 metros. O que muda é a necessidade de
573recomposição, pelas razões que não cabe aqui. Resumindo, o ZEE do Pará,
574como qualquer outro zoneamento, não tem competência para legislar e incidir
575sobre esses parâmetros, isso está escrito e é normatizado pela Legislação
576Federal no Código Florestal e o novo código não altera isso sequer.

577

578

579**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** - Eu tenho
580certeza que todos nós gostaríamos de nos adensar em mais informações com
581relação ao Código Florestal, o Ministério recentemente fez uma boa
582apresentação para nós durante uma manhã onde ele reuniu todos os gestores
583do Ministério e vinculadas, que nos permitiu uma boa visão do processo. Eu só
584lamento que realmente nós não temos condições de fazer isso na nossa
585Câmara, mas nós sugerimos que uma estratégia específica ou do Conselho,
586talvez na próxima Plenária se faça uma apresentação esclarecedora nisso,
587porque a apresentação que o João fez para nós foi muito interessante, que nos
588permitiu visualizar os resultados do que era o Código antes, o que foi a
589proposta do deputado Aldo Rebelo, o que foi a proposição da Comissão
590Especial e o que saiu do Senado agora que estará em votação na Câmara nos
591dias 6 e 7 de março. Ou seja, há um processo grande de construção disso
592ainda. O novo Código Florestal ainda está em processo de construção no
593Congresso. Lamento realmente nós não termos condições de ir à Câmara de

594fazer uma discussão profunda disso, foge um pouco, nem tão foge do nosso
595espaço, porque Código Florestal trata efetivamente de ocupação territorial, foge
596um pouco da pauta, eu diria, mas se nós tivermos oportunidade, sugestões,
597gostaria de ouvi-los, mas se nós tivéssemos para a próxima organização do
598Conama, que se faça uma apresentação para todos os Conselheiros para que
599nós possamos nos familiar melhor, porque é impossível nós ficarmos no
600mesmo nível que os Joões, o João de Deus, João da CNA, que são pessoas
601que se envolveram diretamente no processo, discutindo até as vírgulas do
602futuro código. Então, voltando para a nossa pauta, nós temos a proposta de
603recomendação projetada... Mais alguma observação? Só como informação
604para os senhores, nós temos a proposta de recomendação projetada ali e aí é
605uma coisa simples, pela questão formal do zoneamento, só sintetizando um
606pouco o camarada Vicentin, nós temos a responsabilidade do Conama de fazer
607a aprovação do zoneamento e o que o Ministério está propondo é a aprovação,
608recomenda a aprovação do zoneamento do Estado, apenas com duas
609observações, aliás, com uma ressalva, eu diria, recomendando ao Estado que
610faça as alterações em dois artigos que não que há, efetivamente, uma relação
611direta, mas mais por uma questão de constitucionalidade, de legalidade do que
612no que diz respeito à questão técnica efetiva e do efeito que o zoneamento tem
613no ponto de vista do desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará.

614

615

616**SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** - Bom dia,
617novamente, só gostaria de fazer alguns acréscimos. Gostaria de fazer apenas
618um comentário adicional àquilo que o secretário Vicentin coloca na questão
619desse pleito apresentado pelo Estado do Pará, porque o Código Florestal, que
620estabelece esse dispositivo de possibilidade de redução da reserva legal para
621fins de recomposição, vamos dizer assim, ele limita isso àquelas áreas de
622floresta nos Estados localizados na Amazônia Legal. Só que para isso
623acontecer, é preciso que o Zoneamento Ecológico Econômico indique quais
624são as áreas mais adequadas para se fazer essa redução, considerando esse
625primeiro filtro das áreas de floresta localizadas na Amazônia Legal. Desse
626ponto de vista, esse Zoneamento Ecológico Econômico da Zona Leste da
627Calha Norte, nós estamos aqui apreciando, ele classifica esse território, essa
628porção de território do Estado do Pará, em tipologias de áreas, com suas
629respectivas Zonas Ecológicas Econômicas e aquelas zonas indicadas para
630haver essa redução da reserva legal para fins de recomposição são aquelas
631zonas do ponto de vista ambiental dotada de uma menor vulnerabilidade, tanto
632do ponto de vista de processos erosivos, da conservação dos recursos
633hídricos, da proteção da biodiversidade, ou seja, foram estabelecidos critérios
634técnicos, de acordo com a metodologia do Zoneamento Ecológico Econômico
635que indica, portanto, aquelas áreas com maior capacidade de suporte dos
636ecossistemas para intensificação das atividades econômicas. Aquelas áreas do
637ponto de vista ambiental mais vulneráveis não serão contempladas com essa
638redução da reserva legal até mesmo para necessidade, óbvia, que tem
639fortalecimento das ações de recuperação e de conservação ambiental. Além
640disso, é importante destacar que o artigo da lei que institui o Zoneamento
641Ecológico Econômico da Zona Leste da Calha Norte, eles não conferem esse
642benefício de redução da reserva legal para fins de recomposição
643automaticamente. Para que um proprietário localizado nessas áreas, onde

644houve essa redução da reserva legal, tem esse benefício conferido para o seu
645imóvel, para a sua propriedade, para a sua posse, é preciso que ele ingresse,
646com um processo na Secretaria de Estado do Meio Ambiente, primeiro,
647cadastrando a sua propriedade no cadastro ambiental rural, que é uma
648previsão que já está na vanguarda daquilo que está previsto no novo Código
649Florestal, e, além disso, ele precisa assumir um termo de ajuste de conduta,
650um termo de compromisso no qual ele se compromete com a recuperação
651desses passivos ambientais, recuperação integral das suas áreas de
652preservação permanente e excluídos em qualquer caso aqueles sítios
653especialmente que estão localizados dentro da sua propriedade, de acordo
654com o parecer que será emitido pela Secretaria de Meio Ambiente, aqueles
655sítios dotados de uma maior importância para uma maior importância para a
656conservação da biodiversidade, dos corredores ecológicos, que eventualmente
657estiverem dentro da sua propriedade, ou seja, além desses filtros que já são
658conferidos pelo Código Florestal, pela metodologia desenvolvida na elaboração
659do Zoneamento Ecológico da Zona Leste na Calha Norte, é preciso que após a
660aprovação pelo Conama e posteriormente o Decreto Presidencial chancelando
661essa indicação feita aqui pelo Conselho é que o proprietário ingresse com o
662processo na Secretaria de Meio Ambiente, que fará também essas ressalvas
663do ponto de vista da proteção ambiental. Além disso, eu gostaria de fazer uma
664breve consideração aqui, presidente, se me permite, que apesar do Código
665Florestal não ser um ponto de pauta aqui da nossa reunião, eu só gostaria de
666falar brevemente de que forma essa questão da redução da reserva legal, a
667partir do Zoneamento Ecológico Econômico está considerado nessa nova
668proposta. Atualmente, o Código Florestal tem uma regra geral, áreas de
669floresta dos Estados da Amazônia Legal podem ter a sua reserva legal
670reduzida para 50% para fins de recomposição somente, não contempla
671regeneração natural, não contempla compensação, não contempla
672desoneração e, além disso, desde que indicados pelo zoneamento. Na
673proposta do novo Código Florestal, nós temos esse dispositivo dividido em três
674categorias, vamos dizer assim, os municípios que têm mais de 50% do seu
675território instituído por Unidades de Conservação de domínio público e terras
676indígenas homologadas, automaticamente não existe necessidade de você ter
677um zoneamento desses municípios eles têm a sua reserva legal reduzida para
678fins de recomposição somente para 50%. Aqueles Estados que tem mais de
67965% do seu território com Unidade de Conservação de domínio público e terras
680indígenas homologadas tem a sua reserva legal reduzida, não é para fins de
681recomposição. É a redução da reserva legal para 50% também. Atualmente, o
682único Estado que se encaixa nesse critério, com mais de 65% do seu território
683com áreas protegidas é o Estado do Amapá. Os outros ainda não atingiram
684esse percentual. E por fim, para os outros casos, onde municípios que têm de
68550% de áreas protegidas e Estados que têm menos de 65% continuam essa
686previsão de redução da reserva legal, agora não só para fins de recomposição
687mas também para as outras modalidades de recuperação, de regularização
688ambiental, desde que indicado pelo Zoneamento Ecológico Econômico, assim
689como preceitua o atual Código Florestal e ouvido o Poder Público Federal. A
690proposta do novo Código Florestal não é explícita e mencionaram o Conama
691como sendo o órgão competente para ser ouvido nesse caso. Ele só menciona
692o Poder Público Federal, acho que talvez isso será objeto posteriormente de
693uma regulamentação para saber qual vai ser o trâmite exato. Eu digo isso

694 porque como dito agora, a apreciação do Código Florestal na Câmara está
695 agendada para o início de março e nós já temos outro processo na fila, vamos
696 dizer assim, para ser apreciado pelo Conama, que é o ZEE da sub-região do
697 Purus, do Estado do Amazonas e talvez nós tenhamos uma mudança de
698 trâmite nesse sentido, mas de momentos são essas considerações que eu
699 queria fazer e nós podemos depois aprofundá-las no debate. Obrigado

700

701

702 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Eu sei que essa Câmara Técnica
703 não tem que discutir inconstitucionalidade, parte jurídica e nada, mas uma
704 coisa você colocou, só para eu anotar aqui, você falou existem duas
705 inconstitucionalidades, uma é a compensação da área da propriedade em
706 Unidade de Conservação e a outra é entre propriedades?

707

708

709 **SR. ROBERTO VIZENTIN (SEDR/MMA)** - É.

710

711

712 **SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** - Mais
713 algum esclarecimento, senhores?

714

715

716 **SR. ROBERTO VIZENTIN (SEDR/MMA)** - O que estava nos ocorrendo aqui
717 com o Rômulo e também com a Adriana era o seguinte, a rigor, o Conama
718 deveria recomendar à presidenta que aceite ou não aceite esse dispositivo da
719 redução, estabelecer essa condicionalidade não é o procedimento correto,
720 estou relendo o que nós mesmos propusemos ali. O que nós devíamos, se a
721 Câmara Técnica aqui acompanhar o parecer da Comissão Nacional que acata
722 essa redução, então, ela encaminha para o pleno. Essa questão de corrigir as
723 inconstitucionalidades é o governador que tem que fazê-lo. Então, a reunião do
724 Conama é dia 22 e 23 de março. Ora bem, se no dia do Plenário o Governo do
725 Estado já procedeu a isso, então, a matéria está limpa. Senão, aí, vamos dizer,
726 e o próprio Plenário pode não aprovar. Para que vamos botar esse negócio aí,
727 não tem a ver com a matéria em si. Então, é o seguinte, recomenda-se a
728 adoção da medida de reduzir para fins de recomposição em 50% ponto.

729

730

731 **SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** - Eu quero
732 entender, a sugestão era retirar o adendo?

733

734

735 **SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** - É uma
736 recomendação de que se acate essa indicação feita pelo zoneamento, desde
737 que esses dois artigos sejam corrigidos. Então, a sugestão é retirar esse desde
738 que e a menção a esses dois artigos que estão equivocados. E foi uma
739 promessa feita pelo Secretário de Meio Ambiente que tomou posse segunda-
740 feira no Estado do Pará que de até a reunião da Câmara Técnica de Assuntos
741 Jurídicos, que será realizada no dia 15 de fevereiro, seja encaminhado um
742 Projeto de Lei à Assembleia Legislativa do Estado corrigindo esses dois artigos
743 da lei que institui esse zoneamento.

744

745

746 **O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** - Todos
747 entenderam qual está sendo a sugestão?

748

749

750 **SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
751 **DConama)** – Rômulo, então ainda um adendo de explicação. O que se está
752 pleiteando aqui é uma avaliação técnica. A jurídica vai se reunir 15 e 16 e a
753 Plenária me parece que é 21 e 22 de março. Do ponto de vista formal de uma
754 recomendação, não cabe estabelecer um condicionante, ainda mais um
755 condicionante que diz respeito a uma Assembleia Legislativa. A Plenária do
756 Conama vai avaliar a situação da forma como ela vai estar na data da Plenária
757 e aí ou aprova-se ou não aprova-se. A tarefa dessa Câmara é avaliar
758 tecnicamente todo o zoneamento e como ele foi feito. A jurídica vai se debruçar
759 sobre essas questões e também vai ter informações de como está tramitando
760 na Assembleia e depois isso vai para a Plenária. Então, realmente não cabe
761 fazer uma recomendação com condicionante, isso não existe do ponto de vista
762 formal. Por isso a ideia seria se excluir esse "com condicionantes", aquele
763 parágrafo, que falava de um parecer da consultoria jurídica e realmente
764 continuar a apreciação, debate e a votação desta matéria do ponto de vista
765 técnico, metodológico do zoneamento.

766

767

768 **O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** - Alguma
769 observação? Em votação. Quem for contra, por favor se manifeste. Foi
770 aprovado por unanimidade.

771

772

773 **O SR. ROBERTO VIZENTIN (SEDR/MMA)** - Agradecer a oportunidade e o
774 espaço dizer que certamente nós voltaremos, porque o Bruno já antecipou, tem
775 vários zoneamentos, estou vendo o nosso colega Rogério, temos o
776 zoneamento do Mato Grosso e esse não será tão linear como esse do Pará,
777 por conta de problemas que nós estamos..., é para ir preparando aqui o espírito
778 porque nós vamos ter um debate longo pela frente.

779

780

781 **O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Depois
782 eu queria ter uma conversa com a organização do Conama, porque, primeiro o
783 João fez uma observação regimental muito importante no início, a questão do
784 tempo desses documentos chegarem e segundo tem alguns temas que dada a
785 complexidade, eu acho que a contextualização dele vai ter que ser um pouco
786 mais densa, não quer dizer que você não tenha dado uma densidade política
787 interessante na observação que você fez do Pará, mas acho que nós
788 precisamos de uma informação principalmente técnica, um pouco mais densa
789 para que nós possamos mais à vontade, mas acho que a Câmara está de
790 parabéns, é um ponto importante no ponto de vista do Ministério, do Estado do
791 Pará, não sei se tem algum representante do Estado do Pará aqui.

792

793

794 **O SR. BRUNO SIQUEIRA ABER SABER MIGUEL (MMA)** - Eu gostaria de
795 pedir desculpas, porque ontem mesmo eu conversei com o vice-secretário de
796 Meio Ambiente do Estado do Pará, que se comprometeu a estar presente aqui
797 hoje fazendo uma exposição um pouco mais extensa, contextualizando esse
798 pleito e a metodologia que foi utilizada.

799

800

801 **O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Então
802 fica a representação do Pará vinculada a minha questão de origem, por ser de
803 Curupá/PA. Uma área obviamente, totalmente destacada, não tem dendê lá.
804 Obrigado, gente. Vamos para o segundo ponto. Obrigado Dr. Vicentin.
805 Processo 284, proposta de criação do GT visando elaboração de resolução
806 específica para estabelecer critérios para avaliação de capacidade suporte
807 ambiental das revisões metropolitanas do Brasil. O interessado é a PROAM,
808 tramitou na Diretoria de Qualidade Ambiental do Ibama, na Secretaria de
809 Recursos Hídricos e Meio Ambiente Urbano do MMA, que apresentaram suas
810 manifestações favoráveis e eu pergunto se tem alguém...

811

812

813 **O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO LIMA (DConama)** - Nós gostaríamos de
814 sugerir uma pequena inversão de pauta, que ao invés de tratar imediatamente
815 do assunto da PROAM, pudesse tratar do assunto do Jardim Botânico, as
816 alterações. O relator do Jardim Botânico já está e teria um compromisso no Rio
817 de Janeiro.

818

819

820 **O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** - Eu
821 pergunto aos membros da Câmara se tem alguma...? Podemos concordar?
822 OK. Vamos para o processo do Jardim Botânico. A revisão da Resolução
823 339/2003, sobre Jardim Botânico. Interessado é o Ministério do Meio Ambiente,
824 Jardim Botânico do Rio de Janeiro, tramitou na Secretaria de Biodiversidade e
825 Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes que se
826 manifestaram favoravelmente à proposta. Eu pergunto se tem alguém do
827 Jardim Botânico que possa fazer...?

828

829

830 **O SR. CLÁUDIO NICOLETTI DE FRAGA (JBRJ/MMA)** – Bom dia, eu sou
831 Cláudio Fraga, sou do Jardim Botânico do Rio, é autarquia federal do meio
832 ambiente e que tem sido responsável por avaliar os demais Jardins Botânicos
833 no Brasil de todas as esferas. Existem Jardins Botânicos que são estaduais,
834 municipais, particulares inclusive e todos eles são, de certa forma, regidos pela
835 Resolução Conama 339, que já é uma revisão da 266, antiga Resolução
836 Conama 266. O senhor gostaria que eu já expusesse quais são os pontos
837 interessantes? Bem, a resolução Conama 339 avalia os Jardins Botânicos em
838 três pontos. São três notas. Então, aplicando essa resolução Conama está a
839 Comissão Nacional de Jardins Botânicos, que faz uma avaliação, requer os
840 documentos das diferentes Jardins Botânicos no Brasil e o avalia dentro
841 dessas três notas. Para que o Jardim Botânico seja enquadrado em uma
842 dessas notas, os documentos são avaliados por esse grupo de pessoas. Então,
843 tem assento diversas sociedades para executar essa avaliação. Esses jardins,

844no fundo, não estão dentro de uma lei, assim como nada da conservação ex
845*situ* está dentro da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Eu
846ainda vejo que um futuro da Resolução Conama seja se inserir no SNUC. Acho
847que o SNUC um dia vai, talvez deixar de ser um pouco perneta, porque só
848trabalha com a conservação *in situ*, todas as Unidades de Conservação do
849SNUC são *in situ*. Então, a resolução Conama 339 aqui é um pouco
850regulamenta o que são os Jardins Botânicos, só Jardins Botânicos, não
851regulamenta Jardins Zoológicos, criadouros científicos de fauna, só Jardins
852Botânicos, inclusive na questão de conservação *ex situ* de plantas, não temos
853criadores científicos de flora, o que é uma pena para o Brasil porque grande
854parte da biodiversidade está na mão de pessoas que colecionam plantas e isso
855a lei ainda não chegou. Mas estamos tentando regulamentar um pouco a
856questão dos Jardins Botânicos instituídos. Para o Jardim Botânico receber nota
857A, B ou C, tem que cumprir uma série desses pontos que estão estabelecidos
858aqui. Para ser categoria A, ele tem que cumprir 16 itens. Para ser um Jardim
859Botânico B, 14 itens e para ser um Jardim Botânico C, ele tem que cumprir 11
860itens. Todos esses itens estão arrolados dentro da Resolução Conama e isso
861tem sido uma dificuldade para os Jardins Botânicos. Eu ainda tenho um senão
862para a Resolução do Conama 339 e ontem eu conversei com o presidente da
863Rede Brasileira de Jardins Botânicos, que nada tem a ver com o Jardim
864Botânico do Rio quanto autarquia e quanto avaliador, mas é onde congrega os
865Jardins Botânicos do Brasil. Uma coisa que nos chama a atenção é que os
866Jardins Botânicos podem ser muito bons em algumas coisas, mas se não tem
867um dos itens, pode ser muito bom em conservar plantas, mas se ele não tem
868um dos itens, ele pode não ser A. Ele pode ser muito bom em conservar
869plantas, mas ele pode não possuir um programa de educação ambiental, por
870exemplo. E aí isso faz com que ele vire um Jardim Botânico B ou C e isso tem
871feito que a inclusão dos Jardins Botânicos nos sistemas da Resolução Conama
872fique um pouco deficitária. Hoje nós temos menos da metade dos Jardins
873Botânicos brasileiros pontuados como A, B ou C. Nós temos um critério que é
874registrá-lo como novo, mas ele não pode continuar como novo de novo. Depois
875de novo, ele teria que ser A, B ou C e muitos deles não conseguem cumprir em
876função de estarem em esferas de governo diferentes e com ausência de
877recurso. Eu gostaria de ver a resolução 339 um pouco melhorada, ela foi
878melhorada para apresentar aqui, mas nós ontem discutindo, sentimos
879necessidade da inclusão de alguma coisa que viesse a melhorar isso aqui. Eu
880não sei se cabe discutir ou se cabe sugerir.

881

882

883**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** - O Jardim
884Botânico como principal interessado, se entender que a proposta de Resolução
885em tramitação na Câmara não está tecnicamente suficiente, precisa de
886aprimoramentos, nós podemos retirar de pauta, puxar para que vocês possam
887aprimorar isso e volte à Câmara Técnica aprimorada. Eu acho que é uma
888oportunidade importante que nós tivemos um avanço, mas se a instituição
889responsável por isso percebe que é possível ter avanços significativos, eu acho
890que o melhor caminho seria nós retirarmos de pauta, ir ao Jardim Botânico,
891vocês trabalharem nisso para o processo voltar aqui. Pergunto ao camarada
892vice-presidente João, se regimentalmente tem alguma previsão com relação a

893isso e queria ouvir também os demais membros da Câmara, mas entendo que
894esse seria um bom caminho.

895

896

897**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Mas eu só tinha uma dúvida em
898relação a esse documento aqui. Será que nós poderíamos comentar algumas
899coisas?

900

901

902**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Só um aparte. Nós ontem nos
903reunimos em relação a essa reunião e nós decidimos que, por todas as
904melhoras que ele teve, é interessante que ele mantenha-se em pauta, mesmo
905que nós visualizemos possíveis melhoras futuras. Essa rede brasileira de
906jardins botânicos, que congrega os jardins botânicos no Brasil, faz uma reunião
907anual. E no final do ano, que vai ter essa reunião anual, o ponto principal é
908discutir as melhoras e os avanços necessários para a Resolução Conama 339.
909Então, retirar isso de pauta hoje vai nos deixar mantendo a Resolução no
910atraso por um tempo grande ainda, e nós decidimos manter isso em pauta, não
911retirar pedido, fazer o pedido de retirada de pauta. Mas eu queria saber se tem
912a possibilidade de fazer algumas inclusões ou...

913

914

915**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Acho
916que tem a possibilidade de ou retirar de pauta, e isso voltaria na próxima
917reunião da Câmara, ou fazer os aprimoramentos aqui. Você concluiu?

918

919

920**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Nós preferimos não retirar de
921pauta, como Instituição.

922

923

924**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Só para entender, retirar de pauta
925é do dia, é desta reunião. Mas ele continua dentro das pautas dessa Câmara
926Técnica, porque se nós abrirmos qualquer coisa dentro desse texto, nós temos
927que começar a discuti-lo. Como você está pedindo para que se não discuta,
928para ter um tempo, o interessante regimentalmente é tirar de pauta, porque na
929próxima pauta, ele entra, de repente o como primeiro item de pauta a ser
930discutido. Não vai tirar da pauta de discussão, vai tirar de hoje, dessa
931discussão, da primeira Câmara Técnica do ano de 2012. Uma dúvida, mais por
932desconhecimento: o Jardim Botânico não é gerido pelo Instituto Chico Mendes?

933

934

935**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Não. O
936Jardim Botânico, há pouco mais de 10 anos, foi transformado, quando estava
937vinculado ainda ao Ibama, ele foi desvinculado e criada uma autarquia. Ele é
938uma autarquia federal no mesmo nível do Ibama e do Instituto Chico Mendes e
939vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

940

941

942 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Entendi. Porque eu estava dando
943 uma lida no documento, algumas coisas rápidas aqui, e eu acho que junto com
944 vocês, quem mais entende de proteção de uma área natural ou coisa assim é o
945 ICMBio. Eu vi aqui no art. 7º, sem querer entrar na discussão, mas seria uma
946 sugestão, já que você vai querer colocar, que você coloque quem são os
947 membros do CNJD. Seria interessante o ICMBio, minha sugestão, João Carlos,
948 porque eu acho que o ICMBio também tem uma bagagem muito grande para
949 poder ajudar. E o que o Jardim Botânico tem para oferecer também para o
950 ICMBio, no banco genético, entre outras coisas, acharia uma coisa muito
951 interessante a inclusão do ICMBio.

952

953

954 **O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Tanto o ICMBio como o Jardim
955 Botânico do Rio de Janeiro, a sua autarquia, estão dentro dessa vaga
956 Ministério do Meio Ambiente. Tem sido mantido assim.

957

958

959 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Por isso que eu estou dizendo que
960 seria só uma sugestão, porque o que eu vi aqui é que vocês podem votar ou
961 não votar em alguma coisa. Então, de repente, eu acho que o ICMBio é uma
962 ajuda junto com o Ministério do Meio Ambiente. Outra coisa que eu vi aqui, no
963 art. 2º, inciso VII: participar ativamente da formulação de políticas públicas para
964 conservação da biodiversidade. Eu acho que está demais para colocar isso
965 numa resolução. Acho que o Ministério do Meio Ambiente por mais que vocês
966 sejam, e vocês são, como aprendi aqui agora, uma autarquia ligada ao
967 Ministério, quem tem que fazer o trabalho em cima da formulação de política
968 pública é o Ministério do Meio Ambiente. O Conama também dá essa ajuda.
969 Acho que o Ibama não participa, o Ministério do Meio Ambiente indica alguém
970 do Ibama para participar. Acho que o Ministério do Meio Ambiente, como órgão
971 maior dentro da esfera federal, que deve indicar se alguém do Jardim Botânico
972 deve participar da formulação de política pública. Porque está se dando um
973 cheque em branco para que uma pessoa da instituição, lógico que essa pessoa
974 vai ser indicada pela instituição, mas está dando um cheque em branco para
975 que essa pessoa vá lá representando, um exemplo, a área ambiental. Acho
976 que quem deveria ser o órgão central da formulação de política pública é o
977 Ministério do Meio Ambiente. Obrigado.

978

979

980 **O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Já eu
981 pergunto efetivamente ao Jardim Botânico: se você entende que é importante
982 fazer essa discussão ainda nessa Câmara, mas com uma observação, produto
983 da Câmara aqui vai para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e,
984 posteriormente, ao plenário. Se há o interesse em reformular tecnicamente a
985 proposta, nós temos duas alternativas: ou fazemos agora, nesta reunião, e aí
986 nós vamos ter que passar a resolução ponto a ponto, ou você retiram para
987 apresentar na próxima reunião, com as correções que vocês estão entendendo
988 ser necessárias. Eu sugiro que você faça uma avaliação para ver a densidade
989 de aprimoramento que você tem. Se você tem um pequeno aponto ou se for
990 um pequeno ajuste na resolução, que já passou essa resolução, que já passou

991por discussões, por avaliações técnicas, tanto no âmbito do Instituto Chico
992Mendes, quanto no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

993

994

995**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Minha proposta é que eu
996possa mencionar quais são. Nós colocamos na tela. Até gostaria de ouvir: “isso
997não é pequeno”.

998

999

1000**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Aí, eu
1001acho que nós vamos seguir o processo tradicional da Câmara, de discussão da
1002resolução, e aí nós vamos ponto a ponto. Nos pontos em que você tiver
1003sugestões, você vai fazer, você e os outros membros da Câmara, os ajustes
1004necessários. Então, vamos. Seguindo alguma sugestão com relação ao caput?
1005Podemos ir para o art. 1º? Alguma observação?

1006

1007

1008**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Aí houve uma modificação que
1009foi a retirada de “área”. Ali onde está “Instituição responsável” era “área”. E os
1010jardins botânicos são instituições responsáveis pelo processo, ou seja, isso já
1011foi alterado e está...

1012

1013

1014**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Essa foi
1015uma das principais alterações propostas originalmente pelo Jardim Botânico, é
1016que na resolução anterior se falava em “áreas”, “áreas”, e não as instituições
1017responsáveis, ou seja, deixou de se tratar área para tratar instituições. Tem
1018alguma sugestão de alteração no art. 1º?

1019

1020

1021**A SRª. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA)** – Dr. Rômulo, vai fazer
1022essa sugestão de retirar e colocar “área”?

1023

1024

1025**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Não, já
1026foi feito. Só estava argumentando que esses foram os resultados já da... No
1027passado era “área”. Na 339 original era “área”. Art. 2º. Do 1º ou do 2º, João?

1028

1029

1030**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – É num todo. Em cima da diretriz
1031apontada lá em cima. É competência do Conama isso? Sobre a criação,
1032definição de objetivo e funcionamento do Jardim Botânico? Isso não é uma
1033Portaria do Ministério do Meio Ambiente, já que é uma autarquia do Ministério?
1034Porque as competências do Conama dentro da 6.938 não aponta esse
1035direcionamento.

1036

1037

1038**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Nós
1039estamos tratando do aprimoramento de uma resolução já estabelecida pelo
1040próprio Conselho.

1041

1042

1043 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Sim. O que eu estou dizendo é
1044 que, se houve uma resolução aprovada, ok. Mas o que eu estou dizendo, eu
1045 estou colocando uma nova questão aqui. É competência do Conama, pode ser
1046 até que a outra estava errada e passou batido, não sei, mas é competência do
1047 Conama, porque aqui, quando nós vamos ao art. 8º, quando coloca as
1048 competências do Conama, coloca: estabelecer, mediante proposta do Ibama,
1049 normas e critérios para o licenciamento ambiental; determinar quando julgar
1050 necessária a realização de estudos e alternativas e das possíveis
1051 consequências ambientais, projetos públicos, privados, etc.; 3º revogado;
1052 homologar acordo visando a transformação de penalidade pecuniária, outra
1053 coisa; determinar, mediante representação do Ibama, perda de restrição de
1054 benefício fiscal; estabelecer privativamente normas e padrões nacionais de
1055 controle de poluição de veículo automotivo; estabelecer normas, critérios e
1056 padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente,
1057 com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente recursos
1058 hídricos, ou seja, o uso. Então, eu não vejo se nós poderíamos tentar se
1059 enquadrar nesse 7º, mas é o uso do recurso. Então, não sei nem se nós
1060 entramos nesse aqui. Por isso que eu estou fazendo o questionamento, nós
1061 podemos até trabalhar tudo. Recursos ambientais, principalmente os hídricos.
1062 Mas aí, vamos continuar o trabalho aqui, não vou fazer nada, mas queria que
1063 fizesse uma ressalva para o pessoal de assuntos jurídicos, depois desse uma
1064 avaliada se realmente nós temos essa competência de definir. Eu não estou
1065 dizendo que isso aqui está errado, eu acho que isso aqui deveria ser alguma
1066 coisa do Ministério do Meio Ambiente, uma Portaria, ou algum ato dentro do
1067 Ministério do Meio Ambiente, que colocasse aqui para uma autarquia que é
1068 sua.

1069

1070

1071 **SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Sim,
1072 isso seria ótimo de fosse uma lei. O Sistema Nacional de Conservação *ex situ*
1073 seria maravilhoso, mas não temos.

1074

1075

1076 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Sim, mas não sei se é a
1077 competência nossa, deste Conselho. Fica essa sugestão.

1078

1079

1080 **SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Eu acho que se enquadra,
1081 porque o Jardim Botânico, como Instituição, tem como principal papel o uso da
1082 diversidade. Ele obtém coleções, ele não conserva as áreas por si só. Eles
1083 manipulam...

1084

1085

1086 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Eu não coloco aqui em resolução o
1087 que o ICMBio ou o que o Ibama tem que fazer. Existe um documento do
1088 Ministério do Meio Ambiente que coloca quais são as atribuições dessas duas
1089 instituições dentro do seu âmbito. Por isso que eu estou dizendo, eu não sei se

1090nós, Conama, deveríamos fazer isso. Acho que é muito mais fácil sendo
1091Portaria do Ministério.

1092

1093

1094**O SR. LUIZ ANTÔNIO GONÇALVES RODRIGUES DE SOUZA (MAPA)** - Para
1095ficar um pouco mais claro, nós não estamos discutindo só o papel do Jardim
1096Botânico do Rio de Janeiro, que é autarquia federal, estamos definindo uma
1097série de outros... Talvez seja um pouco mais amplo. Eu concordo com o colega
1098do CNA que talvez haja espaço para avaliar se esse é o Fórum adequado. Mas
1099só para ficar um pouco mais claro, não estamos tratando exatamente da
1100autarquia Jardim Botânico, mas de todos os outros que não são federais
1101também.

1102

1103

1104**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** –
1105Portanto, foge da responsabilidade específica só da autarquia ou do Ministério
1106também. João, eu acho que está registrada a tua colocação, você já inclusive
1107encaminhou de forma adequada recomendando à assessoria do Conama que
1108faça essa avaliação junto à Câmara Técnica ou ao consultor jurídico ou à
1109Câmara Técnica com relação a essa incumbência. Agora, eu entendo que o
1110uso de material biológico *in situ*, ou *ex situ* é efetivamente o uso de recursos
1111ambientais. Podemos continuar? João, você continua inscrito? É só uma
1112observação para nós contribuirmos com o processo. Mais uma vez, nós
1113estamos esquecendo-se de nos identificarmos ao falar. Isso para o processo
1114de estenotipia dificulta nossos colegas aqui da estenotipia.

1115

1116

1117**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Antes, bonito é o salário do
1118estenotipista, mas tudo bem. O Conselho Nacional do Meio Ambiente e suas
1119atribuições, eu acho que podíamos mudar a Portaria; não é mais essa como
1120Regimento, lá em cima. No uso das suas competências da lei tal, do decreto
1121tal, e tendo em vista o Regimento Interno anexo à Portaria 168 de 2005.

1122

1123

1124**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Ok. Art.
11252º, incisos I, II, III, IV, V. Talvez seja, eu acho que não vai ser... Nós podemos
1126ganhar tempo, porque... Alguém mais do Jardim Botânico tem alguma sugestão
1127de aprimoramento na Norma?

1128

1129

1130**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Eu tinha colocado duas. Vamos
1131continuar ou já quer ir direto para elas?

1132

1133

1134**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Eu acho
1135que nós podemos seguir. Para que eu não fique lendo aqui um por um... Ah,
1136não tem jeito, tem dois com observações. Vamos seguir. Alguma observação
1137nos incisos do art. 2º? Art. 3º?

1138

1139

1140 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – No 2º eu tenho. É porque eu
1141coloquei antes no inciso VII. A retirada do inciso VII.

1142

1143

1144 **SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Mas não
1145tem inciso VII.

1146

1147

1148 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – No meu tem. Pega a que está
1149riscada. É uma que está riscada.

1150

1151

1152 **SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** –
1153Participar ativamente na formulação de políticas...

1154

1155

1156 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Públicas, para conservação da
1157biodiversidade. A minha sugestão é a retirada deste inciso.

1158

1159

1160 **SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Aqui
1161mais uma vez: esses jardins botânicos que fazem parte desta Resolução são
1162de diferentes esferas. Então, existem jardins botânicos que são dos municípios,
1163são das secretarias de meio ambiente municipais, de secretarias estaduais, e
1164eles em si participam sim da formulação das políticas de conservação da
1165biodiversidade municipal, estadual. E nós, como Jardim Botânico, até da
1166Federal. Claro que quando convidados há. Então, o Ministério muitas vezes
1167nos consulta: “como tratamos tal matéria?”. Então, nós temos várias aí para
1168conservação da biodiversidade, temos que cumprir até 2012 uma série de
1169coisas que o jardim botânico vai ter que responder: quantas plantas nós temos
1170cultivadas, ameaçadas de extinção no Brasil hoje? Quem vai responder e
1171correr atrás de responder isso até 2020 somos nós, a instituição, isso no
1172âmbito federal. Eu até te entendo, quando você coloca, mas acho que está
1173analisando a resolução como um papel do Jardim Botânico do Rio, autarquia.
1174Não. É para todos.

1175

1176

1177 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Eu concordo 100% com o que você
1178falou. Esse é o trabalho de vocês mesmo, mas não colocar isso no papel,
1179porque aqui está sendo... Vocês podem passar por cima de superiores, não
1180dentro dos jardins botânicos, mas superiores que eu digo dentro do Ministério,
1181das secretarias, etc. para participar de políticas. Eu acho que vocês têm que ter
1182o convite, exatamente isso que você falou, tem que ter o convite do órgão
1183superior ao qual você está vinculado, para participar de uma discussão. Se o
1184secretário de meio ambiente municipal te convidar, você vai. Se o secretário
1185estadual te convidar, você vai. Se a ministra do meio ambiente convidar, você
1186vai. Mas não acho que está tendo uma reunião e você estar lá presente, de
1187repente, pode acontecer, isso nunca acontece, já aconteceu aqui no Conama,
1188de você ir contra o seu superior. O representante do Jardim Botânico é contra o
1189que o Ministério do Meio Ambiente está colocando, sendo que você é uma

1190autarquia vinculada a ele. “Mas eu tenho pela resolução o direito de estar aqui
1191e eu sou contra o que o Ministério está dizendo”. Fica uma coisa incoerente
1192colocar isso. Então, eu digo que o modo como se trabalha, que é o convite, é o
1193mais acertado, e é o que vai acontecer, porque o Ministério do Meio Ambiente
1194não vai querer resolver ou as secretarias vão querer resolver nada em relação
1195aos jardins botânicos, no plural, sem convidar vocês. Mas eu acho que vocês
1196têm que ser convidados pelo órgão superior. Por isso que eu coloco aqui:
1197vocês não vão deixar de participar ativamente da formulação de política
1198pública, só que você vai ser convidado para participar.

1199

1200

1201**O SR. JOÃO VIEIRA DE ALMEIDA NETO (CNC)** – Só dar uma contribuição.
1202Eu acho que o que abunda não prejudica, e esse inciso aí não prejudica de
1203forma nenhuma, no meu entendimento, essa norma, essa resolução. Eu acho
1204que aqui bem está escrito no título do art. 2º, que é objetivos do Jardim
1205Botânico participar, assim como de todo cidadão brasileiro, de toda instituição
1206brasileira, acho que temos por objetivo sim participar. A preocupação do meu
1207colega João, meu xará também, é que isso seja obrigatório ao Ministério,
1208quando for desenvolver alguma política, ouvir o Jardim Botânico. Eu não tenho
1209esse entendimento. Eu acho que não teria problema nenhum em manter do
1210jeito que está. Se o João concordar...

1211

1212

1213**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Eu
1214queria chamar atenção que as nossas resoluções não... Nós não temos
1215competência para determinar competência institucional dos órgãos. Então, nós
1216estamos entendendo nessa questão do Jardim Botânico um objetivo macro de
1217todos os jardins botânicos, não no ponto de vista individual, formal, de
1218competências institucionais. Então, a princípio também não vejo grandes
1219problemas, mas vamos ouvir outros participantes, por favor. Ninguém mais
1220quer se manifestar? João, você está convencido de que...

1221

1222

1223**O SR. JOÃO VIEIRA DE ALMEIDA NETO (CNC)** – Eu vou votar contra.

1224

1225

1226**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Mas me
1227deixaeu dizer, se a forma com que ele está escrito dá um entendimento de
1228competência, se nós trabalharmos um pouco na redação, nós conseguimos
1229garantir a ideia, sem remeter para uma perspectiva de competência.

1230

1231

1232**O SR. JOÃO VIEIRA DE ALMEIDA NETO (CNC)** – Colocar apenas
1233acrescentar “dentro das suas atribuições”. Contribuir ativamente na formulação
1234de políticas públicas para conservação da biodiversidade, dentro das suas
1235atribuições, quer dizer, como Jardim Botânico.

1236

1237

1238**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Ou quando convidado, quando
1239solicitado pelo órgão. Eu acho que isso seria... Nós chegaríamos num

1240consenso. Eu também não gostaria de tirar porque muitas vezes, quando se
1241discutem questões relevantes da biodiversidade, tem se pensado sempre só
1242nas áreas naturais, áreas naturais, e muitas vezes o manejo da biodiversidade
1243pode estar na mão de uma instituição como o Jardim Botânico, ele não
1244participa muitas vezes de uma rodada de discussão, principalmente em âmbito
1245municipal e estadual. Essas instituições, quando criadas e reguladas agora
1246pela 339 com apoio federal, passa a ter uma força muito grande no município.
1247Então, se tornam molas da conservação que nem o município sabe direito
1248como lidar. Então, é muito interessante tê-los para responder ao próprio
1249município. Não que ele vá contra, mas ele tem uma contribuição muito grande
1250a dar.

1251

1252

1253**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Se nós
1254alterássemos o termo “participar ativamente” por “subsidiar a formulação”?

1255

1256

1257**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Por isso que você é presidente.

1258

1259

1260(*Risos!*).

1261

1262

1263**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Então
1264ficamos com “subsidiar a formulação”. Inciso VIII, alguma observação? Art. 3º,
1265§ 1º e 2º do art. 3º. Art. 4º. Incisos I e III. § único do art. 4º. Art. 5º. Art. 6º,
1266incisos I e II do art. 6º, § único. Art. 7º.

1267

1268

1269**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Seria incluir o ICMBio, porque o
1270que eu estou vendo aqui é exatamente, pelo que eu vi dessa Comissão, não é
1271só para fazer o gerenciamento, mas é até julgar tudo e etc. na área de recursos
1272genéticos e etc. Eu colocaria o ICMBio, porque eu acho que é um local onde
1273seria interessante participar. Eu não sei se estou extrapolando, mas vou
1274perguntar a você se você acha interessante, a Embrapa, porque a Embrapa
1275tem uma área também de recursos genéticos gigantesca, no CENARGEN, que
1276eu acho que poderia ajudar muito vocês junto a esse Conselho aqui, e é um
1277órgão de governo. É uma sugestão. Eu não vou colocar em votação nada. Eu
1278estou sugerindo e se vocês acham interessante.

1279

1280

1281**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Quando isso foi pensado, o
1282ICMBio está dentro do Ministério do Meio Ambiente. O Ministério tem sido
1283sempre ouvido, quando o Jardim... “Ah! Vamos nomear a pessoa do Ministério,
1284do ICMBio, do Jardim Botânico”, o próprio Jardim Botânico do Rio não pertence
1285aqui como representante. Então veja que são sempre Ministérios e da
1286sociedade científica e da que congrega os jardins, ou seja, a rede brasileira e
1287sociedade botânica do Brasil. Mas eu gostei da sua sugestão e acho que
1288poderia ser acrescentado o Ministério da Agricultura. Se vai ser a Embrapa ou
1289quem será o representante, talvez não seja o interessante discutirmos aqui

1290dentro da resolução, mas arrolar o Ministério aqui também. Isso vai ser até
1291interessante, eu realmente adorei, porque cada dia mais nós temos usado as
1292tecnologias de agricultura para conservação de plantas, mesmo sendo
1293espécies nativas.

1294

1295

1296**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Eu acho
1297que com relação ao instituto Chico Mendes, me veio um problema, porque o
1298Ministério tem usado essas representações, e normalmente na representação
1299do Ministério entra a Secretaria de Biodiversidade ou o CGEN, o próprio
1300CGEN, o departamento que trata de recursos genéticos e o Instituto Chico
1301Mendes. Então nós estaríamos atendidos lá na representação do Ministério.

1302

1303

1304**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Só para voltar àquela história que
1305eu disse da competência, isso aqui é o ponto focal. Nós Conama não podemos
1306colocar competência em outros órgãos que não dentro do Ministério do Meio
1307Ambiente. Nós estamos jogando no colo do Ministério da Ciência e Tecnologia,
1308da Educação e do Ministério da Agricultura uma competência que nós não
1309poderíamos colocar. Isso aqui é uma Portaria Interministerial para que os
1310outros Ministérios concordem estar presentes dentro dessa Comissão. Ou seja,
1311nós Conama não podemos dar competência ao Ministério da Agricultura. Por
1312isso que eu estou dizendo. O texto está interessante, estou ajudando aqui, mas
1313acho que isso é uma Portaria Interministerial por delegar competência a outros
1314órgãos do Governo Federal.

1315

1316

1317**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Cristina,
1318Ministério da Ciência e Tecnologia.

1319

1320

1321**A SR^a. CRISTINA DEL BOSCO (MCTI/CGEC)** – Apenas para fazer a nova
1322nomenclatura do nosso Ministério. Ministério de Ciência e Tecnologia, hoje
1323chama-se Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação.

1324

1325

1326**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** –
1327Ministério da Agricultura.

1328

1329

1330**O SR. LUIZ ANTONIO GONÇALVES RODRIGUES DE SOUZA (MAPA)** – Só
1331para enfatizar o interesse em participar, não só pela questão da conservação
1332que o próprio CENARGEN faz na Embrapa, que para nós já justificaria, mas
1333pelo interesse do uso da própria biodiversidade como material de interesse
1334para agricultura e principalmente a conservação do material. Nós gostaríamos
1335de ser incluídos como Ministério da Agricultura. O que os demais colegas
1336acharem mais interessante ou como Embrapa, de qualquer forma, estaremos
1337representados. Pecuária e Abastecimento. Eu agradeço.

1338

1339

1340 **SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Essa ação já tem sido feita. Eu
1341 trabalho junto com o André Vieira. Nós temos uma proximidade muito grande, e
1342 os jardins botânicos, estaduais e municipais então, muito com a agricultura. É
1343 um ótimo ponto.

1344

1345

1346 **SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – João, eu
1347 creio que esta tua observação esteja relacionada ao primeiro questionamento
1348 que você fez e que está registrado para ser discutido na Câmara Técnica com
1349 relação a nossa competência específica para fazer isso aqui. Podemos
1350 continuar? Os parágrafos...

1351

1352

1353 **SR. MAURÍCIO GUERRA (ANAMMA/NE)** – Sou representante da ANAMMA
1354 Nordeste. Sou da (...) do Recife. E pela primeira vez estando aqui na CTAJ. É
1355 um prazer participar nessa oportunidade. Só uma questão no Conselho
1356 Nacional, apenas realmente um questionamento. Quando vocês formataram
1357 essas novas inclusões, uma vez que vamos, na verdade, municípios e Estados
1358 irão também analisados pelo Conselho Nacional, se foi pensado de alguma
1359 forma representações dos Estados e municípios que pudessem contribuir
1360 nesse processo de discussão na esfera federal com os demais órgãos. Teve
1361 alguma outra justificativa? Como foi pensado exatamente isso?

1362

1363

1364 **SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Isso foi discutido. Infelizmente,
1365 os Jardins Botânicos no Brasil não estão presentes em todos os Estados.
1366 Então, existe uma forma muito desproporcional, como em grande parte das
1367 coisas no País, ou seja, o Sudeste é o espaço onde tem mais Jardins
1368 Botânicos, o Nordeste tem, em Recife, Salvador, Natal, que é a praia do Pipa,
1369 mas que está acabando, no Ceará, que deixou de ser jardim. Em suma, nós
1370 não tínhamos representatividade suficiente de Estados. O ideal seria, tem uma
1371 recomendação disso, que se tenha um Jardim Botânico por Estado. Não se
1372 colocou essa representatividade, tanto municipal como Estadual. Preferiu-se
1373 tirar e preferiu-se colocar que o representante da rede brasileira possa ser
1374 qualquer Jardim Botânico indicado pela tal rede que contempla a todos. Então,
1375 uma entidade estará municipal ou estadual estará representada, representando
1376 a rede brasileira de Jardins Botânicos, mas não especificamente, e
1377 representantes de Estado ou representantes de municípios. O trabalho dessa
1378 Comissão é analisar toda a documentação que cada um dos jardins envia. E o
1379 papel desse representante da rede é muito mais de dar informes aos Jardins
1380 Botânicos associados, como é que tem sido o processo, porque a avaliação
1381 que ele faz, ele é um dos jardins que está sendo avaliado muitas vezes. Se
1382 você representa uma rede e o seu jardim está sendo avaliado, você está lá
1383 naquele momento, o seu jardim está avaliado, você passa até a gozar de
1384 prioridades. Mas isso acaba não acontecendo porque ele é um representante
1385 só. Não é necessário, a meu ver, colocar representantes de jardins além
1386 daqueles que estejam representados na rede, porque estão sendo avaliados
1387 pelo Governo Federal com o intuito, o nosso intuito é que todos os Jardins
1388 Botânicos no final do histórico disso virem A e que contribuam efetivamente
1389 para conservação da biodiversidade onde estão instalados. Se ele está lá na

1390Amazônia, se é o Jardim Botânico do INPA, eu espero que ele conserve as
1391plantas do INPA. Se ele é de Belém, as plantas de Belém.

1392

1393

1394**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio) –**

1395Podemos continuar? Art. 8º, § 1º e 2º. Art. 9º.

1396

1397

1398**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ) –** Deixe-me fazer um parêntese,

1399porque era aqui que eu queria chegar a relação aos... No art. 9º passam a ter

1400as categorias, o 9º, 10º e 11º. A categoria do 9º é a categoria A. Abaixo do

1401artigo tem os incisos que agora são 15. A discussão que nós temos tido é que

1402isso fique cada vez mais inclusivo e não que exclua os Jardins Botânicos.

1403Então, eu queria propor uma redação e gostaria de ouvir muito vocês em

1404relação a isso. Aí é: serão incluídos na categoria A os Jardins Botânicos que

1405atenderem as seguintes exigências, ou seja, são exigências. Para ser A, tem

1406que atender a todas. E isso não é uma forma inclusiva. Nós vemos que

1407diversos Jardins Botânicos são muito bons, mesmo que não façam, que não

1408tenham um serviço de vigilância, por exemplo. É um negócio que não tem

1409necessariamente a ver com a conservação da biodiversidade. Muitas vezes ele

1410até tem um serviço de vigilância, mas não consegue comprovar frente à

1411avaliação que ele tem esse serviço. Então, a redação que eu queria propor é:

1412serão incluídos na categoria A os Jardins Botânicos que atenderem 13 das 15

1413exigências abaixo, que ele possa não contemplar todas e assim fazer o

1414escalonamento para o A, para o B e para o C.

1415

1416

1417**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio) –** Você

1418não hierarquiza nenhuma delas, só a quantidade?

1419

1420

1421**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ) –** Adoraria hierarquizar, mas

1422esse ainda não é o momento. Essa discussão tem que ser maior. Existem

1423Jardins Botânicos com a vocação educacional muito maior que a da

1424manipulação das plantas para a efetiva conservação na natureza, e esses

1425Jardins Botânicos que praticam mais educação podem estar conservando

1426melhor do que outros. Então, isso vai ser papel da discussão. Nesse momento,

1427nós queríamos ter um papel mais inclusivo, e acho que se isso pudesse ser

1428alterado dessa forma que eu estou propondo, seria muito bom. Se não puder,

1429eu até voto que fique como está.

1430

1431

1432**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA) –** É só uma dúvida, porque no inciso

1433III e no IV vocês riscam e apresentam de novo abaixo. É para tirar ou é para

1434colocar? Porque a redação é a mesma.

1435

1436

1437**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ) –** Não é. É diferente.

1438

1439

1440 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Aqui: manter a área de produção
1441 de mudas, preferencialmente de espécies nativas da flora local. Esse III virou
1442 IV, que vocês colocam repetindo.

1443

1444

1445 **SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Perfeito. Mudou a ordem. É
1446 porque nessas alterações controladas do programa, se você corta a ordem, ele
1447 corta e acrescenta, por isso que ele é sublinhado e tarjado aí. É só mudança de
1448 ordem.

1449

1450

1451 **SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Alguma
1452 observação com relação à perspectiva de alteração?

1453

1454

1455 **SR. LEONARDO EULER L. S. SANTOS (IEMA/BA)** – Só uma contribuição,
1456 Sr. Presidente: a sugestão colocada agora pelo Jardim Botânico, das 13 de 15
1457 estariam aptos a ficar na categoria A. Apenas para levar em consideração que
1458 talvez, se você deixar de estar em duas que são essenciais, talvez para essa
1459 categorização, pode ser prejudicial, enfim, se uma dessas duas fosse
1460 exatamente o negócio.

1461

1462

1463 **SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Perfeito. Eu concordo com
1464 você.

1465

1466

1467 **SR. ROBERTO FRANÇA SILVA (IMAC/AC)** – Só uma questão de redação,
1468 uma sugestão: eu sugeriria que atenderem no mínimo 13 das 15 exigências,
1469 mas dando prazo para se atender as 15, porque senão vai cair no que ele está
1470 dizendo aí, corre-se o risco de ter 2 Jardins Zoológicos com as mesmas... E
1471 você vai classificar diferente.

1472

1473

1474 **SR. JOÃO VIEIRA DE ALMEIDA NETO (CNC)** – Eu vejo com preocupação,
1475 como o colega ali da Bahia, o seguinte: porque o teu desejo de flexibilizar isso
1476 aqui é para melhorar a inclusão, é isso? Vocês têm dados sobre qual é o item
1477 que é o maior limitador para incluir os Jardins Botânicos? Se eles não foram
1478 fundamentais para o bom funcionamento do Jardim Botânico, basta excluí-lo.
1479 Você tem essa informação ou não?

1480

1481

1482 **SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Isso vem de vocação. Existe
1483 um jardim recém-aberto, recém-inaugurado, que não tem atendimento ao
1484 visitante, não atende a visitante. É o Jardim Botânico, plantaram de um
1485 botânico chamado Henry Lorenzi, que faz aqueles livros, árvores brasileiras.
1486 Ele montou um Jardim Botânico, tem uma coleção fabulosa, tem plantas que
1487 podem ser usadas por qualquer que queira fazer ciência e conservação, mas
1488 ele não quer ter visitante, a casa é dele. Não tem que ser obrigado a ter
1489 visitaçã, mas ele não pode deixar de ser A por não ter visitante. A vocação

1490dele não é um jardim de visitante, mas a vocação do Jardim Botânico que,
1491como o bosque Rodrigues Alves, em Belém do Pará, que é antiga área de
1492floresta que ficou presa dentro da cidade de Belém, se eles não trabalharem
1493com educação, eles não vão ter capacidade de ter grandes colegas, porque
1494não podem desmatar aquela mata que sobrou dentro de Belém para montar
1495uma estufa, não cabe fazer isso nesse momento. Então, para eles o visitante é
1496algo muito importante. As vocações são diferentes nos Jardins Botânicos. O
1497importante é, no objetivo final, você pode conservar a biodiversidade utilizando
1498estratégia *ex situ* de diferentes formas? Pode. Quando eu quero colocar 13 de
14995, eu quero simplesmente flexibilizar. Para te atender, eu deveria proibir que
1500algumas nunca viessem a ser não cumpridas, ou seja, o item “possuir coleções
1501representativas da flora nativa em estruturas adequadas”, todos têm que ter.
1502Então, poderia ser, excetuando-se o item 7, mas nós poderíamos discutir isso
1503aqui, mas eu acredito que essa discussão vai ser muito melhor ainda ao longo
1504do tempo com os próprios Jardins Botânicos. Hoje, na atual presidência dessa
1505rede, eles estão muito mais organizados para discutir isso até o final do ano, e
1506talvez apresentar uma nova redação para o ano que vem. Então, se acha que
1507isso pode ocorrer, como ele não cumprir algo essencial, e isso prejudicar o
1508sistema, eu retiro o que disse e nós o votamos do jeito que está. Ou então é
1509isso, dá-se um tempo, ele pode ser enquadrado de A, cumprindo 13, mas tendo
1510mais um ano para cumprir as outras duas, por exemplo. Mas isso não atende a
1511coisa da vocação, porque eu estou obrigando que o Henry Lorenzi abra a
1512visitação pública, o que é salutar, mas o que não é obrigatório. Ainda mais ele
1513como jardim particular.

1514

1515

1516**O SR. JOÃO VIEIRA DE ALMEIDA NETO (CNC)** – Só para concluir: eu lendo
1517e ouvindo você falar, eu chego à conclusão que realmente você não deve
1518mudar nada. Acho que a exigência qualifica e é muito bem, o cara quer ser A,
1519então ele tem que se organizar para atender o público, e é uma coisa
1520importante as pessoas conhecerem, aprenderem, usar como educação
1521ambiental, enfim. Eu acho que deveria ficar como está. E outra coisa,
1522aproveitando dentro disso aqui, as universidades, as escolas de botânica não
1523têm um incentivo, não tem um fomento para criarem Jardins Botânicos dentro
1524das universidades, ou as universidades, como fomentadoras, promotoras ou
1525gestoras de Jardins Botânicos?

1526

1527

1528**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Existem alguns Jardins
1529Botânicos que estão dentro de universidades, mas apenas por um acaso. Fora
1530o sistema de registro de Jardins Botânicos, o Jardim Botânico do Rio, como
1531autarquia responsável pelo tema, tem um setor chamado setor de apoio e
1532criação de jardins botânicos. Como é que isso vai estar sendo executado
1533agora? Vão ser emitidas comunicações para cidades com mais de 300 mil
1534habitantes, capitais de todos os Estados, e vai se atacar muito mais a questão
1535prefeituras e governos de Estado do que universidades. É necessário área, é
1536necessário corpo técnico e uma equipe de que muitas vezes as universidades
1537carecem, os campos muitas vezes são maltratados, porque falta pessoal de
1538prefeitura, as prefeituras, as universidades. E o Jardim Botânico poderia ser
1539perfeitamente feito no *campus*, como um todo, mas demanda um passo a mais.

1540É criar uma instituição dentro de uma instituição. Nós gostaríamos de criar
1541instituições dentro das prefeituras e Estados que eles passem a ter uma
1542instituição, mas tem várias prefeituras que fizeram... Poços de Caldas resolveu
1543criar uma autarquia e criar um Jardim Botânico do zero. Tem a Alcoa ali do
1544lado, que financia, ajuda, mas é uma autarquia municipal. Então, as
1545universidades não são o ponto focal de... Mas são os Estados e os municípios
1546com mais de 300 mil habitantes. Só para explicar, com mais 300 mil habitantes
1547porque nós acreditamos que cidades grandes devam ter Jardins Botânicos, e
1548cidades pequenas devam ter Unidade de Conservação, porque nós temos que
1549atacar onde o lugar está muito antropizado.

1550

1551

1552**O SR. ALEX NAZÁRIO SILVA OLIVEIRA (IMA/AL)** - É mais uma pergunta:
1553essa categorização dos jardins A B e C, o que gera de bons de ônus, o que
1554você tem de interessante para nós estarmos procurando tantos motivos para
1555categorizar para A, B, isso é baseado em alguma categorização internacional?
1556O que pode ser dito disso?

1557

1558

1559**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – A categorização está sendo
1560pensada para que nós consigamos ter inclusão, ou seja, existem alguns que
1561estão bons, uns que estão médios e outros que estão ruins. Eu não posso
1562simplesmente querer os bons e renegar os ruins e dizer que eles não são
1563Jardins Botânicos. E o outro ponto é que esse sistema de apoio aos Jardins
1564Botânicos e apoio à criação, eu te respondi sobre a criação, mas o apoio é: é
1565objetivo do Jardim Botânico do Rio agora abrir edital que venha contemplar os
1566Jardins Botânicos bons, médios e ruins. Como é que eu vou contemplar com
1567recurso financeiro instituições estaduais, municipais e particulares? O recurso
1568não vai ser do Governo Federal. Então o Jardim Botânico está procurando
1569parcerias privadas que aloquem recursos e que eu possa contemplar esses
1570jardins nas suas diferentes notas. E por que ter diferentes notas? Porque eu
1571não vou admitir, por exemplo, dar recurso para um jardim A contratar pessoal;
1572um jardim A montar uma infraestrutura de estufa, mas ele tem que desenvolver
1573o programa de conservação da planta. Eu vou dar recurso para ele ir a campo,
1574trabalhar com a planta e fazer, comprar um insumo de laboratório que não tem
1575no País e tem que importar. Por outro lado o Jardim Botânico C não pode me
1576pedir recurso para desenvolver altas tecnologias, porque não tem estufa.
1577Então, só dividindo em blocos eu consigo dividir o recurso para que ele seja
1578aplicado de maneira diferente, objetivando que no futuro acabe a resolução
1579Conama, e talvez tenha uma lei que estabeleça o que são Jardins Botânicos, e
1580todos eles sejam bons e trabalhem nas diferentes escalas, mas todos com a
1581conservação de plantas. Temos hoje Jardins Botânicos que não têm
1582capacidade de trabalhar com conservação de planta, que é o que nos
1583interessa. Eu queria que todos trabalhassem, mas alguns têm condição de
1584chegar lá e esses são os C, a que eu tenho que dar infraestrutura, pessoal.
1585Então, o escalonamento é importante na hora de poder fomentar o trabalho
1586deles, porque senão eu não tenho parâmetro para fomentar.

1587

1588

15890 **SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** –
1590Considerando que a resolução anterior e essa está ratificando as categorias A,
1591B e C, quando você faz a sugestão de atenderem pelo menos 13 das 15, você
1592não está criando a possibilidade imediata de sobreposição do B com o A?
1593Porque B já é com 13 indicadores, e aí o B seria de 11 a 13 e o outro de 8 a...

1594

1595

1596**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Pelo que eu entendi aqui, no art.
15978º, § 2º, o prazo para comprovação do atendimento à totalidade das exigências
1598previstas na categoria será de um ano, ou seja, de um ano no dia em que ele
1599fizer o pedido, a publicação do registro provisório. Então, acho que a partir do
1600momento que sai essa resolução, acho que todos devem querer se
1601reenquadrar e a partir desse momento todos têm um ano. Quem já é A não
1602precisa, o B pode querer mudar para A, ou vice-versa, e ter um prazo de um
1603ano para conseguir isso. Foi o que eu entendi aqui.

1604

1605

1606**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Exatamente. Eu fiquei muito
1607mais preocupado com o que você falou. Realmente não faz sentido nós termos
1608um Jardim Botânico que não possua ou não tenha estratégias para ter um bom
1609acervo de plantas *ex situ*. Isso não pode ser Jardim Botânico sem isso, e se eu
1610abro cumprir 13 de 15, ele pode excluir exatamente isso. Esse é o meu maior
1611problema. Mas como eu conversei ontem com a rede e com a administração do
1612jardim, nós ficamos com uma visão: “nós podíamos tentar fazer isso mais
1613inclusivo”. Mas se o grande problema levantado por você, para mim, é
1614verdadeiro e permanece na cabeça de todos, para mim vota-se como está e
1615retira 13 de 15, 11 de 13 e 8 de 10, por exemplo. E aí eu concordo com o João
1616do CNC. Ele está certo também.

1617

1618

1619**O SR. ELIEZER OLIVEIRA (KANINDÉ/RO)** - Só uma pergunta: essa inclusão
1620que você tanto procura, será que, não sei se é possível fazer isso, mas não
1621estaria na questão da vocação?

1622

1623

1624**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Está. E é difícil de colocar isso
1625no papel. As vocações são diversas. Existem uns com muito mais para
1626educação, muito mais para contemplação, muito mais para conservação
1627mesmo. Mas todos eles podem contribuir muito e profundamente para a
1628conservação da biodiversidade.

1629

1630

1631**O SR. ELIEZER OLIVEIRA (KANINDÉ/RO)** - Você tinha colocado que isso,
1632dentro das nomenclaturas A, B, B, o importante é o resultado final. Acho que se
1633de repente pensasse em relação à vocação dentro dessa inclusão A, B e C, de
1634repente, acho que poderia resolver isso para o resultado final?

1635

1636

1637**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – É uma boa sugestão. É como
1638se eu parasse de ter A, B e C, e dissesse: “um Jardim Botânico didático tem

1639que cumprir isso e isso”, “um Jardim Botânico para conservação cumprir...”,
1640seria talvez uma solução, mas isso precisa de uma discussão muito longa com
1641todos eles, acho que...

1642

1643

1644**O SR. MAURÍCIO GUERRA (ANAMMA/NE)** – Poderia ser como sugestão, eu
1645não sei se vocês têm isso bem definido, mas na verdade deveria ter o padrão
1646mínimo do Jardim Botânico, porque ele não pode deixar de ter. Então, essa é a
1647exigência padrão para que todos tenham. E aí depois vem essas categorias, A,
1648B e C, e aí evitaria essa situação mencionada recentemente, porque você não
1649tem situações esdrúxulas.

1650

1651

1652**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Sim, ele obrigatoriamente tem
1653que ter isso e para ser A ele tem que ser...

1654

1655

1656**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Eu estou
1657entendendo que tudo que está no C é obrigatoriamente. Quem não tem o C,
1658não pode chegar a B, não pode ser Jardim Botânico.

1659

1660

1661**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – A minha proposta que eu ia colocar
1662aqui, vê se ajuda você, no art. 12 coloca que os registros de pedidos do Jardim
1663Botânico serão objeto de abertura de processo junto ao Jardim Botânico e após
1664análise da CNJB etc. Podia colocar um parágrafo aqui onde coloca que a
1665análise das exigências por categoria vão ser analisadas. Porque aí se atender,
1666como você falou, são 15, atendeu 13, mas as duas que ele não atendeu são as
1667mais importantes, neste local aqui a Comissão vai dizer: “você não vai se
1668enquadrar, porque o mais importante que nós colocamos é exatamente esse
1669aqui”. E como vocês vão criar, a Comissão vai criar seu Regimento, pelo que
1670eu vi aqui, no Regimento de vocês, vocês colocam que uma das atribuições é,
1671durante o registro, observar se segue as categorias mais importantes
1672elencadas pelo Conama ou pela Portaria Interministerial. Seria aqui, no art. 12,
1673vamos almoçar daqui a pouco, você já vai estudando aí como colocar um
1674parágrafo desse...

1675

1676

1677**O SR. LEONARDO EULER L. S. SANTOS (IEMA/BA)** – Só uma colocação,
1678Cláudio. Agora me ocorreu talvez uma relação existente entre o que você
1679coloca e a forma como funciona o Cadastro Nacional de Unidade de
1680Conservação. Por exemplo, para ter acesso a recursos de compensação
1681ambiental, você tem que estar obrigatoriamente no cadastro. Enfim, o que me
1682parece, pensando no chamamento dos editais, você está querendo uma forma
1683razoável de enquadramento até para priorizar recurso, eu acho isso perfeito.
1684Mas observe, você coloca uma preocupação muito grande com relação à
1685vocações de cada um. Mas para se enquadrar em um sistema você tem que
1686abrir mão das vocações e se enquadrar num sistema, e aí no caso no A, B ou
1687C, se você almeja fazer parte daquilo. E a meu ver, se você tem um particular
1688que, como você colocou, na verdade vocês não querem abrir mão, mas me

1689parece que, eu não sou conhecedor da matéria, mas me permita, talvez uma
1690ignorância: talvez ele não esteja se importando tanto em fazer, a preocupação
1691de vocês é que eles façam parte do sistema. É um processo de convencimento
1692de vocês para com eles. É um pouco do processo também que nós temos
1693categorias de unidades particulares. Seria mais no sentido de que eu acho que
1694você tem um problema mais interno de gerência de Jardins Botânicos do que
1695fazer essa equação, acabar com as vocações e tentar fazer um processo de
1696convencimento, de esclarecimento, de educação, enfim, para que eles se
1697enquadrem nesse sistema. Até porque, tenho colocado aqui para o João, você
1698tem um ano de prazo para se enquadrar.

1699

1700

1701**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Eu teria ainda uma solução a
1702mais que era voltar nos artigos, pode? Ou estou tomando alguém? E trocar a
1703palavra “exigências”, tanto no art. 9, 10 e 11. No 9: “serão incluídos na
1704categoria A os Jardins Botânicos que atenderem às seguintes...”. Se eu vou
1705flexibilizar que isso não seja exigência e que a Comissão analise, ela não
1706pode... Isso aqui é exigência, eu não posso dizer não para ele. Se eu estou
1707deixando que a Comissão “mas esse cara realmente tem capacidade de estar
1708ali”, ele só não está fazendo isso, só não comprovou que faz isso. Então, talvez
1709para tirar a palavra “exigência” daqui e fazer o complemento que você sugeriu.

1710

1711

1712**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Minha sugestão maior ainda é
1713retirar os art. 9, 10 e 11, e eu vou dizer o porquê. Porque quando você vem
1714aqui no art. 8º “os Jardins Botânicos serão enquadrados” e etc. Nós já criamos
1715aqui no Conama as categorias A, B e C e eles têm que observar critérios
1716técnicos que levarão em conta sua estrutura, qualificação etc. e etc. Ponto. Isso
1717aqui está ligado à Comissão. A Comissão que vai dizer quais são os itens para
1718se enquadrar no A, B, C dentro do seu Regimento que vocês vão criar pela
1719Comissão. Porque se você colocar aqui “um dia”, porque, por exemplo, essa
1720Resolução aqui está revogando uma que é de 2003, não é uma Resolução
1721antiga, porque teve problemas. Já imaginou você ter esperar mais 9 anos para
1722conseguir mudar uma resolução porque viu problema nesse aqui, em cima
1723desses itens? Você tirando 9, 10 e 11 e colocando dentro do Regimento da
1724Comissão que vocês vão dizer se está ou não, porque não sou eu João Carlos
1725da Confederação da Agricultura que vai dizer se vigilância e jardinagem é
1726interessante ter no A. Quem tem que dizer são vocês que são especialistas na
1727área. Então o 9, 10 e 11 deveria ser características principais colocadas dentro
1728da Comissão de vocês, dentro do Regimento de vocês, e vocês podem
1729flexibilizar dentro de um artigo, parágrafo único, de cada um desses aqui que,
1730por exemplo, o fulano que se diz excelente, mas não quer dar aula, não quer
1731que ninguém entre, mas vocês “mas ele tem que entrar como A; não tem como
1732sair”, eu, pelo Conama, não vou deixá-lo entrar nunca. De repente nem no C,
1733mas vocês podem, pela Comissão, dizer que ele é A, porque ele atende vários
1734requisitos e é importante para o Jardim Botânico brasileiro.

1735

1736

1737**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Um problema que eu vejo é: a
1738resolução Conama toca todos, quer dizer, é uma resolução do Conama, todos

1739leem, todos podem ler. A Comissão Nacional de Jardins Botânicos só tem
1740papel de falar com quem está credenciado e se credenciando. Mas eu
1741gostaria...

1742

1743

1744**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Eu como cidadão brasileiro não
1745quero saber se o cara é A, B ou C. Eu quero saber se é Jardim Botânico. É
1746Jardim Botânico? É. Que bom! Temos 50 Jardins Botânicos no Brasil. Agora,
1747se ele tem vigilância ou não, a mim como cidadão não me interessa. É que
1748nem você brincou comigo: “você tem que esquecer o Jardim Botânico do Rio
1749de Janeiro”, porque nós pensamos em Jardim Botânico, nós pensamos
1750naquele centro de excelência que é o do Rio de Janeiro. Mas o meu
1751pensamento é esse como população. Agora, quem tem que dizer, vocês
1752técnicos entendidos, são vocês que têm que colocar as exigências exatamente,
1753porque eu, como cidadão, não estou pensando nisso que você disse que está
1754lá para todo mundo ver. Eu não estou interessado em saber, como cidadão, se
1755ele vai receber dinheiro para colocar estufa ou não, porque de repente esse
1756senhor que você colocou que é excelente, mas não tem estufa e não quer
1757colocar, e vocês observam que ele tem que ser A e que seria excelente para o
1758Jardim Botânico do Brasil que incentivassem a colocação de uma estufa, vocês
1759estão colocando uma ressalva. Porque ele é uma coisa, é a vocação. Ele é
1760uma coisa, usando o “ó do borogodó”, ele é o top do top. Mas não segue essas
1761exigências, e ele vai ser C. Então, você não pode investir na melhoria dessa
1762pessoa que é privado, porque vocês criaram regras que travam. Então, eu sou
1763do pensamento, aqui no Conama o pessoal sabe disso, eu só não sou
1764anárquico, mas quanto menos o Estado estiver colocando restrição num nível
1765muito alto, melhor. Vocês, estou dizendo em nível hierárquico, vocês estão um
1766pouco abaixo, vão ter mais chance, mais molejo de poder trabalhar em cima do
1767Jardim Botânico que acham interessante. Por isso que eu acho que o 9, 10 e
176811 são mais ligados a vocês dentro da Comissão do que a uma norma superior
1769Conama ou Portaria Interministerial.

1770

1771

1772**O SR. LUIZ ANTONIO GONÇALVES RODRIGUES DE SOUZA (MAPA)** – Na
1773mesma linha do colega da CNA, eu acho que os itens principais que cabem ao
1774Conama estão regulamentados em artigos anteriores. Está dizendo lá da
1775conservação *ex situ*, tem uma série de... O arcabouço que toca mais ao
1776Conama está lá. E essa questão de como isso vai ser feito, como o colega
1777João Carlos colocou, é uma expertise técnica. Talvez colocamos aqui num
1778grupo que nós não vamos ter capacidade de avaliar e tira isso de um grupo. E
1779quando não vai estar sendo tratado exatamente da questão central que é
1780relacionada ao Conama, que está lá nos primeiros itens.

1781

1782

1783**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Agora é impossível tirar isso
1784porque essa Comissão tem um papel de julgar, tem uma representatividade,
1785por representantes de Ministérios de uma rede brasileira e de uma sociedade
1786de botânica no Brasil, uma sociedade conhecida. Ela não vai estabelecer essas
1787normas. Ela vai julgar as normas vigentes na resolução Conama. Senão vai ter
1788que trocar, aí troca o documento todo. Aí vocês estão retirando meio de pauta.

1789

1790

1791 **O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Ao
1792 contrário. O que está se propondo, pelo que eu atendi da proposta da CNA,
1793 ratificada pelo Mapa, é dar um poder técnico maior para essa Comissão, um
1794 papel técnico maior para essa Comissão, com que ela, a partir do seu
1795 Regimento, definiria melhor esses critérios.

1796

1797

1798 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Está aqui: “deliberar sobre os
1799 pedidos de registro para enquadramento de Jardim Botânico encaminhado pelo
1800 SNRJB”. Aqui já está “deliberar”, ou seja, você vai ver se esse vai ser ou não e
1801 se enquadrou dentro do que vocês acham que é um Jardim Botânico, já está
1802 aqui na Comissão. “Estabelecer mecanismo de auditoria para melhorar
1803 a avaliação...”, ou seja, esse mecanismo de auditoria pode ser esses itens, se
1804 A, B ou C ou não. E por último...

1805

1806

1807 **O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Aí teria
1808 que colocar no 6 uma responsabilidade específica, um item específico que era
1809 definir os critérios com base na melhor informação técnica que está dentro
1810 dessa Comissão. A diferença é a seguinte: sai do Conama, que é um órgão
1811 colegiado de uma regra macro e vai para a Comissão criada pelo próprio
1812 Conama, que vai definir os critérios técnicos pertinentes. É o que o João falou,
1813 na prática, nós estamos desburocratizando no âmbito do Conama, nós
1814 estamos empoderando o processo no ponto de vista da Comissão,
1815 normatizando no ponto de vista dos Jardins Botânicos, empoderando a
1816 Comissão e, ao mesmo tempo, desburocratizando, porque se tiver que fazer
1817 ajuste, faz na Comissão, não obrigatoriamente faria numa nova reunião do
1818 Conama. Mas a proposta que foi colocada antes era de nós almoçarmos
1819 primeiro para deliberar depois ou nós podemos avançar?

1820

1821

1822 **O SR. PAULO NOGUEIRA NETO (DEMASP/SP)** - Eu tenho duas propostas:
1823 uma votar a favor da sua proposta, e outra depois almoçar.

1824

1825

1826 **O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Dr.
1827 Paulo, eu concordo com o senhor. Só uma observação: a proposta foi do João,
1828 nosso digníssimo vice-presidente.

1829

1830

1831 **O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Ela é interessante, mas vai ter
1832 que mexer na representatividade. Porque aí a autarquia federal vai ter que
1833 gerenciar a Comissão, porque de alguma forma vai ter que estabelecer bons
1834 critérios. Tem que pensar isso.

1835

1836

1837 **O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Então, a
1838 sugestão é nós não deliberarmos, você digirir isso no almoço. Sugiro que você

1839pegue um telefone e ligue para os pares. Porque o que a Câmara está
1840propondo é realmente, do ponto de vista de gestão, inovador. Ela está dizendo:
1841“vocês fizeram uma proposta toda” e o Conama está dizendo: “tudo bem”, mas
1842a especificidade, dada a qualificação e especificidade dos critérios, isso não é
1843papel de Conama, isso é um papel de Comissão técnica. E está dizendo que
1844essa Comissão deveria fazer isso. Isso cria a possibilidade de poder fazer
1845ajustes em função do avanço dos Jardins Botânicos, que nós sabemos que
1846segue outra lógica. Podemos almoçar e retornamos que horas?

1847

1848

1849**O SR. MAURÍCIO GUERRA (ANAMMA/NE)** – Sem atrapalhar o almoço, só
1850rapidamente. Só fazer um registro em relação a tudo isso. O município do
1851Recife, nós instituímos nosso sistema municipal de unidades protegidas que
1852exatamente a integração desse elemento, o Jardim Botânico. Não sei se foi
1853inovador, mas sei que nós, pelo menos, tentamos postular exatamente esta
1854compreensão, que todas essas áreas protegidas seriam fundamentais e que a
1855categoria de Jardim Botânico era uma área a ser considerada num sistema de
1856proteção diferenciada, que tem suas próprias características. Não são
1857necessariamente uma Unidade de Conservação, mas que precisariam e tem
1858sua contribuição na composição de todo esse sistema. E aí nós partimos e
1859formatamos isso. Acabamos, até acabou tendo um certo prejuízo. Como nós
1860saímos na dianteira desse processo e não na União, nós acabamos mudando a
1861categoria de Unidade de Conservação para Jardim Botânico. Perdemos
1862recurso nacional, da União e Estadual, por conta de repasse de impostos e tal.
1863Mas nós apostamos e vimos apostando nisso. E nós pretendemos contribuir
1864nessa discussão e tentar à frente conseguir consolidar esse processo do
1865Jardim Botânico entrar no Sistema Nacional de Unidade de Conservação, fazer
1866parte dessa proposta de alteração. Nós estamos passando por um processo
1867hoje, inclusive está na casa, de enquadramento, uma tentativa já de 3 anos
1868consecutivos de buscar o enquadramento na categoria Jardim Botânico. E de
1869fato é uma imensa dificuldade. Nós operamos lá cotidianamente, funciona
1870todos os dias e temos uma vocação mais definida para a questão da educação
1871ambiental. E são dois únicos espaços que nós temos de visitação pública de
1872áreas protegidas, que seria dois irmãos que é o zoológico e o Jardim Botânico.
1873Então, tem uma contribuição enorme na sensibilização ambiental do município.
1874E às vezes nós temos essa dificuldade de conseguir estruturar o Jardim
1875Botânico, conseguir apoio nessas esferas, e principalmente porque fica uma
1876luta enorme na questão do enquadramento e dificuldades enormes
1877operacionais para que possamos viabilizar isso. É interessante quando nós
1878passamos a redefinir esses papéis até no sentido de tentar abarcar o máximo
1879possível de Jardim Botânico e dar apoio para que a conservação realmente se
1880dê e aconteça. Então, apenas um registro, um pouco dessa história para que
1881nós possamos compartilhar ideias futuras. É isso.

1882

1883

1884**O SR. JOÃO VIEIRA DE ALMEIDA NETO (CNC)** – Só um ato burocrático aqui
1885de correção. Faço questão de falar no microfone para registrar. Meu nome é
1886João Vieira de Almeida Neto e nos documentos tem aparecido João Vieira
1887somente. E eu apareço como presidente do Conselho Municipal de Campo
1888Grande. Eu fui presidente até dezembro. Na verdade eu estou atuando na CNC

1889 como assessor da presidência da Federação do Comércio de Mato Grosso do
1890 Sul, e queria que passasse a constar dessa forma minha nomeação aqui.
1891 Pode ser? Porque senão fica parecendo falsidade ideológica. Eu fui presidente
1892 do Conselho do Meio Ambiente até dezembro de 2011.

1893

1894

1895 **SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio) –**

1896 Qualquer outra alteração que os Conselheiros tenham, nós podemos nos dirigir

1897 diretamente à Secretaria e fazer os ajustes. Eu vou pedir desculpas a vocês e

1898 já passar o bastão ao camarada... João, presta atenção. Eu vou pedir

1899 desculpas a vocês, eu não vou retornar no início da tarde, eu tenho um

1900 problema, tenho uma audiência com a ministra de Desenvolvimento Social e

1901 vou chegar um pouquinho atrasado. Nosso vice-presidente assume aí, faz o

1902 seu *debit* no período vespertino. Dr. João, nós retornaremos a que horas? 14h.

1903

1904

1905 (*Intervalo para o almoço*)

1906

1907

1908 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA) –** Boa tarde a todos. Meu nome é

1909 João Carlos de Carli. Sou da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

1910 A pedido do Rômulo presidente dessa Câmara não vai poder comparecer no

1911 início da tarde e ele pediu a mim como vice-presidente para dar continuidade

1912 na pauta e na discussão dos assuntos desta Câmara. Vamos voltar aqui à

1913 discussão que nós estávamos tratando do item 186/2011-93 que é a revisão da

1914 Resolução 339/2003 sobre o Jardim botânico. Nós tínhamos parado na

1915 discussão dos artigos 7, 8 e 9. 9, 10 e 11. É que eu estou naquele texto

1916 renumerado. 9. 10 e 11 o qual apresento as 3 classes que o Jardim botânico

1917 pode se enquadrar. Antes do horário do almoço eu dei uma sugestão ao nosso

1918 colega do Jardim Botânico Cláudio, para conversar com os pares a respeito da

1919 retirada desses 3 artigos e que os mesmos fossem enquadrados no Regimento

1920 Interno, ou em outro ato do CNJB que anos colocaríamos aqui no art. 6º e você

1921 conversou com seus amigos, seus pares, tem resposta, já tem o texto?

1922

1923

1924 **SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ) –** Conversei e eu acho que

1925 prevalece bem aquilo que nós já tínhamos conversado antes da hora do

1926 almoço, mas tem que fazer uns acertos se isso acontecer tem que fazer uns

1927 acertos para traz de onde nós já passamos que é o que me interessa. E uma

1928 coisa que eu conversei, acabei conversando com o Chefe de Gabinete do

1929 Jardim que é advogado e ele disse que, me disse uma coisa que é realmente

1930 relevante. A Comissão Nacional não tem ato normativo, nunca executou um ato

1931 normativo. Então o ato normativo que ela aplicava no julgamento dos jardins

1932 era a própria Resolução Conama, ok? Então agora nós estamos extinguindo

1933 esse ato normativo dos critérios, o ato normativo continua existindo, os critérios

1934 ela vai elaborar, mas o Chefe de Gabinete achou que valesse a pena que a

1935 instituição, essa instituição que não existe, o Conselho Nacional de Jardins

1936 Botânicos Comissão Nacional ela elabore sim os critérios de avaliação, mas

1937 que isso venha a ser publicado num documento formal do Ministério, pode ser

1938o Jardim, pode ser o próprio Ministério, uma portaria ministerial. E aí nós
1939teríamos que mexer no art. 6.

1940

1941

1942**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Uma coisa que eu observei aqui no
1943próprio documento, coloco aqui no art. 4º o pedido de registro não vou falar do
1944ensino, mas um pouco nisso que você colocou, a cópia do ato de criação e da
1945publicação em Diário Oficial, ou seja, vocês já estão inseridos dentro de órgãos
1946que publicam atos no Diário Oficial, pelo que eu estou entendendo aqui. O que
1947seria então ou vocês fariam um ato da Comissão e reportariam ao Ministério do
1948Meio Ambiente para que ele validasse como uma portaria do Ministério ou,
1949como nós estamos colocando aqui as competências do CNJB de um item a
1950mais foi aquilo que nós conversamos que se ia pensar na hora do almoço, de
1951se fazer exatamente esse documento formal de enquadramento Jardim
1952Botânico.

1953

1954

1955**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – A outra coisa em relação a
1956isso talvez conte negativamente é que a Comissão tem mandato de 2 anos.
1957Então o Ministério, o Jardim entende que com a própria Resolução Conama é a
1958terceira vez que muda, se nós criarmos agora um sistema onde a Comissão
1959mude de 2 em 2 anos e ela tem o direito de sair mudando o sistema de
1960avaliação não é uma excelente solução, pode ser que nós dermos mal ali na
1961frente, e pode ser que se dê bem.

1962

1963

1964**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – É muito parecido com Conama,
1965Conama nós mudamos, se quiser mudar diariamente todos os Conselheiros
1966pode mudar diariamente, porque é a instituição que faz a indicação das
1967pessoas por mais que nós tenhamos mandato dentro do Conama, a instituição,
1968por exemplo, só as ONGs que tem as ONGs ambientalistas e a de parte social
1969que não tem cadeira fixa, elas se elegem a cada 2 anos, mas todos os
1970Conselheiros mudam de forma muito forte. Porque a Comissão de vocês é o
1971Ministério do Meio Ambiente, ciência e tecnologia, educação, rede brasileira
1972Jardim Botânico, sociedade botânica do Brasil, Ministério da Agricultura e você
1973disse que ia tentar colocar ia pedir para colocar o Jardim Botânico, são 7. Se
1974você conseguir que a cada 2anos 4 queiram mudar isso é democracia, mudar
1975os critérios. Nós não podemos, nós estamos tendo uma confiança na Comissão
1976de fazer a escolha, mas pode ser interessante que a cada ano se vocês
1977observarem que tem problema vocês mudem. Se você deixar tudo para nós
1978aqui no Conama é no mínimo 2 anos para você conseguir fazer uma mudança,
1979por isso que nós tentamos repassar para vocês essa...

1980

1981

1982**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Por isso que eu falei para não
1983tirar a matéria, pensando nisso. Mas agora o ato normativo a Comissão não fez
1984nunca fez, e quem faz o ato normativo é parte o Jardim como autarquia, e parte
1985do Ministério. Então nós vamos ter que resolver isso, bem, a Comissão vai
1986elaborar os critérios, mas quem publica? O Ministério do Meio Ambiente? Nós
1987podemos obrigar o Ministério a publicar?

1988

1989

1990 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Como é hoje você segue...

1991

1992

1993 **SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Hoje não é nós seguimos a

1994 Resolução Conama.

1995

1996

1997 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Seguiu a Resolução do Conama

1998 está lá, mas quem é que registra, quem é que publica?

1999

2000

2001 **SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Quem publica?

2002

2003

2004 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – São vocês.

2005

2006

2007 **SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – É o Jardim.

2008

2009

2010 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Pronto. A diferença agora é que

2011 vocês vão seguir uma regra por vocês e o procedimento, pelo que eu entendi

2012 vai ser o mesmo, agora, a análise, ao invés de pegar uma Resolução do

2013 Conama, vocês vão pegar o ato de vocês entende? Vocês comissão.

2014

2015

2016 **SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Mas que vai ser publicado por

2017 alguém ou não?

2018

2019

2020 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Vocês vão publicar, a autarquia

2021 não pode fazer se regimento?

2022

2023

2024 **SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – A Comissão não é autarquia, é

2025 a autarquia que vai publicar?

2026

2027

2028 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Sim.

2029

2030

2031 **SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – A Comissão tem

2032 representantes de diversos setores da sociedade então ela é uma Comissão,

2033 tem representante do Jardim como autarquia do Ministério, alguém público tem

2034 que publicar esse ato normativo, e aí nós vamos ter que escrever quem é essa

2035 figura.

2036

2037

2038O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA) – Fica instituída a Comissão
2039Nacional de Jardim.

2040

2041

2042O SR. ROBERTO FRANÇA SILVA (IMAC/AC) - Roberto instituto de Meio
2043Ambiente do Acre. O Jardim botânico pode ser o presidente da Comissão e ele
2044já ficar já imbuído dessas publicações já de praxe, como acontece já nos
2045Conselhos estaduais.

2046

2047

2048O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ) – Não tem aqui atribuição de
2049quem coordena a Comissão, não está explícito.

2050

2051

2052O SR. ROBERTO FRANÇA SILVA (IMAC/AC) - Mas aí teria que ser criado já
2053nesse consenso entre.

2054

2055

2056O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ) – Mas isso está sendo tudo
2057gerado em função de nós retirarmos a Resolução Conama como um ato
2058normativo, então nós vamos ter que criar um ato normativo agora ou a
2059posteriori, mas que seja indicado numa Resolução Conama, perfeito?

2060

2061

2062O SR. PAULO NOGUEIRA NETO (DEMASP/SP) - O diretório do Jardim ELE
2063pode enviar ao Ministério para publicação e o Ministério publica e pronto.

2064

2065

2066O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ) – Isso é como funciona hoje.

2067

2068

2069O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA) – Outra coisa que tem aqui no art. 5º,
2070o 5º ja depois de repaginado, fica instituída a Comissão Nacional de Jardins
2071botânicos CNJB com a finalidade de prestar apoio à Secretaria de
2072biodiversidade e florestas do Ministério do Meio Ambiente no acompanhamento
2073e análise dos assuntos relativos a Jardins Botânicos. Ou seja, todo documento
2074que vocês fizerem, quem vai dar o aval é a Secretaria de biodiversidade vai
2075sair como documento da Secretaria. A Secretaria repassou para vocês, eu não
2076tenho competência não da falta de competência, mas competência de pessoas
2077com esse conhecimento, então estou repassando para vocês que têm mais
2078conhecimento que eu. Agora se eu vou concordar 100% do que vocês estão
2079dizendo ou não é outra coisa, mas vocês repassam para ele, olha, o Jardim
2080botânico do Rio de Janeiro se enquadra como o A por conta disso, disso, disso,
2081disso faltou estes daqui, mas por conta do conhecimento científico e etc. nós
2082achamos que ele é A, e nós gostaríamos que vocês validassem e publicassem.
2083Vocês repassam vocês CNJB, vocês que eu digo a Comissão, vocês Comissão
2084repassam para a Secretaria e ela vai publicar como acredito como portaria
2085assinado pela Ministra. Tendo isso aqui já resolvemos o problema de quem vai
2086assinar.

2087

2088

2089 **O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (PJB/RJ)** – Mas você quer escrever isso
2090 aí João?

2091

2092

2093 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Já está.

2094

2095

2096 **O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – De que fica a finalidade de
2097 prestar apoio a Secretaria do Meio Ambiente.

2098

2099

2100 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Exatamente.

2101

2102

2103 **O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – No acompanhamento e análise
2104 dos assuntos relativos a Jardins botânicos, bem como sua publicação?

2105

2106

2107 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Publicação é da Secretaria, porque
2108 a Secretaria já tem legalmente a competência de dar, não sei se a assinatura
2109 vai ser só pela Ministra como portaria, mas ela vai receber e ela vai analisar o
2110 que você está dizendo. É mesma coisa o Conama, o Conama não assina nada,
2111 nós não assinamos Resolução. O Conama faz Resolução e passa para a
2112 Ministra assinar. Ela tem o prazo de 45 dias para dizer se vai assinar ou não,
2113 se ela observar que tem algum erro ou não encima do documento e vai reportar
2114 para nós. Seria uma coisa muito parecida, vocês vão apresentar para eles, o
2115 secretário de biodiversidade vai olhar, não é mais o Bráulio, agora ele está
2116 assumindo postos mais altos, ele vai olhar aquilo ali concordo com vocês estou
2117 repassando para a Ministra assinar, a Ministra vai assinar como portaria aquilo
2118 que vocês escreveram.

2119

2120

2121 **O SR. LEONARDO EULER L. S. SANTOS (IEMA/BA)** – Acredito que então
2122 seria necessário incluir no art. 5º a elaboração da norma ou no sexto na
2123 competência.

2124

2125

2126 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Põe no parágrafo único.

2127

2128

2129 **O SR. LUIZ ANTÔNIO GONÇALVES RODRIGUES DE SOUZA (MAPA)** – Eu
2130 ia propor a redação como normatização, propor a normatização, eu acho que
2131 não resta dúvida, mas se ficar dúvida pode colocar ainda cabendo a publicação
2132 ao Ministério em portaria ou coisa assim.

2133

2134

2135 **O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Eu tinha escrito o seguinte
2136 simples e direto, elaborar os critérios para avaliação dos Jardins botânicos a
2137 ser publicado pelo MMA. Não sei se é...

2138

2139

2140 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Não sei nem se precisa do MMA
2141 porque o art. 5º já diz que é do MMA, mas tudo bem, tudo bem.

2142

2143

2144 **SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Eu não consigo enxergar isso
2145 que você falou aqui no art. 5º não. Aqui, quando eu vejo prestar apoio é
2146 quando eu sou consultado pela Secretaria de biodiversidade e florestas, a
2147 CNJB poderá, deverá prestar apoio no acompanhamento.

2148

2149

2150 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Não. Que a Comissão tem uma
2151 única finalidade, é o que está escrito, a única finalidade dela é prestar apoio
2152 para a Secretaria de biodiversidade no que trata Jardim botânico , a única
2153 finalidade dela é prestar apoio, ela não tem mais nenhuma, está explícito, ela
2154 não tem mais nenhuma finalidade. Agora, aqui é técnico, no jurídico vai dizer
2155 se nós vamos poder fazer isso ou não, mas se a forma jurídica que a comissão
2156 vai se reportar o documento ali, eu acredito que é algum ofício, proposta de
2157 minuta, como vocês são adjacentes, mas...

2158

2159

2160 **SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Ela entraria não como art. 5º,
2161 mas no art. 6º mais ou menos o item 3, você teria que matar 3 que já existiu
2162 elaborar os critérios para avaliação dos Jardins botânicos, a ser publicado,
2163 porque a classificação ela está aqui no critério no item no art. 8º, os jardins
2164 botânicos serão enquadrados e isso eu gostaria de manter para que nós não
2165 mude.

2166

2167

2168 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Aqui diz no 8º que o jardim
2169 botânico vai ser enquadrado, mas quem vai enquadrar? Nós estamos dizendo
2170 que a CNJB é quem vai enquadrar. Vai fazer avaliação e...

2171

2172

2173 **SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Isso já está ali, deliberar sobre
2174 os pedidos de registro para o enquadramento, é o item 1. O que a nós estamos
2175 fazendo com que a Comissão faça a partir de agora é que ela crie os critérios e
2176 que esses critérios saiam da Resolução Conama. Essas as mexidas mais
2177 urgentes que eu via e aí incluir no art. 7º o instituto de pesquisas Jardim
2178 botânico do Rio de Janeiro, como um dos membros do Conselho e aí isso fica
2179 dentro do Jardim.

2180

2181

2182 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Eu faço uma pergunta aqui aos
2183 colegas que já são de Ministério, já são de órgão público, se porque vocês
2184 sabem como é dentro do Ministério que para nós que somos de fora não
2185 sabemos como é exatamente mecanismo de funcionamento. Se está claro que
2186 a Comissão Nacional de Jardim Botânico vai prestar apoio a Secretaria de
2187 Biodiversidade que nem está no 5º, e que este apoio será entre eles o registro

2188 para o enquadramento, mecanismo de auditoria e elaborar os critérios para
2189 avaliação do Jardim botânico. Sair de um documento o enquadramento está no
2190 primeiro. Se internamente do Ministério, ainda mais você que é gestor que tem
2191 essa visão de todos. Se está claro que essa Comissão vai elaborar o critério,
2192 vai fazer como ela vai analisar, vai fazer o *checklist*, se esse *checklist* mais ou
2193 menos, se esse *checklist* da forma como está escrito está legal, na forma de
2194 legalidade mesmo, e se é dessa forma que a Secretaria vai fazer o documento
2195 para que seja assinado o Jardim botânico.

2196

2197

2198 **SR. LUIZ ANTÔNIO GONÇALVES RODRIGUES DE SOUZA (MAPA)** – Era
2199 exatamente isso que eu ia falar, tem que deixar claro quem que vai publicar,
2200 porque senão amanhã recebe para publicar e fala, não, isso não é atribuição
2201 minha, já está claro ali agora no primeiro a ser publicado pelo MMA.

2202

2203

2204 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Então ficou claro que nós
2205 podemos tirar aqueles arts. 9, 10 e 11 porque eles vão criar, vão propor à
2206 Secretaria, e o MMA quem for de interesse lá dentro, a Secretaria ou a Ministra
2207 vai assinar o documento.

2208

2209

2210 **SR. LUIZ ANTÔNIO GONÇALVES RODRIGUES DE SOUZA (MAPA)** –
2211 Continua na parte de cima dizendo que é A, B e C, não é?

2212

2213

2214 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – A, B e C é o próximo.

2215

2216

2217 **SR. LUIZ ANTÔNIO GONÇALVES RODRIGUES DE SOUZA (MAPA)** – Eu
2218 acho que tem que deixar um pouco claro que nós estamos escrevendo aqui
2219 nós sabemos o que estamos falando, mas talvez amanhã quem pega isso não
2220 ficar claro que os critérios de avaliação está relacionado com ABC, ou no ABC
2221 dizer que esses são os critérios de avaliação a que se reporta esse artigo.

2222

2223

2224 **SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Para avaliação do
2225 enquadramento dos jardins botânicos, porque lá fala de enquadramento.

2226

2227

2228 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Serão denominadas 3: A, B e C. Aí
2229 ele fala que tem uma avaliação por categoria e lá na frente diz que essas
2230 categorias são A, B, e C. Então vamos ver aqui como é que vai ficar. Compete
2231 ao CNJB, seria o primeiro elaborar os critérios para avaliação do
2232 enquadramento nas categorias dos jardins botânicos a ser publicado pelo
2233 MMA. Está meio feio. Elaborar os critérios para avaliação para enquadramento.

2234

2235

2236 **SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Enquadramento dos jardins
2237 botânicos nas categorias citadas no art. 8º. Pode ser?

2238

2239

2240 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Acho que não precisa colocar
2241 citado no art. 8º, mas é que eu sou daquele que quanto mais clico melhor.
2242 Quanto mais limpo um documento melhor, porque quem está na ponta é o que
2243 pega a bucha.

2244

2245

2246 **SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Toda reclamação que as
2247 pessoas têm é da dificuldade de alterar a Resolução Conama, há, mas vai ter
2248 que alterar a Resolução Conama, não vamos viver com isso, porque é um
2249 passo mais demorado você está eliminando isso da vida dos jardins.

2250

2251

2252 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Vou ler de novo aqui. Compete ao
2253 CNJB 1) elaborar os critérios para enquadramento dos jardins botânicos nas
2254 categorias citadas no art. 8º a serem publicado pelo MMA. 2) deliberar sobre os
2255 pedidos de registro de jardins botânicos encaminhados ao SNRJB e
2256 estabelecer mecanismos de auditoria para monitorar e avaliar a atuação dos
2257 jardins botânicos. Essa própria auditoria e monitoramento vocês depois vão
2258 poder reenquadrar tudo de novo se você disser que está tudo errado.

2259

2260

2261 **SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Isso nunca existiu, os jardins
2262 mandam sua documentação e dizem que tem isso, que tem aquilo cumprem
2263 isso e cumprem aquilo. A comissão simplesmente analisava documentos e
2264 recentemente eu fiz um diagnóstico das coleções vivas dos jardins botânicos
2265 do Brasil, e fiz uma auditoria a grosso modo e grande parte do que era dito na
2266 verdade as perguntas são muito pífias, nós estamos tirando o artigo quais eram
2267 os números que estão cortando?

2268

2269

2270 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – 9, 10 e 11.

2271

2272

2273 **SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – É muito difícil de você
2274 responder isso na forma adequada você pode responder uma mentira meio
2275 verdade, toda meia verdade é meia mentira, mas quando você vai *in locu* você
2276 vê que aquela meia verdade tem um pouquinho só de verdade e o resto é tudo
2277 mentira e aí não tem um sistema coerente, e aí você impossibilita de dar o
2278 apoio, dar o apoio direito, esse cara precisa é disso não é daquilo. Você não
2279 sabe.

2280

2281

2282 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Agora, eu ia sugerir tirar e mudar a
2283 palavra atuação. Invés de atuação monitorar e avaliar, porque o art. 9º desse
2284 primeiro são exigências, os requisitos alguma coisa acima da exigência.
2285 Avaliar as exigências do enquadramento dos jardins botânicos, não sei. Olha
2286 lá, tirar a palavra atuação e colocar “avaliar estabelecer mecanismo de

2287auditação para monitorar e avaliar o cumprimento as exigências aos jardins
2288botânicos".

2289

2290

2291**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Que não existem mais as
2292exigências estamos cortando as exigências.

2293

2294

2295**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Vocês vão criar as exigências. A
2296Comissão vai criar as exigências, cumprimento aos critérios. Cumprimento dos
2297critérios pelos jardins botânicos. Porque existem as 3 categorias, fora isso tem
2298outras coisas.

2299

2300

2301**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Não vou auditar a categoria,
2302vou auditar os critérios. Quero saber se eles cumprem realmente as tarefas que
2303eles têm que cumprir para ter aquela nota, obviamente porque quem não é
2304nem C não é Jardim botânico. Perfeito?

2305

2306

2307**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Amigos vamos só tentar falar no
2308microfone senão deixa o pessoal ali. Estamos retornando às atividades aqui
2309nós perdemos um pouco da prática, só para nós voltarmos a falar no
2310microfone. Ok? Alguém tem uma sugestão a mais? Lembrando que depois
2311disso aí tem o § único. A CNJB deve elaborar seu Regimento Interno e demais
2312normas de funcionamento fora os critérios.

2313

2314

2315**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Isso estaria mais ou menos
2316aqui dentro.

2317

2318

2319**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – No sétimo nós estamos retornando
2320ao sétimo, foi pedido para que se incluísse também a...

2321

2322

2323**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – O Instituto de pesquisas
2324Jardim botânico do Rio de Janeiro. O que me foi perguntado pelo presidente da
2325rede brasileira de jardins botânicos ao telefone hoje, vou te passar e quero se
2326você puderem me ajudar numa solução. Nós temos problemas, muitas vezes,
2327de reunir essas pessoas porque algumas dessas instituições não pagam
2328diárias dos seus representantes e infelizmente isso acontece não acontece só
2329conosco. Tem como resguardar algo assim? Eu sei que o Conama, por
2330exemplo, paga passagens e diárias de algumas entidades não paga? Como é
2331que isso ficou escrito deve ficar escrito?

2332

2333

2334**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Olha, o Conama não pode criar
2335despesa, não pode de forma alguma, via Resolução o que deu o poder para o
2336Ministério pagar a conta dessas Organizações Não Governamentais foi a lei e

2337se não me engano o Decreto também aí criou-se, mas nós Conama não
2338podemos gerar despesa para ninguém. Uma portaria Ministério interministerial
2339como eu disse poderia criar despesa, por isso que eu disse que eu acho que
2340isso aqui está acima de Conama este documento. Uma sugestão. Depois de ter
2341uma conversa com seus colegas, até com o Ministério do Meio Ambiente aqui
2342também todo mundo, de transformar este documento numa recomendação ao
2343invés de Resolução, transformá-lo numa recomendação para a Ministra
2344assinar, transformando, criando junto com outros Ministérios uma portaria
2345interministerial, aí sim, até despesa você poderia gerar por esta portaria. Aí
2346aquilo que você disse o melhor dos mundos seria uma lei, mas você já deu um
2347passo muito grande de sair de uma Resolução para portaria interministerial.
2348Voltando aqui ao assunto, só para colocar, essa proposta da JB e MAPA já
2349pode colocar como ninguém foi contra não é? Então já colocar como aprovada
2350da última vez. Só para ficar registrado ninguém tem nada contra aquele artigo
2351anterior que nós passamos aquelas competências para a Comissão? Nesse
2352art. 6º que nós colocamos os critérios, algum colega aqui tem alguma coisa
2353contra? Não. Então é porque tem que ficar registrado, então aprovado nós
2354vamos lembrando como é o procedimento. Agora tem a solicitação do Jardim
2355botânico de incluir o Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
2356Alguém tem algo contrário à inclusão dentro da Comissão? Colega, meu par de
2357guerra.

2358

2359

2360**O SR. MAURÍCIO GUERRA (ANAMMA/NORDESTE)** – Só um esclarecimento,
2361qual realmente esclarecimento, qual a entidade, qual o nível federativo o qual
2362ele está associado o Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico.

2363

2364

2365**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – É uma autarquia do Ministério
2366do Meio Ambiente. Eu já olhei e vi que acaba que o Ministério do Meio
2367Ambiente fica duplicado nessa situação aqui, mas hoje quem já está
2368dominando e quem criou essa Resolução Conama e começou a acertar o
2369funcionamento dos jardins, e auxiliar que eles existam e melhorar foi o Jardim
2370Botânico do rio, então ele meio que mantém a expertise. Quando nós
2371acabamos na Resolução Conama de tirar os critérios que qualificam os jardins,
2372esses representantes por si só talvez não consigam compor critérios
2373adequados e aí a autarquia do Ministério do Meio Ambiente que está aí para
2374isso, quais são os critérios para ser um Jardim Botânico, o Ministério tem uma
2375autarquia, meio que vai perguntar a nós, mas eu queria deixar isso claro, como
2376se, é o papel dessa instituição.

2377

2378

2379**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Minha pergunta, a autarquia chama
2380Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro?

2381

2382

2383**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – É. É ruim não é?

2384

2385

2386 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – O Ministério é carioca, não é rapaz!
2387 (*Risos!*). Mas o que eu coloco aqui olhando agora um pouco para os outros
2388 Estados, deveria ser Instituto de Pesquisa Jardim botânico.

2389

2390

2391 **O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Ou Instituto de Pesquisa
2392 Jardim Botânico Capixaba seria, porque eu sou capixaba. Estou brincando
2393 mas...

2394

2395

2396 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Eu estou dizendo assim, é uma
2397 crítica ao Ministério ter criado uma autarquia nominando um Estado, onde
2398 deveria ser instituto de pesquisa Jardim botânico ponto, mas fica claro aqui,
2399 fica registrado que no dia que essa autarquia mudar de nome então não vai
2400 continuar sendo a do Rio de Janeiro, é autarquia que é ligada ao Ministério do
2401 Meio Ambiente e não um bairrismo junto ao Estado do Rio de Janeiro. Então
2402 vamos dar continuidade.

2403

2404

2405 **O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Deixa-me só fazer um aparte.
2406 Nós já passamos, nós estávamos no 8°.

2407

2408

2409 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Estamos nos preparando para tirar
2410 o 9, 10 e 11.

2411

2412

2413 **O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Mas vai ter que tirar o inciso 1°
2414 do 8, porque ele fala nos artigos 9°, 10° e 11°. Nós passamos por eles, mas
2415 agora retirando o 9°, 10 e 11 ele vai cair, Ok?

2416

2417

2418 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Estou vendo que esse parágrafo
2419 primeiro ele vai ser transmitido para a Comissão, a Comissão vai ter que pegar
2420 isso aqui, dentro do seu enquadramento, da sua classificação, ele vai ter que
2421 colocar esse parágrafo lá entendeu? Daqui vai sair, mas vocês vão ter que
2422 recepcionar no documento da Comissão Nacional, você Comissão. Alguém é
2423 contrário? Retirado esse parágrafo primeiro. Mais alguma coisa Cláudio para
2424 você dizer em relação ao anterior ao art. 9°, 10° e 11°?

2425

2426

2427 **O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Não, nós excluimos e está
2428 tudo certo para trás, e daqui para frente que nós caminhamos.

2429

2430

2431 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Alguém é contrário a retirada
2432 desses 3 artigos de classificação A, B e C que vão ser remetidos a Comissão?
2433 Então retirados artigos 9, 10 e 11 que vão ser analisados pela própria
2434 Comissão.

2435

2436

2437 **O SR. LUIZ ANTÔNIO GONÇALVES RODRIGUES DE SOUZA (MAPA)** – Só
2438 uma questão continua ainda existindo o enquadramento, tem algum lugar que
2439 está prevendo ele não é?

2440

2441

2442 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Sim, lá no artigo 6º nós colocamos
2443 que vai haver que inclusive uma das competências da Comissão é criar o
2444 enquadramento, é aquilo que nós estávamos dizendo aqui, o enquadramento é
2445 importante para eles. A forma como eles vão fazer o enquadramento, se eles
2446 quiserem fazer todos A, é uma atitude que eles vão ter que assumir a
2447 responsabilidade. Eles que tenha o conhecimento.

2448

2449

2450 **O SR. MAURÍCIO GUERRA (ANAMMA/NORDESTE)** – Só lembrar-se de nós
2451 colocarmos no final disposição transitória para essa regra de transição, no
2452 momento que a Resolução seja aprovada exista até a publicação do
2453 enquadramento nós coloquemos a validade ainda do registro, somente para
2454 resguardar no fim.

2455

2456

2457 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Vê se isso aqui, é porque eu tinha
2458 feito essa mesma pergunta na parte da manhã, no artigo 8º, você está com o
2459 documento aqui aí? Não, parágrafo II. O prazo para comprovação do
2460 atendimento à totalidade das exigências previstas para categoria requerida
2461 será de um ano a contar da data de publicação do registro provisório. Pelo que
2462 eu entendi, a partir desse momento que saiu vai ter que ser feita uma nova
2463 categoria, se tiver alguma mudança e tem esse prazo de um ano, você acha
2464 que aqui resolve ou você acha melhor colocar.

2465

2466

2467 **O SR. MAURÍCIO GUERRA (ANAMMA/NORDESTE)** – Eu acho que porque
2468 senão está para ser enquadrado tem um prazo de um ano, mas os que estão
2469 precisam se manter enquadrados.

2470

2471

2472 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Isso fica então lá no artigo antes do
2473 16. João lá nas disposições finais. Vamos pensando aqui. Vamos dar
2474 prosseguimento aqui. Artigo 12º os pedidos de registro dos Jardins Botânicos
2475 no SNRJB serão objetos de abertura de processo no JBRB RJ e após análise
2476 de deliberação do CNJB quando da emissão do certificado com respectivo
2477 enquadramento deverá constar o número do processo para o conhecimento e
2478 acompanhamento da instituição avaliada. Alguém tem alguma coisa? Parágrafo
2479 primeiro, o enquadramento poderá a qualquer tempo ser revisto, mediante
2480 requerimento do interessado ao SNRJB uma vez atendidas condições para
2481 atender a outra categoria. Minha sugestão nesse aqui, o enquadramento
2482 poderá a qualquer tempo ser revisto pelo CNJB, porque até parece que a partir
2483 do momento em que você faz o requerimento o serviço nacional já pode mudar,
2484 mas é a critério do CNJB. Então o enquadramento poderá a qualquer tempo
2485 ser revisto pela CNJB, mediante a requerimento do interessado ao SNRJB,

2486uma vez atendidas as condições para acender a outra categoria. Ou seja, nós
2487não tiramos a competência da Comissão para fazer esse reenquadramento.
2488Essa é a minha sugestão, só para ficar bem claro, porque fica parecendo que a
2489partir do momento que ele faz o pedido o próprio sistema já vai fazer a
2490mudança, não, tem que passar pelo crivo de vocês lá da Comissão. Alguém
2491algo a falar ao contrário? Maurício.

2492

2493

2494**O SR. MAURÍCIO GUERRA (ANAMMA/NORDESTE)** – Só fiquei na dúvida em
2495relação ao que foi dito as categorias vão existir ou não vão existir?

2496

2497

2498**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – As categorias permaneceram
2499aqui na Resolução Conama, essa Comissão irá criar os critérios para
2500enquadrar os jardins nessas categorias.

2501

2502

2503**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Maurício se você for ver no art. 8º
2504tem as categorias ainda A, B e C, B e essa A, B e C vão ser eles que vão dizer
2505o que cada um tem dentro dessas categorias. Dando continuidade aqui
2506parágrafo 2º. Os Jardins Botânicos poderão recorrer da avaliação da CNJB até
250730 dias após a publicação do extrato no Diário Oficial da União que é aquele
2508que o Ministério deve fazer, mediante requerimento e justificativa
2509encaminhados ao SNRJB.

2510

2511

2512**A SRª. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DConama)** –Só par esclarecimento é
2513porque esse documento ele estava ele foi escaneado e transformado para
2514DOC, então às vezes o próprio sistema lê errado, então corrijam mesmo as
2515siglas que estiverem erradas.

2516

2517

2518**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Alguém tem alguma coisa a falar
2519Maurício? Não. Aqui é a vontade aqui é para discussão mesmo não fique
2520acanhado não. Porque é a que ficaria mais ou menos dentro da técnica
2521legislativa seria as disposições finais, então você ficaria uma acima da data da
2522publicação. 13º a importação, a exportação, o intercâmbio bem como qualquer
2523outra forma de acesso a vegetais ou a parte deles oriundos da flora nativa ou
2524exótica pelos Jardins Botânicos obedecerá a legislação específica, isso aqui
2525tem que passar pelo Ministério da Agricultura um bocado de coisa, MCT e tudo.
252614º a comercialização de plantas ou de partes delas obedecerá legislação
2527específica. Acho que poderia colocar aqui em cima a importação, a exportação,
2528o intercâmbio como qualquer outra forma de acesso a vegetais ou a parte dele
2529oriundo relativo ao Jardim Botânico bem como a sua comercialização,
2530obedecerá a legislação específica. Aí ficaria no final bem como a sua
2531comercialização que é das plantas ou partes que é o que tem em cima
2532obedecerá a legislação específica, entendeu? Porque nós colocamos são dois
2533assuntos diferentes que ambos vão ter que seguir a legislação específica,
2534então vai ficar. A importação, a exportação, o intercâmbio bem como qualquer
2535outra forma de acesso.

2536

2537

2538 **O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Então, a importação, a
2539 exportação, o intercâmbio, a comercialização bem como qualquer outra forma
2540 de acesso.

2541

2542

2543 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Positivo.

2544

2545

2546 **O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Aí tem que fazer um acerto a
2547 mais, vegetais ou parte deles está bom. Vai ter que mexer em flora nativa
2548 também ali.

2549

2550

2551 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Deixa eu ler, vamos ver a
2552 importação, a exportação, o intercâmbio, a comercialização bem como
2553 qualquer outra forma de acesso a vegetais ou a parte deles, comercialização é
2554 uma forma de acesso? É. Você ia falar Luiz diga Ministério da Agricultura.

2555

2556

2557 **O SR. LUIZ RODRIGUES (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA)** – A ideia era
2558 ficar isso mesmo? Porque agora que eu estou entendendo que a
2559 comercialização está relacionada, está contemplado tudo desculpa, flora nativa
2560 ou exótica.

2561

2562

2563 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Vamos ler, a importação, a
2564 exportação, o intercâmbio, a comercialização, bem como qualquer outra forma
2565 de acesso a vegetais ou a parte deles oriundos da flora nativa ou exótica pelo
2566 Jardim Botânico, obedecerá a legislação específica. Nós só estamos dizendo o
2567 que a lei já manda.

2568

2569

2570 **O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Está dizendo que essa, na
2571 verdade está dizendo que essa Resolução não cobre isso.

2572

2573

2574 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Isso exatamente nós estamos
2575 dizendo que aqueles você não pode criar dentro das suas normas alguma
2576 coisa a mais.

2577

2578

2579 **O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Tem que acertar flora nativa,
2580 tirar o hífen, eu acho que deve ter sido a mesma coisa, e ou a parte deles. Nem
2581 dando o direito aqui o Jardim do Rio, ou o Conselho Nacional. Crie uma lei que
2582 dê você pode trazer planta lá de fora tem quarentena, tem um monte de coisa
2583 que o Ministério da agricultura, do Ministério do Meio Ambiente. São várias por
2584 isso que está aqui como publicar.

2585

2586

2587**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Para entrar qualquer produto
2588vegetal ou animal aqui no Brasil tem que ter autorização do Ministério da
2589Agricultura, qualquer um vivo ou morto. Se não tiver, não, animal, vegetal até
2590microbiano, tudo tem que ter autorização do Ministério da Agricultura. Se
2591chegar uma pessoa com uma florzinha de lapela de um casamento que teve no
2592exterior, na mesma hora é incinerada essa florzinha não tem como entrar.

2593

2594

2595**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Mas porque a pergunta?

2596

2597

2598**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Dentro de suas superintendências
2599estaduais e nos pontos de acesso.

2600

2601

2602**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – E o próprio Ministério da
2603Agricultura ele autoriza de algumas instituições a fazer venda de material
2604produzido, então os floristas vendem flores para o exterior eles têm
2605autorização, eles não são regulamentados por estar cumprindo o errado, não é
2606aquela lei, mas eles têm autorização para fazer isso da forma correta.

2607

2608

2609**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Dando continuidade alguém é
2610contrário a essa proposta de juntar os 2 artigos? Ok, então vamos continuar.
2611Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de biodiversidade e
2612florestas do Ministério do Meio Ambiente ouvida a Comissão Nacional do
2613Jardim Botânico. Alguém tem algo a falar? Eu tenho. Isso vai um pouco do que
2614eu disse, dos Ministérios estarem abaixo de uma Secretaria, lembra aquilo que
2615eu comentei com você? É porque o Ministério da Agricultura pode colocar
2616como representante dele o Ministro, como a Ministra pode colocar o nome dela
2617como membro, como Ministra de ciência e tecnologia e inovação agora, ou
2618seja, os 3 Ministros decidem algo junto com os outros a secretaria vai ter que
2619ver se está certo ou não, por isso que estou dizendo que voltando aquela
2620história da portaria interministerial, mas alguém é contrário a esse documento.
2621Maurício por favor.

2622

2623

2624**O SR. MAURÍCIO GUERRA (ANAMMA/NORDESTE)** – Eu entendo que no
2625caso como é uma Resolução, se apenas nós colocarmos o Ministério do Meio
2626Ambiente vai ter que sair alguma Instrução Normativa ou portaria do Ministério
2627definindo qual o órgão do Ministério responsável por dar essa resposta. Como
2628nós estamos aqui trabalhando nível de Resolução ela já tenta atender nesse
2629documento essa solução, sem necessidade de pronunciamento formal de
2630Instrução Normativa ou portaria. Então já diz aí que quem cuida disso é a
2631Secretaria de Biodiversidade para dar celeridade ao processo administrativo,
2632eu acredito que foi esse o intuito do artigo.

2633

2634

2635 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Eu concordo com você, o que eu
2636 coloco é que logo no início da reunião que nós tivemos eu apresentei uma
2637 discussão de que este documento não deveria ser Resolução do Conama,
2638 porque eu João Carlos, acredito que não é competência do Conama. Eu
2639 acredito que isso aqui é uma portaria interministerial, porque nós estamos
2640 colocando outros Ministérios dentro desse documento, mas como a Comissão
2641 é um órgão de apoio à Secretaria Executiva, já que nós estamos trabalhando
2642 no que é legal deixar, isso aqui eu vou apresentar para o nosso advogado lá na
2643 CNA quando tiver na jurídica, eu acho que nessa opinião que eu tenho acho
2644 que ele vai concordar para que esse documento ao invés de ser uma
2645 Resolução seja uma recomendação à Ministra para apresentar aos outros
2646 Ministros para fazer essa uma portaria interministerial. Valendo isto como
2647 Resolução, então nós estamos repetindo o que está no artigo 8º que coloca
2648 que a Comissão ela é de apoio, não órgão ela é de apoio a Secretaria
2649 Executiva. A Comissão tem a finalidade de prestar apoio a Secretaria. Se tem
2650 finalidade de prestar apoio quem vai resolver os problemas é a própria
2651 Secretaria.

2652

2653

2654 **SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Isso entrou em pauta ser a
2655 Secretaria de Biodiversidade o histórico disso é porque é a Secretaria de
2656 Biodiversidade e floresta que estava por conta da legislação de Biodiversidade
2657 do país. Como a conservação *ex situ* é parte da CDB, é parte das estratégias
2658 globais para conservação das plantas e era a Secretária de Biodiversidade que
2659 estava cuidando disso, anexou-se à Secretaria e acho que muito em função do
2660 Brasília realmente isso talvez deve ser feito de outro jeito. Mas nós caminhamos
2661 já dentro desse sistema e funciona.

2662

2663

2664 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Agora entraria. Não muda, deixa
2665 assim. Esse é um pensamento meu, eu coloquei essa eu até pedi para que
2666 fosse analisado pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos se é competência
2667 ou não do Conama fazer uma Resolução com esse teor, ou se seria uma
2668 portaria, mas sim uma recomendação do Conama para que a Ministra fizesse
2669 essa portaria interministerial.

2670

2671

2672 **SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – O que nós estamos fazendo,
2673 na verdade é corrigindo alguns desvios que essa Resolução tinha, mas ela
2674 preteritamente já era uma Resolução e já tinha isso, na verdade ela já foi a
2675 Resolução 266 até falei isso, nós estamos com uma Resolução que tem sei lá
2676 tem mais de 10 anos a 266, aí depois virou a 339 quando mudou de Governo
2677 para o Governo Lula. Então talvez isso continue valendo.

2678

2679

2680 **SR. MAURÍCIO GUERRA (ANAMMA/NORDESTE)** – Realmente acho que
2681 está realmente bem fundamentada essa tua opinião aí. Tem dois caminhos
2682 então aí, mantendo a Resolução colocando tudo para o Ministério do Meio
2683 Ambiente é isso? Podendo ficar dessa forma ou uma recomendação. No caso
2684 para nós termos validade de Resolução e não sair uma portaria nesse sentido

2685e ter uma Resolução do Conama com o peso ainda do Conselho, talvez a
2686sugestão mais indicada fosse atribuir apenas, mas recai no início também, mas
2687talvez menos mal em relação ao Ministério do Meio Ambiente ficar elencado
2688para isso, e aí o Ministério do Meio Ambiente depois discute conjuntamente
2689com os outros Ministérios e dita a portaria definindo só quem fica com cada
2690coisa dessa situação aí, mas para nós não perdermos a importância da portaria
2691em si editada.

2692

2693

2694**O SR. LEONARDO EULER L. S. SANTOS (IEMA/BA)** – Tem uma outra
2695sugestão, que seria incluir o Ministério ouvindo as duas partes a Secretaria e o
2696CNJB. Acho que não precisa ser regulamentado pelo Ministério.

2697

2698

2699**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Vamos ordenar, só para responder
2700o colega aqui Mairício. O que eu coloco aqui é o seguinte que o Ministério do
2701Meio Ambiente não pode atribuir nenhuma competência a nenhum outro
2702Ministério, porque eles estão num nível hierárquico igual entre si. Aqui está
2703parecendo que o Ministério do Meio Ambiente está dando uma ordem aos
2704outros Ministérios para participar dessa Comissão sendo que não é assim. Ele
2705convida os outros Ministérios via portaria interministerial para participar dessa
2706comissão, porque é de interessante para todos, esse é o meu pensamento. Se
2707for seguir neste lado de que o Ministério não pode colocar competências, então
2708todos esses dois casos de Secretarias na portaria interministerial vai ter que
2709ser mudado aí é problema deles. Se for uma Resolução do Conama e o jurídico
2710aceitar vai continuar do jeito que está entendeu? Aí se for partir para
2711recomendação ao invés de Resolução uma recomendação, eu acredito que a
2712CTAJ vai fazer CTAJ jurídico não sei nem se ele vai sugerir mudar isso aqui,
2713falar passa para frente e deixa os jurídicos dos Ministérios trabalharem em
2714cima do documento deles, porque normalmente quando eles fazem uma
2715portaria interministerial eles colocam por mais que seja entre os Ministérios,
2716eles concordam que um vai ser o coordenador, ou seja, naquele caso um
2717Ministério vai ter um degrau acima em relação aos outros que ele vai poder
2718dirimir, normalmente é assim como coordenador exatamente, que é quem vai
2719correr atrás, vai fazer um local dentro do Ministério para fazer todo esse
2720acompanhamento, mas aí seria recomendação, já passa da nossa
2721competência aqui, por isso que eu sempre estou lembrando que eu acho que
2722isso tem que ser passado pelo jurídico.

2723

2724

2725**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Estão sendo colocadas duas
2726coisas que são diferentes, ele tem razão numa vertente e você está se
2727reportando ao artigo 7º que fala que representarão a CNJB os Ministérios tais,
2728tais e tais, ou seja, o Ministério do Meio Ambiente não teria, não teria essa
2729atribuição de nomear aqui outros Ministérios, e nem o Conama de botar isso
2730aqui, mas o que ele está pondo é que tanto no artigo 5º como no artigo como
2731era o último que nós estávamos vendo?

2732

2733

2734**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – 15º.

2735

2736

2737**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Tanto no 5º como no 15º
2738pudesse ser substituído Secretaria de Biodiversidades e floresta apenas por
2739Ministério do Meio Ambiente, e o Ministério do Meio Ambiente vai dizer qual é o
2740setor. Não é isso?

2741

2742

2743**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Isso nós vamos resolver aqui, se
2744você achar interessante essa proposta vamos colocar em votação, porque eu
2745acho muito mais interessante essa sua proposta de tirar a Secretaria e colocar
2746nos dois casos, no 5º e no 15º o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do
2747Meio Ambiente colocar quem ele achar que deva ser, porque até isso se for
2748uma recomendação já fica até já preparado para os jurídicos trabalharem.

2749

2750

2751**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Só completar então. Quando
2752eu estou falando que está misturando duas coisas é que além de estar
2753misturando, ainda fica a Secretaria como responsável por aquilo que pela
2754Resolução ou pelo resultado da Comissão, então ela ainda fica a Secretaria
2755acima do Ministério, então nós pelo menos corrigimos esse problema aí corrige
2756esse, e deixa os Ministérios elencados que terão seus representantes. Talvez
2757isso seja até melhor para o jurídico não sei o que vocês acham, que é o que
2758você está...

2759

2760

2761**O SR. MAURÍCIO GUERRA (ANAMMA/NORDESTE)** – Fundindo tudo. De fato
2762parece não muito claro, não muito correto o Conama definir atribuições dos
2763órgãos executivos, assim como o legislativo não atribui competências dos
2764órgãos executivos, enfim, nenhuma outra instância também faz isso a não ser o
2765próprio executivo. Partindo desse pressuposto que colocaste e considerando
2766as constantes mudanças inclusive que deverá ocorrer uma mudança muito em
2767breve no Ministério do Meio Ambiente nessas redefinições de competências,
2768Secretarias e tudo mais, fica caduco logo depois quando houver uma
2769necessidade de atribuir essa responsabilidade a outra Secretaria e, como foi
2770bem dito, Resolução do Conama, Resolução do Conama é sempre uma boa
2771novela para nós alterarmos pelo que foi dito, então caberia ao Ministério do
2772Meio Ambiente definir claramente sua área de competência para administrar
2773essas situações.

2774

2775

2776**O SR. CLÁUDIO NICOLETTI FRAGA (JBRJ)** – Boa, boa novela porque nós
2777não temos muitas vezes forças para chegar a outro andar, por enquanto eu
2778estou super feliz com a Resolução do Conama, adorando a ajuda que vocês
2779estão me dando.

2780

2781

2782**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Só para colocar no papel aqui a
2783proposta do Maurício e que foi concordada pelo Cláudio, é que tanto no artigo
27845º como no artigo 15 que se retire Secretaria de Biodiversidade e florestas. E

2785no 15º também. Todos os colegas concordam com essa sugestão de colocar
2786uma instância superior como o Ministério do Meio Ambiente? Ok aprovado. E
2787no 15º também concordam também no 15º? Aprovado. Vamos agora à
2788elaboração daquele novo artigo que foi colocado aqui que seria um tempo de
2789transição entre normas. Cláudio você tem uma sugestão de texto?

2790

2791

2792**O SR. MAURÍCIO GUERRA (ANAMMA/NORDESTE)** – Tenho uma sugestão,
2793mas estou achando meio esdrúxula aquele meu pensamento.

2794

2795

2796**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Coloque que nós damos uma
2797pincelada nela.

2798

2799

2800**O SR. MAURÍCIO GUERRA (ANAMMA/NORDESTE)** – Porque até a
2801aprovação dos critérios mais ou menos assim pela Comissão Nacional de
2802Jardim Botânico, ficam válidos os artigos 8, 9 e 10 da Resolução tal anterior a
2803esta. O ruim é porque esta revoga todas as outras então...

2804

2805

2806**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – E se nós colocarmos até a
2807aprovação dos critérios e enquadramentos a serem elaborados pela CNJB e
2808publicados. Eu não sei da técnica Legislativa de você validar somente três
2809artigos se nós estamos anulando todo...

2810

2811

2812**O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRHU/MMA)** - Você pode revogar
2813artigos específicos deixando de fora esses que você quer manter, mas não é
2814uma boa técnica Legislativa.

2815

2816

2817**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - O enquadramento que eles estão
2818hoje permanecem por um ano, ou seja, nós revogamos aquela Resolução toda,
2819mas o enquadramento que elas estão hoje, na data de hoje, permanece pela
2820data de um ano, ou seja, nós não vamos mudar o enquadramento de ninguém.

2821

2822

2823**O SR. MAURÍCIO GUERRA (ANAMMA/NE)** – Isso seria um grande problema,
2824imagina, e vai primar pela celeridade, pela importância do tema e os órgãos
2825vão se dispor a rapidamente resolver esse impasse, mas caso essa situação
2826fique em insolúvel politicamente seja lá porque situação for, pode ser que
2827demore mais que um ano a solução desse tipo de enquadramento, até porque,
2828o Cláudio levantou várias ideias, de repente agora vocês vão ter a faca o
2829queijo, a mortadela, e tudo mais na mão, para fazer uma grande pesquisa
2830sobre o assunto. Talvez demore muito para isso, nós não sabemos. Então tem
2831que existir algo até então, senão nós perdemos a possibilidade nova no
2832enquadramento.

2833

2834

2835 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Eu tenho uma sugestão. Só para
2836 colocar aqui, vê se você concorda comigo? No 17 fica revogada a resolução,
2837 no início, nós deixarmos todo esse texto, nós colocamos será revogada a
2838 Resolução Conama 339, a partir do momento da publicação dos critérios e
2839 categorias estabelecidas nessa resolução pelo MMA. Ou seja, a resolução está
2840 valendo, no dia que eles publicarem junto com o Ministério, a resolução está
2841 revogada.

2842

2843

2844 **SR. MAURÍCIO GUERRA (ANAMMA/NE)** – Ela tem que valer senão a
2845 Comissão não pode se reunir.

2846

2847

2848 **SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRHU/MMA)** - A colocação que ele fez
2849 é totalmente procedente. Se há contraditórios, há cláusulas contraditórias que
2850 necessitam ser reguladas de imediato, você não pode dar essa previsão de
2851 revogado só lá porque vai ficar um conflito de artigos. Agora, você quer manter
2852 três ou quatro artigos. Uma forma de você dizer que fica revogado a resolução,
2853 exceto os artigos tais e tais, ou seja, eles não estariam revogados. Ou revogar
2854 especificamente os artigos que têm que ser revogados, deixando de fora esse
2855 daí. De todas as formas, não é uma boa técnica, vai trazer confusão jurídica.

2856

2857

2858 **SR. ROBERTO FRANÇA SILVA (IMAC/AC)** - Bom, eu creio que, só
2859 acrescentar ali, fica revogado, como está, com exceção dos arts. 89 até a nova
2860 publicação de novas regras pela Comissão. Porque aí fica valendo parte da
2861 outra, mas o essencial dessa aqui entra em vigor já de imediato.

2862

2863

2864 **SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (DCONAMA)** - Eu vejo com uma
2865 certa dificuldade essa proposta. Talvez pudesse fazer você revoga com
2866 exceção dos artigos tais e estabelece um prazo para fazer e feito, vem e
2867 revoga tudo. Você estabelece, diz que a resolução fica revogada com exceção
2868 dos artigos tais e faz um outro artigo dizendo, está estabelecido o prazo tal e tal
2869 para se conseguir o objetivo que se pretende, como se fosse uma
2870 transitoriedade. Acho que para ficar mais claro.

2871

2872

2873 **SR^a. CRISTINA DEL BOSCO (MCTI/CGEC)** – O problema é que a
2874 Comissão está sendo instituída pela nova resolução, certo? Mas a Comissão
2875 está sendo constituída agora?

2876

2877

2878 **SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRHU/MMA)** – Ela existe já, mas com
2879 outra formatação. Principalmente a competência de fazer os critérios para
2880 avaliar os (...). O que eu digo é o seguinte, fica esquisito juridicamente você
2881 revoga uma resolução a menos de dois ou três artigos, mas não existe mais a
2882 resolução, como é que vão existir os artigos? Então, para colocar e também
2883 não seria muito simpático, seria revogar artigos da resolução, ou seja, a
2884 resolução existe, mas os arts. 1, 2 e 3, na verdade, a resolução vai existir só

2885naqueles três artigos. Essa seria a técnica Legislativa mais adequada. Agora,
2886de qualquer maneira, cá para nós, ficar uma resolução que tem 15 artigos,
2887sobrar três é...

2888

2889

2890**SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Veio aqui na minha cabeça o
2891Código Florestal que está sendo elaborado agora, que eles criaram um capítulo
2892que é exatamente de disposições transitórias. Então, eu acho que nós
2893podemos criar um capítulo aqui, pegamos todos esses artigos e colocamos,
2894enquanto não for publicado não sei o que, esses artigos continuarão e
2895reproduz. Você coloca exatamente na resolução, você revoga outro, você
2896coloca aqueles artigos que estão valendo até.

2897

2898

2899**SR. CLÁUDIO NICOLETE DE FRAGA (JBRJ)** – Você que tem a 339 aí, eu
2900não sei se nós temos dentro do documento aí... você tem a 339 aí? De repente
2901só ver também, não mudou tudo também daqueles artigos.

2902

2903

2904**SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRHU/MMA)** – Mas mudou um
2905bocado. Muda a ordem. Aí teria que manter, ou seja, tem que continuar
2906mantendo o que era da 339, porque senão eu estou inventando coisa nova
2907agora.

2908

2909

2910**SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – O que nós temos que pegar da
2911339?

2912

2913

2914**SR. CLÁUDIO NICOLETE DE FRAGA (JBRJ)** - Arts. 6, 7 e 8.

2915

2916

2917**SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Só isso? É porque nos outros nós
2918tiramos muita coisa.

2919

2920

2921**SR. CLÁUDIO NICOLETE DE FRAGA (JBRJ)** - Essa resolução está toda
2922direcionada para que uma Comissão trabalhe e crie critérios. O Conama está
2923diminuindo a especificidade e mantendo o *status quo* de ter essa resolução. É
2924isso que nós estamos fazendo aqui, mas agora não temos esses critérios
2925porque essa distribuição está sendo dada a essa Comissão agora. O que pode
2926fazer? Repetir, eu gosto da sua alternativa, acho que é a única, mas nós não
2927podemos mudar muito, tem que repetir.

2928

2929

2930**SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - O que nós temos que repetir? O 6,
2931o 7 e o 8?

2932

2933

2934 **O SR. CLÁUDIO NICOLETE DE FRAGA (JBRJ)** - Enquanto não existirem
2935 critérios elaborados pela Comissão Nacional, irão valer os arts. 6, 7 e 8 da...

2936

2937

2938 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – É isso que eu estou dizendo, não
2939 tem mais nada de outros artigos que tem ser...

2940

2941

2942 **O SR. CLÁUDIO NICOLETE DE FRAGA (JBRJ)** – Eu só vou aproveitar os
2943 critérios, porque todo o resto está na Portaria, só os critérios vão ser
2944 elaborados pela Comissão, logo se eu puxar os critérios da 339, eles vão ser
2945 válidos, para nota A, critérios tais, B, notas tais.

2946

2947

2948 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Agora, vamos ver onde, acho que
2949 ficaria também lá no final, depois do 15, seria um 16, seria o de disposições
2950 transitórias.

2951

2952

2953 **O SR. MAURÍCIO GUERRA (ANAMMA/NE)** – Exatamente isso, matem,
2954 continua 16, isso aí. Não precisa colocar disposições transitórias não porque
2955 não tem capítulo essa resolução. Não tem nada.

2956

2957

2958 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Enquanto, vou fazer um *brainstorm*
2959 aqui, vamos colocar, enquanto a Comissão...

2960

2961

2962 **A SR^a. CRISTINA DEL BOSCO (MCTI/CGEC)** - A Comissão Nacional Jardim
2963 Botânico elaborará ou terá o prazo de 6 meses prorrogável por igual período
2964 para elaboração dos critérios... Tem que ver o termo que está usando no artigo
2965 anterior.

2966

2967

2968 **O SR. MAURÍCIO GUERRA (ANAMMA/NE)** – É mais fácil fazer referência à
2969 publicação, porque a publicação que dá o momento.

2970

2971

2972 **O SR. CLÁUDIO NICOLETE DE FRAGA (JBRJ)** – Nós vamos revogar a
2973 publicação e vamos aproveitar critérios, eu acho que tem que ser citado o
2974 critério, claro que falando que eles serão publicados pelo MMA.

2975

2976

2977 **A SR^a. CRISTINA DEL BOSCO (MCTI/CGEC)** - Publicados vem no final.

2978

2979

2980 **O SR. MAURÍCIO GUERRA (ANAMMA/NE)** - A atribuição é do CNJB que está
2981 dito lá. A atribuição de fazer isso é do CNJB.

2982

2983

2984 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Em conjunto com o CNJB.

2985

2986

2987 **O SR. CLÁUDIO NICOLETE DE FRAGA (JBRJ)** – Terá o prazo de seis meses
2988 para elaboração e publicação dos critérios.

2989

2990

2991 **O SR. MAURÍCIO GUERRA (ANAMMA/NE)** - Mas aí que está. Se você
2992 colocar o Ministério do Meio Ambiente passa a ter a competência da
2993 elaboração e não é, é a Comissão. A publicação.

2994

2995

2996 **O SR. CLÁUDIO NICOLETE DE FRAGA (JBRJ)** – A publicação e a
2997 elaboração, respectivamente, serve? Eu estou qualificando o que cada um faz.
2998 O que você acha?

2999

3000

3001 **O SR. MAURÍCIO GUERRA (ANAMMA/NE)** - A competência de fazer isto é do
3002 CNJB e o prazo que nós precisamos estabelecer para validar ou não esses
3003 critérios é a publicação, é quando aquilo se tornar elemento legal. Então, por
3004 isso era mais fácil se referir apenas ao ato da publicação, porque ela que vai
3005 dizer que revoga essas últimas três agora. A disposição transitória está
3006 associada à publicação da medida.

3007

3008

3009 **O SR. CLÁUDIO NICOLETE DE FRAGA (JBRJ)** - Eu concordo com ele, mas
3010 acho que fica bem legal ficar explícito assim. Você dá o prazo para essa
3011 Comissão se reunir e entregar ao Ministério um negócio com um certo prazo de
3012 adiantamento. Qualifica o que cada um faz.

3013

3014

3015 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Se for MMA, aí sim CNJB. Agora
3016 seria, parágrafo primeiro, enquanto não houver

3017

3018

3019 **O SR. CLÁUDIO NICOLETE DE FRAGA (JBRJ)** – Então talvez seja o MMA e
3020 CNJB, aí sim respectivamente faz sentido. Você tem razão.

3021

3022

3023 **A SR^a. CRISTINA DEL BOSCO (MCTI/CGEC)** - Citados no *caput*, a CNJB se
3024 utilizará dos seguintes critérios de enquadramento por categoria: I, art. 6 da
3025 339 original.

3026

3027

3028 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Renata, o que você vai fazer? Ao
3029 invés de ser artigo, como está na 339, vai ser inciso com alíneas, vai diminuir
3030 uma categoria, alíneas a, b, c, d até o final. Mesma coisa inciso II, vai ser o art.
3031 7º e o 3º também, que vai ser o 8º. Aí só renumerar e colocar alíneas. Agora
3032 vamos ler de novo. Novo artigo, o CNJB e o MMA terão prazo de seis meses,
3033 prorrogável por igual período, para elaboração e publicação, especificamente,

3034 dos critérios para o enquadramento dos Jardins Botânicos nas categorias
3035 citados no art. 8º. § único, enquanto não houver a publicação dos critérios
3036 citados no *caput*, a CNJB se utilizará dos seguintes critérios de enquadramento
3037 por categoria.

3038

3039

3040 **O SR. CLÁUDIO NICOLETE DE FRAGA (JBRJ)** – Lá no art. 6º ele começa
3041 assim, serão incluídas na categoria A os Jardins Botânicos que atenderem às
3042 seguintes exigências. Eu acho que eu manteria isso.

3043

3044

3045 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Minha preocupação aqui é outra,
3046 meu pensamento é o seguinte, enquanto não houver a publicação dos critérios,
3047 fica um negócio muito vago. Eu colocaria, enquanto não houver a publicação
3048 dos critérios e pelo prazo citados no *caput*, porque você trava, será que não?
3049 Esse que é meu pensamento. Porque lá em cima está dizendo que eles vão ter
3050 um prazo para publicar. E se não cumprir? Se eu colocar isso aí agora,
3051 enquanto não houver publicação dos critérios e pelo prazo citado, o CNJB,
3052 depois não vai poder utilizar e vocês vão ficar a ver navios e correr atrás do
3053 prejuízo.

3054

3055

3056 **A SRª. CRISTINA DEL BOSCO (MCTI/CGEC)** - Se você coloca ali, enquanto
3057 não houver a publicação dos critérios citados no *caput*, o CNJB se utilizará dos
3058 seguintes critérios de enquadramento. Claro, se não se cumpriu o prazo dos se
3059 meses, ele vai ter que continuar cumprindo, porque a publicação não houve
3060 ainda, não ocorreu a publicação ainda. Então, de qualquer forma nós fechamos
3061 o prazo lá em cima, mas também fechamos na publicação em baixo. Se não
3062 houve a publicação, em algum momento ela vai ter que acontecer. E quando
3063 acontecer, aí sim muda a regra, mas enquanto a publicação não acontece, a
3064 regra é a anterior. Pelo menos eu entendo assim, não sei se alguém entende
3065 de outra forma.

3066

3067

3068 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – O que eu estou colocando aqui é o
3069 seguinte, passou seis meses, prorrogou e passou dos seis meses, acabou o
3070 prazo, ou seja, o CNJB e o MMA não publicaram. Enquanto não houver a
3071 publicação dos critérios vale aquele, ou seja, nós estamos dizendo que *ad*
3072 *eternum* esses critérios vão ficar valendo, mesmo se vocês não colocarem
3073 naquele prazo.

3074

3075

3076 **A SRª. CRISTINA DEL BOSCO (MCTI/CGEC)** – Sim, nós não temos como
3077 obrigar um órgão a cumprir.

3078

3079

3080 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – O que pode acontecer e pode ser
3081 ruim para a Comissão aqui é que o MMA pode nunca querer publicar e deixar
3082 os três artigos *ad eternum* do jeito que está, aí vai ficar ruim para eles fazerem
3083 a classificação deles.

3084

3085

3086 **O SR. MAURÍCIO GUERRA (ANAMMA/NE)** - Ruim não, mas é exatamente
3087 isso, eles já têm os elementos todos na mão a partir da portaria, tem a
3088 competência, tem o Conselho ampliado, tem a competência de fazer, tem o
3089 prazo estabelecido e tem um instrumento para fazê-lo, tem tudo,
3090 evidentemente só não pode mais obrigado do que isso não dá mais, a não ser
3091 que nós colocássemos infrações a não competência, é o máximo disso. Não
3092 tendo isso, eu acho que isso aí é suficiente e tem todos os elementos para
3093 pressionar politicamente e tecnicamente para que o fato ocorra dentro dessas
3094 condições estabelecidas.

3095

3096

3097 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Só para colocar, minha
3098 preocupação aqui era em relação a vocês ficarem desguarnecido do
3099 documento ideal para vocês. Se você está achando que se no prazo de um ano
3100 não foi feito os critérios, mas aqueles ainda podem ser utilizados por um tempo,
3101 então, eu retiro a minha proposta de colocar o prazo. Se vocês acham que está
3102 interessante, que poderia continuar mais uns dois, três anos aqueles critérios,
3103 se o MMA não publicar, nós estamos indo para o extrapolando. Eu retiro. Para
3104 mim, pode tirar, pelo prazo aí.

3105

3106

3107 **O SR. LEONARDO EULER L. S. SANTOS (IEMA/BA)** - Foi encaminhado até
3108 pelo presidente que suprimíssemos o 9º, 10º e 11º, mas estamos retornando
3109 aos mesmos itens, só que com a redação do 339. Aí eu lhe pergunto,
3110 mudamos alguma coisa? Vocês mudaram alguma coisa na nova redação ou
3111 continuam as mesmas do que está sendo suprimido agora? Já que mudou,
3112 valerá a 339 ou já essa mesma? Acabei de me ocorrer que nós estamos
3113 tirando e voltando.

3114

3115

3116 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - O que acontece é o seguinte, nós
3117 tínhamos afirmado que deixar esses critérios de categorias presos numa norma
3118 de Conama, para eles é ruim. Aí o que eu estou dizendo, se nós demos uma
3119 chance para que o CNJB possa fazer o seu critério, só que esse critério tem
3120 que ser publicado. Aí é uma discussão interna entre a Comissão e o MMA de
3121 colocar ou não a competência para ser a Comissão. O Conama lavou as mãos
3122 em relação a dar essa autonomia à Comissão, aí é o Ministério do Meio
3123 Ambiente que não quer dar, mas nós, Conama, repassamos.

3124

3125

3126 **O SR. LEONARDO EULER L. S. SANTOS (IEMA/BA)** - Você repassou, tudo
3127 bem, eles vão fazer isso, terão um prazo, por isso que ela veio na ideia da
3128 transitoriedade, entretanto, ela vai ser publicada com os critérios, só que os
3129 critérios da 339. O que eu estou perguntando a ele é, nesse caso, valerá
3130 publicar a antiga ou já essa aqui que estaria incluindo como nova? Porque
3131 assim, está pactuado que vamos tirar a prerrogativa de vocês, entretanto vocês
3132 já têm uma redação nova, é a velha ou a nova agora?

3133

125

63

126

3134

3135 **O SR. CLÁUDIO NICOLETE DE FRAGA (JBRJ)** - A discussão toda começou
3136 porque as modificações que foram feitas nessa redação não agradou a maioria
3137 dos Jardins Botânicos que são analisados por nós, Jardim Botânico do Rio de
3138 Janeiro. E não me agradou como pessoa física e nem como instituição, porque
3139 vários colegas também não se agradaram com ela, mudaram coisas, até no
3140 começo, você tinha me perguntado o que mais incomoda, por incrível que
3141 pareça são coisas que não que ele não consegue provar, por exemplo, o art.
3142 16, oferecer apoio científico, institucional em cooperação com as Unidades de
3143 Conservação previstas no SNUC. Você não consegue ter um documento para
3144 provar que você apoia o cara. Se você tem que cumprir todos, você não
3145 consegue cumprir todos. Isso foi cortado, mas as modificações que foram feitas
3146 são tão pequenas e eu agora, de coração, quanto pior, melhor. Mantém-se o
3147 que estava porque pode ser, eu vou jogar pedra na minha própria vidraça, no
3148 meu próprio Ministério, Ministério pode olhar isso e falar, mas eles já
3149 modificaram, deixa essa aí que está bom. Não é isso que nós queremos, nós
3150 queremos elaborar critérios mais coerentes com a avaliação de Jardins
3151 Botânicos que não sejam nem esses, nem os modificados, porque eles são
3152 ruins, e aí, meu querido, tanto faz. Então eu prefiro ficar com os velhos, quanto
3153 pior, melhor. É uma opinião minha, em geral das pessoas que trabalham
3154 comigo em relação aos jardins, eu repetiria. Em relação ao que tinha me
3155 perguntado, de tirar o prazo, é isso. Se isso nunca for feito e nunca for
3156 publicado, eu não posso prejudicar o trabalho lá na ponta, institucional, o meu
3157 contato com as instituições porque não tenho um critério, eles vão continuar
3158 relacionando, mas eu vou poder continuar trabalhando com eles, pior é ficar na
3159 vacância total. Não pode ficar na vacância.

3160

3161

3162 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Antes de colocar em votação, eu
3163 vou fazer uma última leitura de um novo artigo que o DConama vai fazer a
3164 renumeração. O CNJB e o MMA terão prazo de seis meses, prorrogável por
3165 igual período para elaboração e publicação, respectivamente, dos critérios para
3166 enquadramento dos Jardins Botânicos nas categorias citadas no art. 8º. §
3167 único, seria esse novo parágrafo, enquanto não houver a publicação dos
3168 critérios citados no *caput*, o CNJB se utilizará dos seguintes critérios de
3169 enquadramento. Inciso I, vai ser a repetição *ipsis litteris* do art. 6º da Resolução
3170 339, o inciso II *ipsis litteris* o art. 7º da 339, inciso III *ipsis litteris* art. 8º da 339.
3171 Alguém tem algo a comentar? Alguém é contrário a essa proposta?

3172

3173

3174 **A SRª. CRISTINA DEL BOSCO (MCTI/CGEC)** – Eu tenho, me ocorreu aqui
3175 agora, na realidade não vou ser contra o que eu disse, só vou tentar aprimorar
3176 que eu falei. Melhorias. Na realidade, o seguinte, terá o prazo de seis meses
3177 prorrogável por igual período. Prorrogável por igual período quantas vezes
3178 mais? Prorrogável uma única vez por igual período, uma única vez por igual
3179 período, senão, o que você pode entender? Um prazo de seis meses, mais aí
3180 eu posso seis, mais seis e por aí vai embora. Na realidade, podendo ser
3181 prorrogado uma única vez, podendo, não que a prorrogação seja obrigatória.
3182 Que ele dá por entender que a prorrogação é obrigatória. Porque senão quer
3183 dizer que obrigatoriamente ele vá ser prorrogado por mais seis.

3184

3185

3186 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Alguém é contrário? Todos são
3187 favoráveis a esse artigo, então aprovado. Essa resolução entra em vigor na
3188 data de publicação, OK. Fica revogada a Resolução Conama 339, acho que
3189 poderia tirar esse publicado no Diário Oficial. Fica revogada a Resolução 339,
3190 de 25 de setembro de 2003. OK, colegas, alguém tem mais algo a falar sobre
3191 esse texto?

3192

3193

3194 **O SR. LEONARDO EULER L. S. SANTOS (IEMA/BA)** - Só uma pergunta,
3195 quando for publicado, essa redação precisará ser atualizada ou algum
3196 instrumento aí validaria o artigo novo que nós acabamos de aprovar?

3197

3198

3199 **A SR^a. CRISTINA DEL BOSCO (MCTI/CGEC)** – Eu penso assim, enquanto
3200 não houver a publicação final, definitiva dos critérios...

3201

3202

3203 **O SR. CLÁUDIO NICOLETE DE FRAGA (JBRJ)** – Quando houver a
3204 publicação desses critérios pelo MMA, lá naquele documento estará extinto o
3205 que está na resolução Conama, pode ser?

3206

3207

3208 **O SR. MAURÍCIO GUERRA (ANAMMA/NE)** - O § único realmente define o
3209 tempo de vigência desses incisos, desses critérios, porque enquanto não
3210 houver, é claro, atribui a sua utilização na inexistência dos critérios referidos no
3211 *caput*. Enquanto não houver publicação dos critérios explicitados no *caput*, a
3212 CNJB se utilizará dos seguintes critérios. Então, ele vai utilizar esses critérios,
3213 enquanto não houver publicação.

3214

3215

3216 **O SR. LEONARDO EULER L. S. SANTOS (IEMA/BA)** - Isso está perfeito, o
3217 que eu estou colocando é que precisa estar explícito que você vai passar até
3218 dois. Se você não invalidar o outro, você só está dizendo que você usará e não
3219 que você invalidará um com a publicação do outro. Nós estamos incluindo, a
3220 outra já está totalmente revogada, mesmo com a publicação dessa.

3221

3222

3223 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Houve uma sugestão de tirar
3224 citados pelo previstos, citados no § único desse artigo. Enquanto não houver a
3225 publicação dos critérios previstos no *caput*, o CNJB utilizará dos seguintes
3226 critérios de enquadramento, que é uma previsão, mas aí eu continuo a minha
3227 pergunta, para mim está cristalino, mas vocês que estão na ponta.

3228

3229

3230 **A SR^a. CRISTINA DEL BOSCO (MCTI/CGEC)** – Eu colocaria assim, enquanto
3231 não houver a publicação dos critérios previstos no *caput*, se utilizará dos
3232 seguintes critérios de enquadramento utilizados na resolução anterior.

3233

3234

3235 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Minha sugestão, esse não vai ser §
3236 único, vai ser § 1º, põe esses incisos e alíneas que estão aqui embaixo e
3237 coloca um novo parágrafo embaixo, 2º, ao fim da publicação, previsto no *caput*
3238 desse artigo, esses critérios do § 1º estão automaticamente revogados, alguma
3239 coisa assim. Estou colocando, lendo uma leitura, depois vocês... Com a
3240 publicação dos critérios estabelecidos no *caput*, os critérios definidos no
3241 parágrafo anterior ficam revogados.

3242

3243

3244 **O SR. MAURÍCIO GUERRA (ANAMMA/NE)** – A sugestão é nós usarmos o
3245 provisoriamente lá em cima. O CNJB provisoriamente se utilizará dos seguintes
3246 critérios de enquadramento. Aí está claro o caráter provisório dele, não é?

3247

3248

3249 **O SR. CLÁUDIO NICOLETE DE FRAGA (JBRJ)** - Eu tenho uma sugestão,
3250 não sei o que vocês acham. Definidos ou transcritos, nós estamos
3251 transcrevendo a 339. Nós não definimos nada. Se nós botarmos a palavra
3252 transcrito pode ser que ninguém entenda porque nós não vamos... Bota
3253 transcritos da 339?

3254

3255

3256 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Não, esquece. Porque nós
3257 definimos agora. É como se a 339 existisse, é como se nós até quisermos
3258 mudar a 339 e colocar ali, nós colocamos. Porque a 339 vai deixar de existir
3259 dentro do sistema jurídico e nós colocamos critério definido. Para mim está
3260 claro o primeiro, mas dá esse medo aqui.

3261

3262

3263 **O SR. MAURÍCIO GUERRA (ANAMMA/NE)** - Olha, só, enquanto não houver
3264 critérios previstos no *caput*, o CNJB provisoriamente se utilizará dos seguintes
3265 critérios de enquadramento. Nem precisa revogar, aquilo que é provisório por
3266 conta da publicação. O dicionário, pelo amor de Deus, o que é provisório, é
3267 isso?

3268

3269

3270 **A SRª. CRISTINA DEL BOSCO (MCTI/CGEC)** – Eu concordo com você. Eu
3271 creio que realmente dá para entender, se que como nós vemos? Nós falamos
3272 muito, o João, que na realidade nós fazemos para a ponta e a ponta, se não
3273 tiver tudo escrito, preto no branco, para levantar qualquer tipo de dificuldade,
3274 nós sabemos que acontece. É chover no molhado, sim, escrito num, está
3275 escrito no outro, mas vamos deixar porque a ponta não está discutindo, e se
3276 houve uma dúvida entre nós aqui que estamos dentro do tema desde cedo,
3277 com certeza vai haver na ponta. Eu acho que é desnecessário também, mas
3278 vamos deixar.

3279

3280

3281 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Vamos fazer o seguinte, vamos
3282 colocar que nem está ali, provisoriamente, vamos deixar o § 2º e vamos
3283 colocar entre parênteses uma solicitação para a CTAJ, porque ela que vê essa

3284 parte de Técnica Legislativa, se há necessidade deste reforço de revogação
3285 dos critérios até a publicação da CNJB. Esse é um questionamento que nós
3286 estamos fazendo à CTAJ. Porque nós deixamos aprovado, pelo medo que
3287 existe de que não fique bem claro que a partir do momento que a CNJB vai
3288 publicar ou não junto com o Ministério do Meio Ambiente, na Técnica
3289 Legislativa se precisa ou não desse reforço, eu acho que só o provisoriamente
3290 foi bem colocado pelo Maurício já resolveria. Então, a CTAJ vai nos dar esse
3291 apoio.

3292

3293

3294 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Alguém tem algo contrário à
3295 inclusão desse § 2º, mas com essa necessidade de avaliação pela CTAJ?
3296 Alguém quer mudar mais alguma coisa? Nós não mudamos nada, só
3297 aumentamos esse § 2º, vocês querem que se leia de novo? Os próximos dois
3298 artigos já tinham sido aprovados com essa retirada. Então, declaro aprovada
3299 esta resolução do Jardim Botânico, Ok?

3300

3301

3302O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA) - Voltando à nossa pauta 3.2,
3303processo 284/2011-21, proposta de criação de GT visando à elaboração de
3304resolução específica para estabelecer critérios de avaliação de capacidade de
3305suporte ambiental das regiões metropolitanas do Brasil. Existe um parecer do
3306MMA, depois eu vou dar uma lida aqui, mas chegou um documento agora
3307proponente da PROAM, que é o Dr. Carlos Bocuhy, chegou agora para nós.
3308Prezada Adriana Sobral Barbosa Mandarinó, trata-se de solicitação feita pelo
3309Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental, PROAM, da criação de Grupo de
3310Trabalho no âmbito do Conama para elaboração de resolução sobre a
3311capacidade de suporte ambiental nas áreas metropolitanas do Brasil. Após os
3312trâmites administrativos e regimentais no Conama e no próprio Ministério do
3313Meio Ambiente, foi sugerido pela senhora Rosângela de Assis Nicolau e pelo
3314senhor João Batista Drummond a criação, neste momento, no Grupo de
3315Trabalho no âmbito do MMA, tendo em vista a necessidade de
3316aprofundamentos metodológicos e outros subsídios. Consideramos que o
3317termo de referência elaborado pelo PROAM é consistente marco conceitual e
3318teórico. Concordamos que não há consolidação no âmbito do Sisnama nem da
3319academia de dados concretos e consagrados, incluindo indicadores
3320consolidados e necessários para uma abordagem meio
3321ambiente/saúde/urbanismo que encaminha a discussão para a avaliação da
3322sustentabilidade socioambiental da diversidade dos conglomerados urbanos.
3323Sobre o enfoque do termo de referência, é importante ressaltar que o programa
3324Metrópoles Saudáveis está sendo desenvolvido em duas etapas. Primeira
3325etapa seria um levantamento teórico e do Estado da arte sobre o tema de
3326sustentabilidade para metrópole. A segunda etapa seria uma fase de
3327levantamento da bateria de indicadores necessárias para atingir os objetivos
3328identificados na primeira etapa. Ressalte-se que a segunda etapa ainda está
3329em desenvolvimento, sendo que no momento aguarda a disponibilidade dos
3330especialistas selecionados. Diante do exposto, concordamos com os
3331encaminhamentos propostos pelos analistas ambientais, desde que nos seja
3332garantida ao PROAM participação oficial no GT criado no âmbito do MMA e
3333que pela urgência da solicitação, a matéria retorne ao Conama assim que
3334cumprida essa etapa. Atenciosamente, Carlos Bocuhy, presidente do PROAM.
3335Como a PROAM é a proponente deste documento, ela pode, se não me
3336engano, pelo Regimento, ela pode fazer a retirada de pauta. Não sei se é só no
3337Plenário ou em Câmara Técnica também, mas não vejo problema para que o
3338MMA crie o GT deles, uma coisa que eu vejo é o seguinte, primeiro, isso é uma
3339proposta dos analistas ambientais, eu não sei se houve uma resposta oficial do
3340MMA em criação do GT, porque eu vi que ele colocou um condicionante aqui
3341no final, que ele deixa retirar e concorda com os analistas, desde que PROAM
3342participe. Ou seja, ele está dizendo que ele vai ser custeado a vir aqui nas
3343reuniões do GT enquanto o Conama paga. Enquanto o GT do MMA não paga.
3344Então, eu não sei como prosseguir com esse documento aqui junto, porque eu
3345não quero prejudicar o Carlos Bocuhy, como quase todas as ONGs, ele não vai
3346ter, acredito, verba para participar por conta própria de todas as Câmaras
3347Técnicas que o MMA for fazer deste documento. Não sei o que fazer e ele não
3348está aqui hoje. Eu não sei se nós retiramos de pauta e ele analisa com carinho
3349se está de posto a isso, se o MMA dá uma resposta para o Carlos dizendo que
3350está disposto a pagar, que aceita ele participar do GT e que custearia a vinda

3351dele aqui ou se não tendo esses acordos, se continuaria dentro desta Câmara
3352Técnica, criando esse GT, aí sim ele teria como ter as despesas custeadas.

3353

3354

3355**O SR. ELIEZER OLIVEIRA (Kanindé/RO)** - Queria saber se tem alguma
3356avaliação, se o MMA já deu resposta para a solicitação deles, se tem alguma
3357informação sobre isso?

3358

3359

3360**A SRª. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA)** – Presidente, a área
3361técnica do Ministério que fez o parecer está aqui, acho que seria interessante
3362algum esclarecimento.

3363

3364

3365**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Eu concordo, mas o que eu vi aqui,
3366que eu dei uma lida rápida, foi colocado tecnicamente o pedido dele, mas eu
3367não estou tratando da parte técnica, eu estou tratando do processual, de como
3368o Ministério do Meio Ambiente vai recebê-lo no GT e como vai custeá-lo no GT.

3369

3370

3371**A SRª. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA)** – É justamente isso, eu
3372acho que isso não é possível pela área técnica do Ministério do Meio Ambiente.

3373

3374

3375**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – É por isso que eu estou dizendo,
3376eu não sei se eu retiro de pauta e espero uma resposta do MMA, porque o
3377Ministério pode sim, não pela parte técnica, mas dos superiores concordarem
3378em ter o GT e ele participar, isso é uma coisa. E o outro é porque eu acho, o
3379questionamento que eu digo é vocês, técnicas, não podem dizer que vão
3380concordar e pagar a passagem. Pra parava você pra

3381

3382

3383**A SRª. JOISA BARROSO MARIA LOUREIRO (SRHU/MMA)** – Só uma
3384questão, eu acho que a nível de sugestão, tem que ser avaliado se ele
3385concorda, quando o GT for criado, porque qual foi a proposta da área técnica?
3386Que, *a posteriori*, o GT dentro do Conama seja criado, mas não antes de haver
3387um Grupo de Trabalho interno ao MMA, um período de discussão interna, de
3388verificação, de embasamento, busca, depois desse período, a proposta da área
3389técnica é que haja um GT do Conama, mas antes, haja essa apropriação
3390dentro do MMA. Quando houver o GT no Conama, a PROAM pode vir a
3391participar, mas de GT interno ao MMA, aí falando técnica e politicamente, se o
3392GT é interno, compondo a área interna do Ministério e só a ele interessa, que
3393depois vai para instância responsável pela participação da Sociedade Civil, que
3394é o Conselho. O que nós pedimos no parecer é que antes de qualquer
3395discussão a nível de Conama seja feito um amadurecimento, uma discussão do
3396tema e uma construção de uma proposta de resolução para o próprio Conama
3397avaliar com quem ele achar que deva. Essa foi a nossa posição no parecer e
3398pode ser uma solução com relação à questão aí colocada.

3399

3400

3401 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Então eu não posso concordar com
3402 essa solicitação do MMA. Eu tenho que colocar porque tem um Conselheiro
3403 fazendo um pedido de criação de um GT. Porque o pedido dele de retirada de
3404 pauta tinha um condicionante, que era exatamente esse de que ele
3405 participasse. Ou seja, eu acredito que esse documento que ele encaminhou
3406 perdeu a eficácia para ele exatamente por conta dessa resposta colocada pela
3407 senhora de que o GT é interno e que ele não poderia participar, mesmo ele
3408 custeando as despesas dele. Aí é uma coisa que eu vejo também, aí é uma
3409 coisa que eu sempre fico chateado e eu sempre bato nisso, porque eu estou
3410 vendo aqui que a resposta dada ao Conama é de 22 de setembro. Tem um
3411 despacho aqui da DAU, ou seja, em relação ao documento encaminhado pelo
3412 Carlos, de agosto do ano passado. Renata, que dia foi feito o protocolo deste
3413 documento do Carlos Bocuhy, por favor? Ele apresentou em 2010. Ou seja, a
3414 criação de um GT no Regimento Interno hoje é de seis meses prorrogável por
3415 mais seis meses, a duração de um GT. O que me deixa um pouco chateado é
3416 que tem mais de um ano que foi feito um pedido de um Conselheiro ao
3417 Conama, já temos uma resposta dada em agosto do ano passado e uma outra
3418 em setembro do ano passado, ou seja, já se passaram cinco meses, por aí
3419 aproximadamente da resposta onde já se poderia ter dado uma resposta do GT
3420 um ano atrás, porque o GT tem um prazo de seis meses. E até agora o
3421 Ministério do Meio Ambiente não apresentou para um Conselheiro, que é o
3422 Carlos, uma minuta, ou seja, vocês querem começar a trabalhar uma minuta
3423 num GT, já está um ano atrasado em cima de um pedido. Por isso que nós
3424 estávamos colocando aqui, Cláudio, do medo que nós temos de fazer os
3425 pedidos no Conama, porque só para ter uma resposta pedindo para criar um
3426 GT tem um ano. Eu, João Carlos, como Conselheiro vou votar pela criação do
3427 GT, a pedido do Conselheiro exatamente por conta do atraso do Ministério do
3428 Meio Ambiente em relação a dar uma resposta a um Conselheiro, ou seja, nós
3429 temos, com a aprovação do GT, seis meses, mais seis meses para elaborar um
3430 documento junto com ele, onde ele vai poder participar, junto com o Ministério
3431 que vai poder participar e temos um ano para poder correr com esse
3432 documento, porque pode demorar mais seis meses para que o documento
3433 fique pronto dentro do Ministério para que voltar para nós até ter uma reunião
3434 dessa Câmara Técnica para deliberar novamente e apresentar uma resposta
3435 para o Conselheiro. Então, eu vou deixar a colega do Ministério falar.

3436

3437

3438 **O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (DConama)** - Só para esclarecer
3439 seu posicionamento. De fato o Conselheiro tem razão em sua reclamação. Não
3440 sei se o Conselheiro observou na última Plenária que nós fizemos uma espécie
3441 de balanço do DConama, onde nós expusemos quantos processos tinham,
3442 quantos Grupos de Trabalho foram criados, justamente para dar transparência
3443 ao ponto que nós pegamos, por exemplo, eu cheguei em setembro aqui no
3444 DConama e justamente existia um passivo anterior, por isso a necessidade de
3445 nós estabelecermos um balanço da carteira do Conama, como estava
3446 acontecendo, existia um passivo e que nós tratamos esse passivo, está
3447 acelerando alguns processos e um desses que estavam nesse passivo é
3448 exatamente esse assunto do PROAM. De fato ocorreu esse problema, mas nós
3449 estamos tratando e como outros que existiam, nós tivemos com o Bocuhy na
3450 segunda-feira, estava aqui em reunião para um outro GT e ele, se por um lado

3451existiu, esse assunto de não ter sido dado a celeridade adequada no momento
3452oportuno, mas ele também ficou feliz de que conseguimos resolvê-lo,
3453conseguimos colocar em pauta para dar tratabilidade ao assunto. De fato, tem
3454razão de reclamar, existia um passivo que nós estamos tratando, estamos
3455dando celeridade. A próxima Plenária você vai ver que aquele quadro nós
3456vamos fazer de novo um balanço da transparência, responsabilidade que nós
3457temos, atribuições que nos foram delegadas justamente para que o próprio
3458Conselho, os próprios Conselheiros tenham noção da carteira de assuntos e
3459como está sendo tratado, como está sendo evoluído.

3460

3461

3462**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Só para colocar, antes de passar
3463para a colega, eu fui presidente da Câmara de Gestão Territorial nos últimos
3464três anos. Acredito que esse documento aqui deva ter sido encaminhado para
3465essa Câmara Técnica, gestão de um território, seria região metropolitana, ano
3466passado, se não me engano, nós tivemos uma reunião da Câmara Técnica, se
3467tivemos. Eu não me lembro de ter tido outra gestão no ano passado. Nenhuma.
3468E em nenhum momento eu, como presidente, tive a solicitação do DConama
3469para fazer nenhuma reunião para discutir nada. Até liguei uma vez
3470perguntando, não tem nada em pauta para nós termos o que fazer reunião?
3471Disseram que não tinha nada. Tinha, está mostrado aqui que tinha. Ou seja, o
3472Conselheiro perdeu um ano de uma deliberação desta Câmara Técnica porque
3473o documento ficou parado dentro da burocracia, não vou dizer que é favorável
3474ou contra, mas ficou preso dentro da burocracia do Ministério. Eu, como
3475Conselheiro, se eu tivesse feito esse pedido, eu ia ficar muito chateado em
3476saber que um documento meu demorou um ano e pouco para conseguir ter
3477uma resposta do Ministério para que se crie um GT interno ao Ministério e que
3478ele não vai participar. Pelo que eu entendi, está escrito aqui. Por isso que eu
3479digo, eu, como Conselheiro, em respeito a outro Conselheiro, em cima do
3480documento que eu tenho aqui, na parte urbana, metropolitana, eu não trato,
3481mas eu vou votar pelo Conselheiro de que se crie o GT. Não sei os colegas,
3482mas estou dizendo em respeito a um Conselheiro do Conama, que é um
3483Conselheiro antigo, que é o Carlos Bocuhy.

3484

3485

3486**A SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA)** – Em respeito à questão
3487do prazo, realmente nós respondemos no nosso prazo viável, que foi sugerido
3488e nós, sinceramente vemos com preocupação essa questão da criação do GT,
3489primeiramente porque não tem dado, não tem indicador para se trabalhar, nem
3490eles têm, você ter que fazer todo um trabalho de pesquisa, que é isso que está
3491sendo iniciado pelo novo departamento de gestão ambiental urbana, você tem
3492documentos como o RQMA, que vai ter que ser apresentado, que é um
3493relatório, vai ser apresentado na Rio+20, onde você tem textos, análises,
3494contextualizações sobre a questão ambiental urbana, você tem o painel
3495nacional de indicadores ambientais, que vai ser apresentado agora em abril
3496para a ministra. Então, esses documentos trazem elementos para pesquisas e
3497indicadores que precisam ser produzidos para se pedir medir capacidade de
3498suporte, não somente para regiões metropolitanas, mas para as cidades em si,
3499dependendo da suas escalas. Hoje, se você começar um GT desse hoje, ele
3500vai começar a discutir nada com absolutamente, com todo respeito a essa

3501Câmara Técnica, não existe ainda. O Ministério está iniciando um trabalho
3502dentro da questão da gestão ambiental urbana, esse ano de 2010, final de
35032010, 2011, nós estamos trabalhando no sentido de aprovar projetos,
3504pesquisas, no sentido de estar produzindo esses indicadores que pautem
3505qualquer discussão dessa. E isso ainda tem que ser discutido, por ser uma
3506questão transversalizada por vários outros elementos, a questão ambiental
3507urbana, nem o nosso departamento pode estar discutindo isso sozinho, quais
3508as necessidades, a questão dos indicadores, tem que estar em diálogo. Então,
3509isso está sendo construído, mas fazer esse GT dentro do Conama agora, eu,
3510sinceramente, acho assim, se é para estimular, que venha a orientação do
3511Conama para que o Ministério acelere os trabalhos. Agora, eu acho que tem
3512que ter calma porque despender de recurso para discutir algo que ainda não
3513está minimamente construído. Então, esse foi o nosso parecer e que essa
3514Câmara Técnica aprecie, o parecer do IBAMA concordando não há. Nós
3515técnicos, trabalhamos na área urbana há 15 anos e não existe essa questão de
3516colocar capacidade de regiões metropolitanas, até porque a diversidade de
3517regiões metropolitanas que nós temos nesse País é imensa. Você não pode
3518dizer que uma região metropolitana de São Paulo é igual a qualquer outra
3519desse País. Então, nós temos que ter muita calma, concordo com a celeridade,
3520mas nós temos que ter responsabilidade também, porque você vai despender
3521recurso para tratar de um assunto que não vai ter embasamento teórico, isso
3522tem, estou na academia, eu sei, mas a questão de produção concreta de
3523dados, você precisa de dado qualitativo, quantitativo, exato, estatística, coisas
3524para você calcular capacidade de suporte. Isso é uma questão muito séria,
3525você pode entrar numa celeuma muito grande e de forma a prejudicar uma
3526região metropolitana detrimento de outra, porque você indicar capacidade de
3527suporte de uma região metropolitana, você vai colocar naquela região
3528metropolitana e nos governos municipais que estão a ela atrelados, toda uma
3529responsabilidade e resposta àquilo que você está dizendo. Toda uma
3530estratégia, políticas vão ter que ser pensadas, repensadas, é uma coisa que
3531realmente leva tempo até para produzir a base para se trabalhar.

3532

3533

3534**A SR^a. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA)** – É só uma sugestão, eu
3535não sei se cabe: pelo que eu li do parecer, a área técnica do Ministério sente
3536falta de um embasamento, de um mínimo de corpo da proposta, para poder
3537trabalhar em cima. Não sei se seria uma sugestão da própria PROAM
3538apresentar já alguma minuta, algum escopo, se isso já não daria o
3539embasamento para a CT decidir com mais tranquilidade se é o caso ou não de
3540fazer um GT.

3541

3542

3543**A SR^a. JOISA MARIA BARROSO LOUREIRO (SRHU/MMA)** – Precisa de
3544dado, informação. Não é uma proposta de como funciona. Nós precisamos de
3545dado, informação.

3546

3547

3548**O SR. ELIEZER OLIVEIRA (KANINDÉ/RO)** - Primeiro sobre a celeridade, acho
3549que é consenso de todo mundo que as coisas precisam ser aceleradas. Eu fico
3550assim, os dados e as informações nos documentos que foram mandados, a

3551própria metodologia que foi desenvolvida pela própria PROAM que já
3552conhecemos. Mas sei que são coisas que são específicas de cada região. Eu
3553sei que pode não ser o suficiente, mas eles já citaram aí e eu entendo que
3554você estão pedindo tempo, sei que estão pedindo tempo para que tenham
3555isso mais específico, isso que você quer. Porque eles colocaram algumas
3556regiões, São Paulo, fora do Brasil e regiões amazônicas também que foram
3557estudadas. Você acha que isso não vale?

3558

3559

3560**A SRª. JOISA MARIA BARROSO LOUREIRO (SRHU/MMA)** – O texto que
3561nós recebemos para ser analisado, que eles chamam de termo de referência,
3562pode ter um cunho metodológico, de como um caminho, eles dão um caminho,
3563muito contexto, muitas questões que de certa forma não estão aprofundando.
3564Eles trazem elementos que já são de conhecimento nosso, nem uma proposta
3565metodológica muito concreta, além de não ter dado, informação. Então, é o que
3566eu lhe falei. Eu acho que se eles tiverem, concordo, uma coisa mais concreta e
3567tiverem dados e informações que embasem até a formulação de um termo de
3568referência real e concreto. Termo de referência você tem que entrar a vírgula
3569do que aquela empresa ou órgão ou que seja, que vai fazer o trabalho, tem que
3570fazer. Você tem que chegar ao detalhe. Isso baseado em dados e informações.
3571E metodologia para medir capacidade e suporte de uma cidade, você não pode
3572ter uma metodologia única, porque é como falei, as realidades são bastante
3573diferentes. A partir do que nós lemos do termo, que eles chamam termo de
3574referência, porque você pode ver, eles trazem uma apresentação do programa
3575deles, do termo de referência, depois eles falam dos novos paradigmas, uma
3576questão de contexto. Estou falando porque nós tivemos que analisar e, a
3577Câmara não teve a oportunidade. Tendências mundiais, isso também nós já
3578temos, o próprio RQMA, esses próprios indicadores que estão sendo
3579formulados, nós estamos trabalhando neles. Objetivo do programa dele,
3580metrópoles saudáveis, é objetivo do programa deles. O marco conceitual. Aí
3581questão conceitual, também tenho as minhas questões, o próprio departamento
3582também tem. Os processos inerentes à metrópole, mais uma vez fala de
3583contexto, como é que está as metrópoles. E aí o termo de referência continua.
3584Aí eles falam os indicadores. Dos indicadores nós também já temos, eles falam
3585a questão do que seria, do que poderiam ser indicadores. Um texto mais breve,
3586acho que foram três páginas. Instrumento de gestão política pública para as
3587metrópoles saudáveis, que faz parte do programa deles. Nós também já... Aí
3588depois eles passam o currículo dos especialistas que contribuíram para fazer
3589esse termo. A nossa visão de termo de referência começa a ser outra; nós não
3590temos essa mesma visão do que eles chamaram aqui de termo de referência.
3591Nossa visão de termo de referência é outra. Esse material que ele nos passou,
3592nós mesmo já podíamos disponibilizar para o Conama, porque nós temos esse
3593material, para fazer as discussões. Agora, eu só acho que o Ministério tem que
3594avançar na questão da produção dos dados, com todos os seus, os outros, o
3595próprio Ibama, que está trabalhando, o próprio Jardim Botânico, que nada mais
3596premente do que a questão do Jardim Botânico dentro do ambiente urbano.
3597Nós temos questões até sérias com relação a isso lá no Jardim Botânico do Rio
3598de Janeiro, essa questão de interação sociedade, ambiente construído com
3599ambiente natural. Então, essa é a avaliação. Não há elementos aqui para se
3600criar um GT dentro do Conama, não há essa prerrogativa, e ele reforça a

3601 importância e nós reforçamos também, estamos trabalhando para isso, para o
3602 amadurecimento de uma proposta mais concreta para essa casa e para, daí,
3603 nós estarmos avançando num GT. É só para o recurso ser realmente
3604 despendido numa questão que vai dar resultado. Um resultado responsável e
3605 concreto, não com base nisso aqui.

3606

3607

3608 **SR. LUIZ ANTONIO GONÇALVES RODRIGUES DE SOUZA (MAPA) –**

3609 Acho que todos os colegas estão numa situação agora que deve ser a mesma.
3610 Ao mesmo tempo em que nós achamos que o postulante tem o direito de ser
3611 atendido na criação, tem a questão do prazo que já foi muito batida, tem a
3612 questão técnica, que estão sendo dispostos, eu não sou especialista na área
3613 também, que não haveria dado suficiente. Aí, como alguém que não entende
3614 tecnicamente desse tema específico, eu me pergunto aqui se de repente a
3615 essa produção de dados, pelo que eu estou entendendo, existe algum modelo
3616 teórico, mas não existe validação para as diferentes regiões para o País.
3617 Produção de dados concretos sobre o que poderiam ser utilizados. Fica a
3618 minha dúvida de alguém que não entende do assunto se não poderia ser feito
3619 em conjunto com o postulando em um Grupo de Trabalho, se esse é o Fórum
3620 adequado, e como é que fica a questão do prazo, encaminhamento, com é que
3621 fica tudo isso. É uma dúvida que eu tenho e estou aqui compartilhando com os
3622 colegas.

3623

3624

3625 **SR. MAURÍCIO GUERRA (ANAMMA/NE) –** Perdoem-me, por favor, a

3626 juventude no espaço, mas ao chegar e me deparar com esse tema hoje, na
3627 verdade, eu gostaria de ver esse tema sendo discutido aqui dentro desse GT,
3628 caso assim seja. Até porque eu vejo a questão da temática extremamente
3629 pertinente a um GT como o nosso, que cuida exatamente dessa questão de
3630 gestão territorial... Desculpa, a Câmara Técnica. Como eu disse, é a juventude,
3631 me perdoem a juventude. (*Risos!*). Então, realmente, eu vejo que esse
3632 assunto... Eu compreendo que esse é um assunto da natureza do nosso GT,
3633 se existe uma dificuldade de criação desse, realmente não veria dificuldade
3634 talvez se nós trabalhássemos essa temática nesse GT, uma vez que pelo que
3635 eu entendi, a demanda já existe há um tempo. Então, deveríamos buscar
3636 aprofundamento dessa discussão dentro desse GT, preparação dessa
3637 resolução, aqui dentro, e não protelar mais o assunto, uma vez que existiria
3638 uma pertinência de debates aqui dentro. Minha sugestão, não sei se é bem a
3639 linha, mas a minha sugestão seria para não criação do GT e a discussão do
3640 tema neste GT.

3641

3642

3643 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA) –** O GT é criado no âmbito desta

3644 Câmara Técnica, ou seja, é um GT que vai nos reportar tudo que está
3645 acontecendo, é uma responsabilidade nossa a criação deste GT por esta
3646 Câmara Técnica. Se nós criarmos um GT aqui, continua aqui, só que vão ser
3647 reuniões que não são... Ela tem um diferencial, ela não é votada, tenta sempre
3648 o consenso, as pessoas vêm para cá por conta própria, porque, por exemplo,
3649 não existe a convocação, você é convidado, você vem se quiser ou não. Aqui
3650 não, se você não vier numa Câmara Técnica você ganha falta. No Grupo de

3651Trabalho não. É uma coisa mais informal, mas dentro do âmbito desta Câmara
3652Técnica. Outra resposta que vou dar para o Luís do MAPA, é que, segundo o
3653Regimento interno, o prazo de um GT, que você perguntou, é de 1 ano e
3654podendo ser prorrogado. Acredito eu por igual período. Ou seja, 2 anos. E tem
365590 dias para instalação do GT, ou seja, a partir do momento em que nós hoje
3656criamos o GT, tem 90 dias para criar o GT e o GT tem 1 ano, aí nós decidimos
3657se é prorrogado ou não por mais 1 ano, para ele nos dar uma resposta do
3658documento. Por isso que é o que eu estou dizendo: se é para nascer um
3659documento, pode nascer aqui; não vi o termo de referência, não entendo, mas
3660o que é colocado aqui, até na resposta do Carlos, tenho que concordar com
3661ele, porque eu não sei dessa área, porque ele coloca: consideramos que o
3662termo de referência elaborado pelo PROAM, foi isso que a colega leu ali, é
3663consistente marco conceitual e teórico. Aí ele coloca: concordamos que não há
3664consolidação no âmbito do Sisnama, nem da academia de dados concretos e
3665consagrados, incluindo indicadores e etc. O que eu digo é o seguinte: o que
3666nós vamos decidir aqui: ou vai vir um documento já pronto para essa Câmara
3667Técnica do MMA, com a participação exclusiva do MMA, indo a contragosto ao
3668colega Carlos Bocuhy, em relação ao documento, ou para esta Câmara técnica
3669vai vir um documento que nós estamos acompanhando, vai demorar para sair,
3670vai, mas tem prazo, junto com o MMA, que o MMA, lógico, vai participar, e que
3671tem 90 dias para começar. Aí, aquilo que eu digo, é uma responsabilidade do
3672proponente. Eu só poderia deixar um documento desse retirar de pauta alguma
3673coisa com a concordância dele, porque eu não vou passar por cima de um
3674Conselheiro. Mas eu também não posso ir favorável ao que você colocou, indo
3675contra ele não poder participar desse documento. Como é bem dito aqui, que
3676mais democrático que uma Câmara Técnica e um GT do Conama, é difícil se
3677encontrar. Lá seria uma coisa muito chapa-branca, muito fechada. Eu continuo,
3678João Carlos, vou colocar aqui, pela apresentação dessa proposta do Bocuhy.
3679Ele não precisa estar presente para apresentar proposta. Só ele pode retirar.
3680Então, eu tenho que seguir o que me é colocado. Eu vou passar por Calixto,
3681que está aqui, antes de colocar em votação pelos membros desta Câmara.

3682

3683

3684**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO LIMA (DCONAMA)** – Gostaria de fazer umas
3685ponderações antes de a Câmara Técnica tomar uma decisão final. Primeiro
3686ressaltar o que a nossa colega colocou, que a ideia seria o Ministério do Meio
3687Ambiente, internamente, intra, fazer um Grupo de Trabalho, chamando outras
3688secretarias, ou outras entidades vinculadas, ANA, alguma coisa assim, discutir
3689e trazer para cá uma proposta. Isso é a ideia inicial. Agora, com relação a, de
3690fato, só pode ser retirado se o Conselheiro retirar se estabelecer uma
3691condicionante. Mas é muito difícil um grupo interno ter, como é interno, como
3692por exemplo, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério do Trabalho fosse
3693fazer um Grupo de Trabalho interno e que uma entidade exterior, “olha, só
3694pode acontecer com a condicionante que eu participe”. Primeiro é uma questão
3695de princípio que o Ministério não precisa dessa condicionante. Então, o
3696Ministério pode fazer sozinho. Agora, nós também não podemos, a Câmara
3697Técnica também não pode retirar, a não ser com a anuência do próprio
3698Conselheiro que apresentou a proposta. Então, eu pondero o seguinte: a
3699primeira coisa que nós temos que lembrar sobre Regimento interno. O novo
3700Regimento interno demanda que, caso a Câmara Técnica crie um GT, esse GT

3701deverá ter a coordenação, ter a sua presidência, por Conselheiro. Então, não
3702pode ser membro, tem que ser Conselheiro. O GT deverá ter garantido no
3703mínimo 10 participantes. Ou seja, duas pessoas por segmento, no mínimo.
3704Então, por exemplo, essa Câmara Técnica são 5 segmentos, 2 participantes
3705por segmento. No mínimo 10 pessoas. Decidindo que haja esse GT pela
3706Câmara Técnica, que é diferente do grupo interno que o Ministério gostaria de
3707fazer e trazer uma proposta para cá, se houver isso, talvez pudesse
3708estabelecer que nesse prazo de 90 dias pudesse dar tempo então ao Ministério
3709do Meio Ambiente, internamente formular uma proposta inicial e trazer à
3710Câmara Técnica. E aí aberta aos outros componentes dessa Câmara Técnica,
3711os 10 com PROAM e quem mais quisesse. Obrigado.

3712

3713

3714**O SR. ROGÉRIO RODRIGUES (ANAMMA/CO)** – Sem dúvida nenhuma, o
3715tema é relevante, na verdade. E estou observando aqui que esse pedido dele é
3716de 23 de outubro de 2010, mais de ano que está aqui. A criação desse GT,
3717sem dúvida nenhuma, pode estar contribuindo para que as coisas realmente
3718aconteçam. João tem toda razão quando coloca que nós temos que ter todo
3719um respeito, principalmente, com a entidade que fez o pedido, e isso é o tema
3720hoje no País. Nós vemos hoje aí cidades que estão praticamente se enchendo
3721de automóveis. Tem suporte para isso tudo em questão ambiental? São Paulo
3722e as grandes capitais? Então, isso eu acho que é importante, o grupo técnico
3723do próprio Ministério tem que ter esses parâmetros técnicos, nós entendemos
3724isso. Mas existe o início disso tudo. Então, a criação desse grupo, eu já deixo
3725aqui de antemão meu posicionamento, para nós fazermos a criação.

3726

3727

3728**A SR^a. JOISA MARIA BARROSO LOUREIRO (SRHU/MMA)** – Como eu falei,
3729o Grupo de Trabalho interno do MMA, o PROAM poderia participar, não sei
3730juridicamente como é que isso funciona. Mas o grupo vai estar aberto à
3731participação, até mesmo de outros membros do Conama, que continua a nossa
3732interrogação. Vai ser criado um grupo aqui dentro, que vai começar a
3733discussão a partir de marco teórico conceitual, certo? Essa discussão já
3734poderia ter sido iniciada há bastante tempo. É a única coisa que se te... Porque
3735estudos sobre cidade você tem muitos. Agora, para construção de uma
3736resolução sobre capacidade de impacto, é só disso que nós estamos falando.
3737Não é porque não vai sair, até porque nós já estamos há mais de 1 ano e,
3738antes disso, já vem sendo trabalhado algumas coisas, é óbvio que a questão
3739da gestão ambiental urbana, não há o que esconder, sempre foi muito focada
3740na questão dos resíduos sólidos dentro do Ministério, mas já há algum tempo
3741está havendo mudanças com relação a isso, e isso já está sendo estudado e
3742tratado. Só que a questão da produção dos dados para formação de uma
3743resolução como essa, eu não vejo sentido a criação de um GT agora, mas isso
3744não... A questão da celeridade, não tem questão de celeridade porque já está
3745sendo trabalhado. Tem um departamento que foi criado só para questão da
3746celeridade disso. Mas com relação aos dados, a nossa preocupação é muito
3747grande com relação a isso. O que discutir, o que vai sair de uma resolução, que
3748vai sair posteriormente desse GT, sairá uma resolução para a questão da
3749capacidade de suporte de regiões metropolitanas, baseados em que dados. É
3750questão temporal, para a produção desses dados. Não existe, por exemplo, um

3751 indicador de área verde urbana. Qual a porcentagem de área verde das nossas
3752 cidades? Não existe esse dado mínimo, básico. De área verde. Nós estamos
3753 trabalhando num termo de referência para exatamente a produção desse dado,
3754 passamos os últimos 6 meses trabalhando para iniciar esse tipo de pesquisa,
3755 porque não existe esse dado, que é básico, principalmente para formular
3756 capacidade de suporte. Então, é só a questão de utilizar bem os recursos, tanto
3757 humanos, porque o GT demanda. No final as pessoas vão começar a ver que a
3758 discussão vai parar, porque o tempo das pesquisas, dos dados, não é o
3759 mesmo, infelizmente. Mas nós respeitamos. E esse grupo interno seria aberto.
3760 Não teria nenhum problema em receber contribuição desta Casa. Obrigada.

3761

3762

3763 **O SR. PAULO NOGUEIRA NETO (DEMASP/SP)** - Eu acho que esse assunto
3764 é um assunto da maior importância e nós, principalmente eu sou habitante da
3765 cidade de São Paulo, e sei o tempo que se perde por problemas de tráfego
3766 humano etc. e etc. Então, é um assunto urgente. Mas por outro lado é uma
3767 coisa que mexe com a vida de praticamente todo mundo. Então, não pode ser
3768 feito sem que haja uma base sólida a respeito. Então, eu indagaria quando se
3769 poderia prever que o Ministério já teria elementos, para que isso pudesse ser o
3770 exame aberto também para outras entidades. Qual o tempo: 90 dias, 120 dias,
3771 não sei; alguma coisa assim, para que quando o grupo passar a trabalhar, nós
3772 tivéssemos certeza de que estamos pisando em terreno sólido.

3773

3774

3775 **A SR^a. JOISA MARIA BARROSO LOUREIRO (SRHU/MMA)** – Pois é.
3776 Começar-se-ia do básico. Agora, o senhor colocou tudo. Precisa nem um
3777 levantamento do que existe de dado e informação, porque pode até existir. Não
3778 existe feito. Isso precisa ser feito pelo Ministério. Então, o primeiro trabalho
3779 dessa Comissão interna, desse grupo interno de trabalho, é fazer o
3780 levantamento do que existe, se existe e do que vai vir a existir, porque podem
3781 existir pesquisas em andamento, por até outros órgãos. Nós fizemos um estudo
3782 ano passado sobre a questão da sustentabilidade urbana, onde foi feito
3783 exatamente um levantamento sobre as ações governamentais e não
3784 governamentais que estão em andamento no País, ou que já foram
3785 implementadas para o alcance da sustentabilidade urbana e ambiental. Esse
3786 estudo já foi concluído, já foram entregues os produtos, nós já temos o
3787 mapeamento do que está sendo feito pelos órgãos do Governo Federal e pelas
3788 organizações da sociedade civil. Isso é um elemento. Porque a partir daí que
3789 você pode, por exemplo, mapear pesquisas que estejam acontecendo. Então, o
3790 passo inicial desse grupo seria exatamente ver isso, e a partir daí recolher
3791 esses dados e também avaliar: quanto tempo mais, por exemplo, pode ter um
3792 dado que esteja sendo importante; esse mesmo que eu falei, dos indicadores
3793 de área verde, do indicador de áreas verdes urbanas, foi feito um termo de
3794 referência, existe prazo para conclusão, que se eu não me engano era quanto
3795 tempo? Eu acho que era de 8 a 12 meses para concluir os dados; havia já a
3796 prerrogativa se tivesse sido empenhado ano passado, de já apresentar dado na
3797 Rio+20 sobre isso. Mas é a partir desse levantamento que você pode dizer: vai
3798 durar 6 meses, vai durar um ano; e dizer até “nós só vamos até aqui, em
3799 qualquer tipo de medição de capacidade de suporte, porque só o que se tem é
3800 isso até aqui”. Mas uma pesquisa dessa, um levantamento desse demanda

3801tempo também. E para dar um prognóstico a partir daí é a questão mais
3802responsável a se fazer. Até, como eu falei, um GT dentro do Conama
3803depende um recurso, que eu acho que ia ser muito mais objetivo nós
3804resolvermos determinadas questões dentro do MMA, questões técnicas como
3805essa, para chegar com uma coisa, até para o GT ser eficiente, demandando
3806pouco recurso e objetivo no tempo.

3807

3808

3809**O SR. PAULO NOGUEIRA NETO (DEMASP/SP)** - Isso mostra que nós
3810precisamos fazer um estudo mais concentrado, digamos assim, ou seja, mais
3811acelerado, porque normalmente não é indicado, não deve ter pressa em fazer
3812pesquisa. Mas nós temos que, nesse caso específico, ter alguma pressa no
3813sentido de fazer no menor prazo possível para que nós possamos discutir
3814depois no sentido mais amplo e chegarmos a uma conclusão que possa ser
3815aceita por todos. Agora, eu sinceramente não tenho elementos para dizer, para
3816dar uma avaliação de quanto tempo levaria.

3817

3818

3819**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – O que você colocou para nós aqui
3820agora, no meu pensamento, reforça mais ainda, no meu pensamento, lógico, a
3821necessidade da criação do GT. Eu vou dizer o porquê: para ajudar vocês. Se
3822vocês já pediram várias vezes, pelo que eu entendi aí, para que se coloque, no
3823orçamento, você pediu para... Você colocou a palavra “empenhar”. Uma vez só
3824foi pedido, não teve...

3825

3826

3827**A SR^a. JOISA MARIA BARROSO LOUREIRO (SRHU/MMA)** – Eu tenho que
3828esclarecer. Não foi pedido. Ano passado nós trabalhamos na elaboração de um
3829termo de referência que se tentou conseguir empenhar, porque existem
3830trâmites burocráticos, vocês todos aqui sabem, do Governo Federal
3831principalmente, que existem trâmites, ia ser feito, estava tudo caminhando. Só
3832pela questão dos trâmites burocráticos, para se empenhar um estudo desse,
3833certo? Empenhar é você... O empenho aqui no caso é o empenho financeiro,
3834nós chegamos e dizer “ele vai ser contratado amanhã”. Não “se empenhar”. O
3835empenho houve muito.

3836

3837

3838**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – O empenho de que eu estou
3839dizendo é você solicitar ao Ministério que separe um determinado recurso...

3840

3841

3842**A SR^a. JOISA MARIA BARROSO LOUREIRO (SRHU/MMA)** – Não é isso.
3843Isso aí é o PPA. Isso que você está fazendo é planejamento do PPA. Isso foi
3844planejado. Empenhar é quando você chega e diz “vai ser contratado e pago”,
3845empenhar é pago. Licitação, ou que seja outro instrumento.

3846

3847

3848**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Eu sei. O que eu estou dizendo é o
3849seguinte: é que você tem um valor X dentro do Ministério no total, e que esse
3850valor vai ser dividido para as pessoas que fizerem o pedido. O recurso está lá.

3851Você faz o empenho pedindo para que desse que está para a minha
3852Secretaria, para minha diretoria vá esse valor para isso.

3853

3854

3855**A SR^a. JOISA MARIA BARROSO LOUREIRO (SRHU/MMA)** – Não. Isso aí
3856não é empenho. Isso é planejamento orçamentário que você está falando aí.
3857Esquece então a palavra “empenho”. Nós fizemos um planejamento
3858orçamentário e existia orçamento para isso. Só se faz termo de referência,
3859geralmente, já baseado no planejamento orçamentário, aí faz o termo de
3860referência para ser licitado ou o instrumento orçamentário que seja, para que a
3861empresa seja contratada e aí você pagar o recurso. Nós fizemos todo o trâmite.
3862Na hora de fechar, assinar o contrato, o ato, houve um problema com a
3863empresa, o órgão, a universidade que seja, a instituição que ia ser contratada.
3864O problema houve com ele. Aí o processo não foi contratado ano passado. Mas
3865o que eu estou querendo dizer com relação a isso é que há um tempo para
3866esses procedimentos, e até para elaboração de um termo de referência
3867mesmo, que vai muito além da questão conceitual, teórica e metodológica até
3868às vezes. Só para nível de esclarecimento. O recurso existia, está planejado
3869orçamentariamente, inclusive a questão do urbano está bem planejada no
3870orçamento de 2012 a 2015; existe o programa de planejamento urbano e, além
3871dele, o programa de desastres também que entra na questão do urbano. Nós
3872vimos participando e já planejando recurso para isso. Então, essas questões já
3873estão planejadas orçamentariamente.

3874

3875

3876**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Só para terminar, exatamente
3877como eu tinha começado, é que a função do GT não é na primeira reunião ter o
3878documento pronto. O GT tem exatamente essa função de chegar com um
3879grupo de pessoas, de no mínimo 10 conhecedores do assunto e que do zero se
3880comece o documento. Se viesse para cá um documento já pronto, não teria por
3881que da criação do GT. Acho que o GT, a função do GT é exatamente essa de
3882você, do zero, começar um documento desde o A mais B lá no início, e no
3883prazo de um ano prorrogável por outro, apresentar para nós uma proposta. Aí
3884sim chegaria uma proposta, ter um tempo vasto de discussão com a sociedade,
3885com universidades, pesquisadores.

3886

3887

3888**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Por
3889favor, conduza, continue a condução até você concluir esse tema, depois eu
3890volto.

3891

3892

3893**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Deixe-me só tentar te explicar o
3894que aconteceu. Não, tudo bem. Vai que ele queria assumir a presidência.
3895Porque eu ia colocar em votação. Pode? Ok. Como meu último ato dessa
3896Câmara Técnica, até a posse do presidente, neste momento, depois de todas
3897as explicações dadas pelo Ministério, pelo documento encaminhado pelo
3898Carlos Bocuhy em relação à condicionante de deixar o GT não ser criado ou
3899não, dentro do âmbito do Conama, eu coloco em votação. Não sei se querem
3900nominalmente ou se...

3901

3902

3903 **O SR. LEONARDO EULER L. S. SANTOS (IEMA/BA)** – Eu acho que tem uma
3904 resposta que não foi dada, apesar do esforço de tentar dar a resposta, que é a
3905 questão do prazo justamente. Eu acho assim, entendo perfeitamente, até por
3906 ser também de um órgão público estadual e essas questões são recorrentes;
3907 entendo a questão do tema, não vou nem ser retórico, já foi trabalhado; mas
3908 assim, pelo menos, acredito eu, que o MMA precisaria colocar pelo menos, sei
3909 que é difícil, tem coisas que precisa de prazo, depende dessa coisa do
3910 empenho que deu para trás, teoricamente o estudo tinha um prazo para ser
3911 apresentado, 6 meses, 8 meses, não sei, mas não foi colocado concretamente
3912 por vocês quais são as variáveis necessárias para, por exemplo, subsidiar essa
3913 discussão. Você falou em um dos... Ou seja, vocês não têm nenhum
3914 levantamento básico. Mas vocês colocaram que já é uma Secretaria, não sei
3915 como é que funciona internamente, um departamento que já tem um
3916 funcionamento há 1 ano trabalhando essa temática. Então, minimamente,
3917 deveria ter pelo menos quais são os insumos para você fazer a elaboração de
3918 uma resolução dessa. Enfim, eu acho que vocês... Se não colocaram no
3919 documento resposta ao Conselheiro, acredito eu que vocês poderiam colocar
3920 todas essas outras restrições que vocês têm como indicativo da necessidade
3921 de um aprofundamento interno para tão somente discutir, porque caso
3922 contrário, eu tenho que concordar com o presidente, que uma coisa não
3923 invalida a outra. Porque na verdade estamos pensando de formas
3924 concorrentes. Eu estou abrindo mão dessa concorrência para pensar que um
3925 Grupo de Trabalho criado no Conama pode de fato complementar os estudos
3926 que o Ministério internamente vá fazer, no sentido de que nenhum Grupo de
3927 Trabalho que é criado precisa já começar com os insumos, até porque o
3928 pressuposto de se criar um GT muitas vezes é porque não se tem nada. Enfim,
3929 só não sei internamente como pode ser encaminhado junto com o próprio
3930 Ministério, enfim, na propositura de se construir os elementos necessários para
3931 a elaboração da resolução. Então, já que não tem, enfim, uma resposta clara
3932 por conta dessas outras coisas que você colocou, pessoal, enfim, são 4
3933 pessoas, enfim. Era só isso.

3934

3935

3936 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Então, vou colocar em votação.
3937 Antes de colocar em votação, eu quero saber se alguém vai querer fazer o uso
3938 da palavra para justificar o voto ou se podemos fazer somente a votação.
3939 Exatamente como está aqui no processo: a proposta de criação de GT visando
3940 à elaboração de resolução específica para estabelecer critérios de avaliação de
3941 capacidade de suporte ambiental das regiões metropolitanas do Brasil,
3942 conforme solicitação da PROAM. Como a proposta é dele, só ele pode tirar e
3943 só ele pode mudar. Então, eu vou colocar em votação.

3944

3945

3946 **O SR. PAULO NOGUEIRA NETO (DEMASP/SP)** - Eu acho que nós devemos
3947 poder justificar o voto. Porque isso é uma prerrogativa.

3948

3949

3950 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Sim. Eu vou colocar em votação.
3951 Quem é favorável à criação do GT, conforme solicitação do Conselheiro Carlos
3952 Bocuhy da PROAM? Seis votos favoráveis. Quem é contrário?

3953

3954

3955 **SR. PAULO NOGUEIRA NETO (DEMASP/SP)** - Eu sou contrário. Eu daria 6
3956 meses para dar tempo mínimo, para o que Ministério pudesse preparar seus
3957 dados, inclusive pedir dados às prefeituras, às universidades. Só sete, que é o
3958 órgão que lida com tráfego em São Paulo, só eles têm muitos dados
3959 disponíveis. Então, recolher esses dados, eu acho que 6 meses seria o prazo
3960 mínimo. Não é um prazo perfeito, não é um prazo realmente que seria o
3961 melhor. Mas é preciso também fazer a coisa andar.

3962

3963

3964 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Dr. Paulo, naquela máxima, de que
3965 o ótimo é inimigo do bom, para criação do GT pode-se esperar até 90 dias,
3966 para entrar em funcionamento. Não são os 6 meses que o senhor colocou
3967 como prazo para receber os dados, mas já temos 90 dias para começarmos a
3968 vasculhar. Agora, nada impede uma reunião de GT, normalmente é uma por
3969 mês aproximadamente. Então, nós temos ainda 24 meses após os 90 dias para
3970 terminar um documento. Então tem muito tempo para recebermos a
3971 documentação e fazer, debruçar e passar para frente. Então, foi aprovada a
3972 criação do GT solicitado pelo Conselheiro Carlos Bocuhy do PROAM. Eu agora
3973 passo para o doutor... Sim, diga.

3974

3975

3976 **SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO LIMA (DCONAMA)** – Talvez fosse
3977 interessante, presidente, desde já definir quem vai coordenar esse Grupo de
3978 Trabalho, porque conforme relatei o Regimento interno exige que seja um
3979 Conselheiro.

3980

3981

3982 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – A sugestão que eu daria é que o
3983 próprio Carlos Bocuhy seja o coordenador desse grupo, porque ele é
3984 Conselheiro. Então, o próprio Carlos, já que ele fez a solicitação e quem
3985 supostamente foi atrás de algum grupo de pesquisadores que ele disse que
3986 tinha, eu colocaria o nome dele para fazer a coordenação. Uma coisa que eu
3987 coloco também, segundo o Regimento interno, é que ficou meio esquisito aqui,
3988 mas tudo bem, porque no art. 49, § 3º coloca que “a criação de GT deve ser
3989 comunicada a todos os Conselheiros”, aí sim vão indicar as 10 pessoas. Mas o
3990 engraçado é que o § 1º coloca que “nova indicação dos membros do GT
3991 poderá ser efetuada mediante comunicação”. Ficou invertido aqui. *(Risos!)*.
3992 Que todos os Conselheiros que queiram participar vão receber a carta-convite.

3993

3994

3995 **SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
3996 **DCONAMA)** – Acabei de retornar e estou pegando aqui a discussão. É que
3997 esse dispositivo, João, antes era para ser, o GT era para ser limitado e depois
3998 ele passou a ser ilimitado, sendo que no mínimo tem que ter 10 membros. Nós
3999 mesmos vamos avisar aos componentes da Câmara e aos Conselheiros em

4000geral. Agora, os 10 membros têm que ser da Câmara. O Conselheiro que
4001coordena o GT não necessariamente é da Câmara, isso ficou também, enfim, é
4002uma inovação que está colocada, e vamos testar como é que funciona na
4003prática. Acho que a coordenação é tirada pela própria Câmara. Quem define
4004não é o GT, é a Câmara Técnica que cria o GT. E o requisito é ser um
4005Conselheiro.

4006

4007

4008**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Art. 50: Os GTs terão um
4009coordenador, um vice-coordenador e um relator, os quais serão escolhidos pela
4010respectiva Câmara Técnica, sendo necessariamente Conselheiro o
4011coordenador. Agora a minha questão, já que nós somos o boi de piranha em
4012relação ao Regimento interno novo, nós vamos escolher depois de receber a
4013indicação dos 10 nomes ou a partir de agora? É uma boa pergunta. Porque eu
4014indiquei o Carlos Bocuhy porque eu acho que tenho certeza de que ele vai
4015querer participar. Depois da resposta que ele colocou aqui... É, faltou o
4016parágrafo 2°.

4017

4018

4019**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
4020**DCONAMA)** – É a Câmara, João, quem decide. Mas nós não temos uma
4021previsão de próxima reunião desta Câmara. Aí nós vamos ter que avaliar os
4022assuntos que ficaram pendentes. Então, eu acho que era melhor deixar
4023definido o coordenador. Estou tentando a ligação aqui para ele.

4024

4025

4026**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – A indicação não. Nós indicamos
4027quem nós quisermos, tem que ser Conselheiro. Eu pergunto aos membros
4028dessa Câmara Técnica. Eu coloco prioridade para os membros dessa Câmara
4029Técnica, se alguém quer ser o coordenador deste GT. Alguém quer assumir a
4030cria? Maurício está se contorcendo ali. (*Risos!*). A princípio, estamos só
4031esperando a concordância da ligação ali para o Bocuhy. Então já temos uma
4032pessoa que quer participar do GT. Ele aceita? Alguém é contrário que o Carlos
4033Bocuhy seja coordenador deste GT? Ok. Então, coordenador do GT. Alguém já
4034quer colocar o nome para participar desse GT como ouvinte? Temos
4035representante da Kanindé, dos Estados, municípios?

4036

4037

4038**O SR. MAURÍCIO GUERRA (ANAMMA/NE)** – Possivelmente, mas vamos
4039aguardar o convite.

4040

4041

4042**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Ok. Então, eu peço aos colegas...
4043Isso aqui eu acho que pega mais a parte governamental. Então, os colegas de
4044município, Estado, poder público federal observem dentro das suas entidades,
4045ANAMMA, ABEMA, quem seria interessante para participar desse GT, porque
4046acho que para vocês é extremamente importante a participação. Passo a
4047palavra ao presidente, Dr. Rômulo.

4048

4049

40500 **SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Você
4051concluiu o item da PROAM, é isso?

4052

4053

40540 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Isso. Nós já fizemos o 3.1, 3.2 e
40553.3. Você chegou exatamente na hora em que era a sua.

4056

4057

40580 **SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Então
4059vamos colocar em discussão o processo, 974/2010-07, de Monitoramento e
4060Avaliação de Unidades de Conservação. O interessado é Fundação Onda Azul,
4061recebeu manifestações do Instituto Chico Mendes e da Secretaria de
4062Biodiversidade e Florestas. Todos conhecem o assunto? Alguém quer fazer
4063uma explanação específica sobre o que é a proposta? Tem alguém do
4064Ministério, da Secretaria de Biodiversidade e Floresta que tenha feito a análise,
4065ou do Instituto Chico Mendes presente? Eu vou comentar rapidamente com
4066você. Houve uma análise desse processo tanto pelo Ministério do Meio
4067Ambiente como da Secretaria de Biodiversidade e do Instituto Chico Mendes, e
4068os 2 pareceres convergem para a mesma posição. Os 2 concluem que nós
4069temos ainda temos uma resolução preliminar, ou seja, não se manifestaram
4070formalmente, se manifestaram formalmente, entendendo que esse texto não é
4071conclusivo. A proposta é uma proposta interessante do ponto de vista político
4072institucional que é de estabelecer mecanismo de monitoramento,
4073principalmente monitoramento de implementação das Unidades de
4074Conservação, buscando avaliar de uma forma destacada, eu diria, a questão
4075de participação da sociedade. Os pareceres também fizeram referência... Já há
4076algumas ferramentas e algumas previsões legais com relação a isso, por
4077exemplo, a obrigatoriedade nossa, Ministério do Meio Ambiente e Chico
4078Mendes, de apresentar um relato, se não me engano, um relatório bianual de
4079resultados ou de situação das Unidades de Conservação nacionais. A minha,
4080eu não sei se alguém quer fazer mais alguma observação, mas eu gostaria de
4081dar uma sugestão com relação a isso. A minha sugestão é que nós criássemos
4082um GT também formado por Ministério do Meio Ambiente, Chico Mendes e
4083alguns órgãos, sei lá, mais 2 órgãos que efetivamente fazem gestão de
4084Unidades de Conservação, para que esse grupo pudesse se ater à proposta de
4085resolução e trazer um produto para cá para a Câmara, que nós pudéssemos
4086efetivamente colocar em votação, porque se não for assim, eu tenho a
4087impressão de que nós vamos participar de um processo mais de construção de
4088uma norma aqui, sem uma sustança técnica maior. Dentre os pareceres
4089fizeram referências a alguns modelos de avaliação de Unidade de
4090Conservação que se tem. Esses modelos, a grande maioria, os 2 modelos que
4091foram colocados foram modelos que foram importados de outros países em
4092avaliação de gestão, como o Rapan, que foi inclusive utilizado por nós no
4093Instituto Chico Mendes, em parceria com o WWF. Mas como trata de uma
4094resolução e trata, aqui está se buscando estabelecer um sistema específico de
4095monitoramento para as Unidades de Conservação, eu acho que nós
4096precisamos de um trabalho técnico mais denso, para poder trazer para a
4097Câmara para que nós possamos avançar. A minha sugestão é que a Câmara,
4098nós criemos um Grupo de Trabalho, como todo GT tem um prazo específico

4099 para apresentar, para que nós tivéssemos uma proposta mais encorpada para
4100 discussão e decisão da Câmara.

4101

4102

4103 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Eu quero só dizer aqui que você já
4104 sabe como é a composição dos GTs hoje, segundo o Regimento novo?

4105

4106

4107 **O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Não,
4108 camarada. Por isso que eu tenho a alma regimental que está em você.

4109

4110

4111 *(Risos!)*.

4112

4113

4114 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Só para te dizer. É porque você
4115 colocou ICMBio, MMA, outros órgãos. É porque se coloca que hoje o GT é
4116 composto por no mínimo 10 membros, garantida a indicação de 2 membros de
4117 cada um dos 5 segmentos representados no Conama. Vai ser aberto a todos.

4118

4119

4120 **O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Sim.
4121 Não foi força do corporativismo. É porque nos dois pareceres, tanto o Ministério
4122 como o Chico Mendes recomendam que haja participação de órgãos de gestão
4123 de Unidades de Conservação, porque esses órgãos teriam como contribuir de
4124 forma. Mas de forma nenhuma eu quero quebrar a estrutura regimental prevista
4125 no Conselho e nós seguimos o que está estabelecido. Se não tiver nenhuma
4126 outra observação...

4127

4128

4129 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Se o presidente do ICMBio está
4130 pedindo, quem sou eu para ir contra!

4131

4132

4133 **O SR. PAULO NOGUEIRA NETO (DEMASP/SP)** - Eu queria dizer que, na
4134 qualidade de quem criou, ajudou a criar, participou da criação de 13.200.000 ha
4135 de Unidades de Conservação, eu tenho muito interesse em participar.

4136

4137

4138 **O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Claro. O
4139 Sr. já é membro nato, Dr. Paulo. Em votação. Aqueles que se quiserem se
4140 manifestar contrariamente... Aprovamos? Ok. Próximo ponto da pauta.
4141 Informes. Quem é o nosso informante? Processo 1297. Normas para
4142 Padronização dos Procedimentos de Monitoramento, Tratamento, Análise e
4143 Sistematização dos Dados para Elaboração do Relatório de Qualidade
4144 Ambiental da Zona Costeira.

4145

4146

4147 **A SR^a. MÁRCIA OLIVEIRA** – Da Gerência Costeira, Departamento de
4148 Zoneamento Territorial. Na verdade, o informe é para informar a todos como

4149está sendo encaminhado esse tema, que já foi discutido aqui nessa Câmara
4150Técnica, a estratégia de que não vai ser lançado, a princípio, nesse momento,
4151um relatório de qualidade ambiental costeira. Vai aproveitar que está sendo
4152construído o relatório de monitoramento, RQMA, o Relatório de Monitoramento
4153e Qualidade Ambiental, que vai ser lançado na Rio+20. E nós estamos fazendo
4154um capítulo dentro desse documento maior RQMA para a parte costeira. Então,
4155de acordo com o cronograma oficial desse documento, o documento base já
4156está elaborado, está em fase de revisão e de editoração e brevemente vai ser
4157lançado. Eu me coloco à disposição e dizer que esse documento base, na
4158verdade, não responde ainda à questão metodológica do RQA Zona Costeira,
4159como está colocado no Decreto 5.300, mas ele vai apoiar na questão
4160justamente de identificar quais são os indicadores que deverão compor
4161metodologicamente o RQA Zona Costeira.

4162

4163

4164**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Alguns
4165dos Conselheiros ou participantes querem algum esclarecimento sobre o
4166assunto?

4167

4168

4169**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Eu não quero esclarecimento, só
4170quero...

4171

4172**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – É
4173porque, João, desculpe-me. Você que é o douto do regimento, mas como isso
4174se trata de um informe, entendi que nós poderíamos incorporar
4175esclarecimentos ou complementações, o que o senhor desejar, menos
4176deliberação.

4177

4178

4179**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Não é para deliberar. Isso daqui é
4180só para reforçar da criação do GT anterior, porque estou aqui no Conama, o
4181Rômulo ainda tinha cabelo preto, desde 2000, e esse documento aqui é de
41822005, e é mais ou menos pareço com o que está se pedindo em cima pelo
4183Carlos Bocuhy, para você fazer padronização dos procedimentos para
4184monitoramento, alguma coisa parecida com o que está no pedido dele. O
4185quanto está demorando, já vamos entrar no sétimo ano de que se fez um
4186pedido para padronizar, e quem pediu foi a Casa Civil, e até hoje o documento
4187não saiu para ser deliberado pelo plenário do Conama essas normas. Então,
4188isso que eu coloco aqui de que desde o ano passado que eu coloco, e eu fico
4189muito chateado, é que por mais que nós venhamos, nos empenhemos,
4190venhamos aqui trabalhar pela empresa, pela entidade, pelo órgão, se é federal,
4191municipal, o negócio às vezes patina, se nós não dermos uma aprofundada,
4192estocada, uma provocada. Foi só um desabafo em relação ao documento
4193apresentado pelo Carlos Bocuhy. Obrigado, presidente.

4194

4195

4196**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Mais
4197alguma observação? Você quer descansar um pouquinho ou você quer já...?
4198Além disso, a Doutora Márcia vai dar informes sobre o sobre processo

4199135/2011-61 o Comitê de Estuários. Peço desculpas aos colegas, como ela
4200estava falando, eu pulei o 42 e o 43 e logo depois eu falo sobre eles para que
4201ela possa concluir a participação dela.

4202

4203

4204**A SRª. MÁRCIA OLIVEIRA** – Bem, sobre esse Comitê de Estuários, na
4205verdade chegou o que foi tratado? A proposta é muito bem recebida pelo
4206Ministério do Meio Ambiente e foi consultada a área técnica do gerenciamento
4207costeiro e também a área técnica que acompanha a Comissão Técnica de
4208Assuntos de Integração de Recursos Hídricos e Gestão Costeira, que é a
4209CTCOST no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. E a posição da
4210CTCOST é que no Sistema Nacional de Recursos Hídricos não tem como criar
4211essa figura de um Comitê de Estuários. Então, reportaram novamente para
4212nossa área essa nota informativa dada por essa CTCOST, só que na nossa
4213análise, ainda que não se tenha previsão legal de se criar um Comitê de
4214Estuário no Sistema Nacional de Recursos Hídricos, nós temos que fazer essa
4215discussão junto com a CTCOST por quê? Neste momento, além de você ter no
4216próprio Conselho Nacional de Recursos Hídricos uma Câmara Técnica
4217específica discutindo assuntos de integração de bacias hidrográficas e gestão
4218costeira, nós também estamos no momento que no Conselho Nacional de
4219Recursos Hídricos estão fazendo uma revisão do Plano Nacional de Recursos
4220Hídricos e estão revendo o programa 9, que versa sobre a gestão de recursos
4221hídricos integrados ao gerenciamento costeiro. Então, nesse momento
4222detalhando o programa 9, onde vamos ter elementos importantes como é que
4223funcionaria um Comitê desse, Estuário, dentro do próprio Sistema Nacional de
4224Recursos Hídricos e dentro das comissões de participação criada dentro do
4225âmbito da gerenciamento costeiro. Então, nesse momento está se detalhando
4226esse programa 9, onde vamos ter elementos importantes para saber como que
4227funcionaria institucionalmente um Comitê Estuário desse dentro do próprio
4228Sistema Nacional de Recursos Hídricos e dentro das Comissões de
4229participação criada no âmbito do gerenciamento costeiro. A nossa nota técnica
4230foi que na próxima reunião da CTCOST, que a CTCOST debatesse esse
4231assunto, desse um posicionamento que, à luz da revisão do programa 9 do
4232Plano Nacional de recursos hídricos, eles nos dê algum indicativo como acha
4233que poderia funcionar esse Comitê de Estuários. Apesar de ser específico para
4234carcinicultura, nós não podemos olhar apenas um setor. Um Estuário vai ter
4235multiusos. Ele tem que estar adequado dentro dessas instâncias que tratam
4236desse tema. Então, vai ter essa reunião na CTCOST, eu conversei com a
4237técnica, ela entendeu qual é a nossa preocupação para que eles tenham
4238alguma recomendação, à luz do programa 9, como é que poderá ser
4239trabalhada essa questão e posteriormente vai ser levado para um grupo de
4240integração de gerenciamento costeiro, GI-GERCO, no âmbito da CIRM.

4241

4242

4243**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Isso já
4244foi discutido com o Comitê de Recursos Hídricos?

4245

4246

4247**A SRª. MÁRCIA OLIVEIRA** – Olha, Rômulo, já voltou para nós, porque o
4248Comitê de Recursos Hídricos o que falou? Dentro da Política Nacional de

4249 Recursos Hídricos não tem previsão legal para criação desse Comitê de
4250 Estuários. O que nós estamos querendo é que mesmo que eu não tenha uma
4251 previsão legal, qual é o encaminhamento para fazer a interlocução, porque não
4252 basta apenas criar um Comitê de Estuários que fique solto nem vinculado
4253 diretamente ao Sisnama nem Sistema Nacional de Recursos Hídricos e
4254 principalmente no momento que o próprio Conselho Nacional de Recursos
4255 Hídricos está discutindo a comunicação dessas duas instâncias, como a gestão
4256 de bacias hidrográficas conversa com os instrumentos e fóruns do
4257 gerenciamento costeiro. Então, estão discutindo justamente isso. Entende-se
4258 que dessa maneira, eles também têm que dar um posicionamento, como é que
4259 eles veem a exceção de um Comitê de Estuário dentro dessa zona de
4260 transição do ambiente terrestre para marinho.

4261

4262

4263 **O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Se eu
4264 estou entendendo, a dificuldade é você interligar instrumentos, nós temos o
4265 Comitê de Bacia e temos o Sistema de Gerenciamento Costeiro, que precisa
4266 fazer que dialoguem. Já houve uma avaliação de recursos hídricos, agora vai
4267 ter do gerenciamento costeiro. CTCOST é o que?

4268

4269

4270 **A SR^a. MÁRCIA OLIVEIRA** – Do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
4271 CTCOST é a Câmara Técnica que trata da questão de bacias hidrográficas e
4272 gestão costeira. Mas o que eu quero dizer, nós caminhamos de novo porque a
4273 nota informativa, como veio da CTCOST, veio muito limpa, só dizer, não, não
4274 há previsão legal. O que nós queremos é que além de não haver previsão legal
4275 como é que a CTCOST entende que tem que ser tratada a gesto de estuários,
4276 principalmente à luz do programa 9, que está definindo como é que vai dar
4277 essa comunicação entre essas instâncias diferenciadas. E a partir desse
4278 posicionamento da CTCOST é que nós vamos levar para o GI-GERCO.

4279

4280

4281 **O SR SÉRGIO MACEDO DE GOMES MATTOS (Ministério da Pesca)** – Eu
4282 gostaria de fazer uma pergunta, mais um informe também para justamente nós
4283 entendermos e nos apropriarmos adequadamente dessas políticas públicas.
4284 Primeiro, se os sistemas lagunares, principalmente aqueles do Sul estariam
4285 contemplados. Nós temos os grandes sistemas lagunares que começam no Sul
4286 de São Paulo, Peruíbe, Cananéia, do Paraná, do Sul de Santa Catarina, Lagoa
4287 dos Patos. Depois aqui dentro do macro processo de gerenciamento, de gestão
4288 de recursos pesqueiros, nós temos dois marcos, que é justamente a criação
4289 dos Comitês permanentes de Gestão Estuarinos Lagunares. Então, é mais um
4290 informe justamente porque nós entendemos que é justamente onde está a
4291 maior população de pescadores de subsistência e nós sabemos muito bem que
4292 essa população justamente não atendida exerce uma pressão muito grande
4293 sobre esses ecossistemas. Para entender que nós temos uma política que
4294 também precisaria estar inserida dentro desse processo e até eu nem conhecia
4295 esse CTCOST e evidentemente nós estamos discutindo essa questão do
4296 macro processo de gestão pesqueira dentro do GI-GERCO da CIRM,
4297 justamente para que nós possamos integrar. A nossa preocupação nosso olhar

4298evidentemente é o pescador e a pescadora e a pressão que essa população
4299exerce sobre os recursos pesqueiros desses ambientes.

4300

4301

4302**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Mais um
4303Comitê para participar do processo.

4304

4305

4306**A SR^a. MÁRCIA OLIVEIRA** – É isso mesmo, a importância de levar esse
4307assunto para o GI-GERCO lá no GI-GERCO que acaba todas as áreas, o
4308grupo de integração de gerenciamento costeiro que vai, o Ministério da Pesca,
4309a Gestão Nacional do Transporte Aquaviário, a Secretaria de Portos, etc.

4310

4311

4312**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Só
4313lembrando a Câmara que nós estamos numa fase de informes, só uma
4314informação geral. Eu vou tratar dos itens 4.2 e 4.3, e a informação da
4315coordenação do Conama é que esses pontos estão aguardando a votação do
4316Código Florestal para que eles possam avançar no âmbito da Câmara Técnica,
4317no âmbito das suas construções, OK? Nós estamos falando de monitoramento
4318e análise dos efeitos da resolução 369. Alguém sabe o que é 369? Baixo
4319impacto. E resolução da 303, APP. OK. OK senhores, o João está muito
4320apresado, nosso vice-presidente, mas eu acho que nós concluímos aqui a
4321Ordem do Dia, acho que todos nós estamos de parabéns, mas antes de
4322encerrar, eu gostaria de saber se algum Conselheiro tem alguma observação
4323de caráter geral a fazer, alguma sugestão de aprimoramento para o processo
4324de condução da Câmara para que nós possamos melhorar na próxima.

4325

4326

4327**O SR. MAURÍCIO GUERRA (ANAMMA/NE)** – Eu particularmente senti um
4328pouco de dificuldade, mais uma vez me perdoem a juventude do Conselho,
4329mas senti dificuldade muitas vezes nos assuntos tratados o interessado não
4330está presente ou não reportar de forma mais eficiente o tema a ser abordado.
4331Isso gera uma certa dificuldade na compreensão. Evidentemente, por não
4332conhecer um pouco o sistema, vocês são convidados, se não são, ou se cabe
4333depois disso aqui explicar. Mas a minha questão realmente dificulta um pouco
4334o entendimento quando o interessado que deveria participar desse momento e
4335apresentar um pouco a ideia para nós podermos encaminhar de forma melhor.

4336

4337

4338**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Nós
4339tivemos realmente dificuldade em pelo menos dois dos principais temas em
4340função de que tivemos dificuldades da presença dos interessados aqui
4341diretamente. Isso realmente não é normal. A outra coisa que nós tivemos que
4342nós tivemos dificuldade, que o João já fez o registro inicial, foi a observação da
4343necessidade de nós cumprirmos o prazo regimental para que os documentos
4344cheguem e um outro exercício que obrigatoriamente nós temos que fazer é
4345fazer o dever de casa de lê-los antes, isso facilita muito. Eu acho que essa
4346questão dos interessados, nós sempre detalharmos melhor ou fazermos uma
4347apresentação um pouco mais qualificada do tema ajuda, acho que ajuda o

4348todo, nem sempre você consegue ter o mesmo nível, mesmo nivelamento de
4349informação, mas fazer isso ajuda para que nós possamos ter um desempenho
4350melhor, nós vamos registrar para que na próxima nós possamos fazer. Vamos
4351fazer uma busca aos interessados também.

4352

4353

4354**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Minha sugestão é que uma coisa
4355interessante aconteceu no meio da reunião aqui, quando chegou o documento
4356da Bocuhy. Nós tínhamos pedido, conversa com o Bocuhy, vê o que ele quer
4357que faça. Seria interessante que após um parecer técnico, por exemplo, que
4358nem aconteceu do PROAM, que nem aconteceu com Doutor Paulo Nogueira,
4359após sair um parecer em relação a um documento de um Conselheiro, que
4360esse Conselheiro dê algum documento se concorda, se não concorda, se quer
4361mesmo que crie o GT, se não quer que crie o GT para se ele não vier fazer a
4362defesa, nós tenhamos alguma explicação se ele achou interessante ou não o
4363que foi apresentado como uma resposta do órgão competente à solicitação
4364dele. Acho que é uma coisa interessante, ajuda a muito, exatamente, se não
4365puder comparecer, que ele dê uma explicação simples, concordo não
4366concordo, acho que tem que acontecer isso, porque Rômulo, nós nos
4367baseamos aqui em cima do problema em cima do Carlos Bocuhy, é que ele
4368concordou em tudo que o Ministério colocou, mas colocou no final, concordo
4369com tudo, contanto que eu seja convidado para participar dos GTs. Eu falei vai
4370participar custeado ou não pelo MMA? O MMA não pode custear, então ele não
4371vai querer concordar, então eu não posso concordar com a concordância toda
4372ele em relação à retirada do GT. Então, foi uma explicação boa porque dá um
4373embasamento para nós conseguirmos deliberar. Acho que é uma coisa
4374interessante para o DConama.

4375

4376

4377**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
4378**DCONAMA)** - Estão aceitas as duas sugestões, realmente. A questão desse
4379começo de Câmara é porque ela junta duas Câmaras distintas, a Onda Azul
4380era uma ONG que já não faz mais parte do Conama, desde a última eleição do
4381CNEA. Então, esse mandato 2011-2012, ele não foi reeleita para continuar no
4382Conama. O PROAM continua, só que ele não pôde vir para essa reunião,
4383estava articulado de vir, mas depois surgiu um impedimento para que ele
4384viesse. Agora, efetivamente o correto é estar o proponente e a relatoria que
4385nós fazemos do próprio Ministério. Nós procuramos ter sempre aqui um técnico
4386que dê a posição do Ministério e o interessado, que é quem propôs a matéria
4387tem que estar aqui, nós vamos observar isso para as outras reuniões. É que
4388esse começo era um passivo nessa junção de duas Câmaras, mas tudo bem,
4389vamos observar essa questões, que elas são importantes. É muito complicado
4390isso, porque nós não temos um mecanismo administrativo de arquivamento dos
4391processos. Quando o assunto não está dentro da Câmara, nós podemos
4392arquivar. Se ele está na Câmara, depende de uma deliberação e o que
4393acontece é isso, os assuntos podem ter perdido completamente a relevância,
4394esses dois que estão pendentes de Código Florestal, nós temos que apreciar a
4395luz do novo código e qual vai ser a pertinência dele. E outros que estão aí em
4396várias Câmaras Técnicas, nós estamos nos debruçando agora em fazer uma
4397atualização deles e propor o arquivamento nas Câmaras competentes, porque

4398aí passa por uma decisão da Câmara. Vou dar um exemplo que era de
4399qualidade do ar, era um programa de monitoramento das mudanças climáticas
4400quando não tinha um referencial normativo que hoje já existe. Esses todos, nós
4401estamos pegando uma atualização técnica sobre o assunto e propondo que a
4402Câmara archive, porque realmente não faz sentido, mas administrativamente é
4403complicado nós fazermos.

4404

4405

4406**O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** –Eu fiz
4407uma tentativa aqui com o Conama para ver se eles conseguiam gerar uma
4408pauta para nós amanhã. Como ela não conseguiu dar outra pauta, nós
4409gostaríamos de agradecer a todos, está encerrada a reunião, o João vem aqui
4410conversar, dialogar com vocês, quem estiver disposto, esteja à vontade. Um
4411abraço, até a próxima.

4412

4413

4414**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
4415**DCONAMA)** - Muito obrigado a todos.